



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1983

RELATÓRIO

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

BALANÇOS-GERAIS DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1983

RELATÓRIO

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

336.181
B823d

PRESIDENCIA DA REPUBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO
BALANÇO GERAL DA UNIDADE
Exercício de 1983

RELATÓRIO

PARTES

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTES

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ANTONIO DELFIM NETTO

SECRETARIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO-SECIN

FERNANDO DE OLIVEIRA

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Secretário de Contabilidade: JOSÉ AUGUSTO TAVEIRA FILHO

Secretário de Administração Financeira: DIMAS MOREIRA

Secretário de Auditoria: ABEL LEITE DE ANDRADE

Secretário de Normas e Desenvolvimento: ANTÔNIO SANTOS DE
OLIVEIRA

Secretário de Processamento de Dados: FERNANDO MEJDALANI
NEVES

Diretor de Apoio Administrativo: SÉRGIO AUGUSTO DE LIMA
RODRIGUES

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

MINISTRO-CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO
ANTONIO DELFIN NETTO

SECRETARIO-GERAL DO CONTROLE INTERNO-SEÇÃO
FERNANDO DE OLIVEIRA

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Secretário de Contabilidade: JOSÉ AUGUSTO TAVARES FILHO

Secretário de Administração Financeira: NUNO ALVES

Secretário de Auditoria: ABEL CARTE DE ABRADO

Secretário de Registro e Desempenhamento: ANTONIO SANTOS DE

OLIVEIRA

Secretário de Planejamento de Dados: FERNANDO NEIDALANI

NETTO

Ministro de Administração: SÉRGIO AUGUSTO DE LIMA

RODRIGUES

DELEGADOS-REGIONAIS DE AUDITORIA

Distrito Federal: ATALIBA ALMEIDA FILHO

Rio de Janeiro: IRAN DE ABREU MARTINS

DELEGADOS-REGIONAIS DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Acre: ANTONIO ANASTÁCIO GUIMARÃES

Alagoas: SÉRGIO SEBASTIÃO MARQUES DA MOTA

Amazonas: MÁRIO QUEIROZ DE MACÊDO

Bahia: MARIA LUIZA PROTÁSIO SANTOS

Ceará: MARIA CLEIDE FELÍCIO DE MENEZES

Espírito Santo: MARIA DO CARMO CUNHA DE ALBUQUERQUE

Goiás: WALDYR DIVINO PORTO LIMA

Maranhão: ADNEY MARQUES MACIEL

Mato Grosso: ELAIR PADILHA DA SILVA MIRANDA

Minas Gerais: JUDITE FRANKLIN VIDAL

Pará: SALIM TUFY LHEIS

Paraíba: MARCELO XAVIER

Paraná: CÉZAR AUGUSTO INCOT

Pernambuco: JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO

Piauí: MÁRIO RODRIGUES DE AZEVEDO

Rio Grande do Norte: CELY CHAVES DE MOURA

Rio Grande do Sul: VALTER LUIZ SASSEN

Rio de Janeiro: GERALDO DE CASTRO

Santa Catarina: DJALMA CARLOS BERTONCINI

São Paulo: OSWALDO CEVOLI FILHO

Sergipe: ANABOR DA SILVA SOUZA

DELEGADOS-REGIONAIS DE AUDITORIA

Distrito Federal: AVALIAÇÃO ALMEIDA FILHO

Rio de Janeiro: IRAN DE ABREU MARTINS

DELEGADOS-REGIONAIS DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Acre: ANTONIO ANASTASIO GUIMARAES

Alagoas: SERGIO SEBASTIAO MARQUES DA MOTA

Amapá: MARIO QUEIROZ DE MACEDO

Bahia: MARIA LUIZA PROSSIN SANTOS

Ceará: MARIA CLIDE FELICIO DE MENEZES

Espírito Santo: MARIA DO CARMO LUNDA DE ALBUQUERQUE

Goiás: WALDIR DIVINO PINTO LIMA

Maranhão: ADNEY MARQUES MACIEL

Mato Grosso: ELAIR WADILHA DA SILVA MIRANDA

Minas Gerais: JOSE FERNANDES VIEIRA

Pará: SALIM TUDY LIMA

Paraná: MARCELO VIEIRA

Pernambuco: CECILIA AUGUSTO FREITAS

Piauí: JOSE WANDERLEY FERNANDES

Rio de Janeiro: GERALDO DE CARVALHO

Rio Grande do Norte: JOSE CHAVES DE SOUSA

Rio Grande do Sul: WALTER LUIZ ASSIS

Rio de Janeiro: GERALDO DE CARVALHO

Rio de Janeiro: GERALDO DE CARVALHO

Rio de Janeiro: GERALDO DE CARVALHO

Rio de Janeiro: GERALDO DE CARVALHO

Rio de Janeiro: GERALDO DE CARVALHO

PODER EXECUTIVO

SECRETÁRIOS DE CONTROLE INTERNO E AUTORIDADES EQUIVALENTES

Aeronáutica: TABIRA DE BRAZ COUTINHO

Agricultura: JOSÉ DANIEL DE ALENCAR

Comunicações: JORGE HELMO DOMINGUES SOARES

DASP/PR: HAMILTON FAVILLA

Educação e Cultura: MARCOS VINICIUS MENDES BASTOS

Exército: MÁRIO SILVA O'REILLY SOUSA

Fazenda: MANOEL FRANCISCO CANCELLA

Indústria e do Comércio: EVALDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Interior: LUIZ MILITINO DE VASCONCELOS

Justiça: HAROLDO MATEU VENÂNCIO

Marinha: GERALDO SOUZA VIEIRA

Minas e Energia: FRANCISCO DAS CHAGAS MARIANO

Previdência e Assistência Social: ZELY PINHEIRO DIAS PEREIRA

Relações Exteriores: ALCIDES DA COSTA GUIMARÃES FILHO

Saúde: ULYSSES CÉSAR DE MELO

SEPLAN/PR: SUMIE BUTUEM

SNI/PR: NELSON BARCELOS DA VEIGA FILHO

Trabalho: JOSÉ CARLOS ANTÔNIO

Transportes: JOSÉ XAVIER DE SÁ

PODER EXECUTIVO

SECRETARIOS DE CONTROLE INTERNO E AUTORIDADES EQUIVALENTES

Agricultura: TABIRA DE BRAS GOUTINHO

Agricultura: JOSE DANIEL DE ALENCAR

Comunicações: JORGE HELMO DOMINGUES SOARES

DASVPR: HAMILTON PAVILLA

Educação e Cultura: MARCOS VINÍCIUS MENDES CASTRO

Exército: MARIO SILVA G. KELLY SOUSA

Fazendas: MANOEL FRANCISCO CASSELLA

Indústria e Comércio: EVALDO JOSE DE OLIVEIRA

Interior: LUIZ WITTING DE VASCONCELOS

Justiça: HAROLD WATSON VIANEJO

Marinha: CHALMO SOUSA VIEIRA

Minas e Energia: TRANZATO DAS CHAGAS MARIANO

Providência e Assistência Social: ERLY PINHEIRO DIAS

Relações Exteriores: ALUIZ DA COSTA GUIMARÃES FILHO

Saúde: OLIVIERO COSSA DE MELLO

SUPLENTE: GUSTAVO BUDEN

SUPLENTE: NELSON BARROS DE VILHA FILHO

Trafego: JOSE CARLOS ANTUNES

Transportes: JOSE VALERIO DE SA

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1983

RELATÓRIO

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO-
-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA, PROFESSOR ANTONIO DELFIM NETTO, PELO SECRE-
TÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO, FERNANDO DE OLIVEIRA.

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

THE HISTORY OF THE
CITY OF BOSTON

BY

JOSEPH NEASE, ESQ. OF BOSTON.
IN TWO VOLUMES.
THE FIRST VOLUME.
BOSTON: PUBLISHED BY J. NEASE, AT THE
PRINTING OFFICE OF J. NEASE, NO. 10, NASSAU ST.

1796.

Printed by J. Nease, at the
Printing Office of J. Nease, No. 10, Nassau St.

S U M Á R I O

	Páginas
Apresentação.....	1

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Instruções Normativas - Ementas.....	8
Ofícios-Circulares.....	12
Portarias.....	30
Novo Plano de Contas Único.....	33
A Centralização do Sistema de Auditoria.....	37
Processamento de Dados.....	41
Cursos, Palestras, Conferências e Treinamentos.....	47
Centralização ou Descentralização?.....	55
A Penosa Montagem do Sistema de Controle Interno....	60
Edifício-Sede da SECIN/SEPLAN/PR.....	64
Visita às DECOF's nos Estados.....	68
Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada-de-Contas da Câmara dos Deputados.....	71
Anexos:	
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001/83.....	73
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002/83.....	74
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003/83.....	75
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004/83.....	76
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005/83.....	80
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006/83.....	83
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 007/83.....	86
IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 008/83.....	87
ADENDOS A IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006/82.....	89

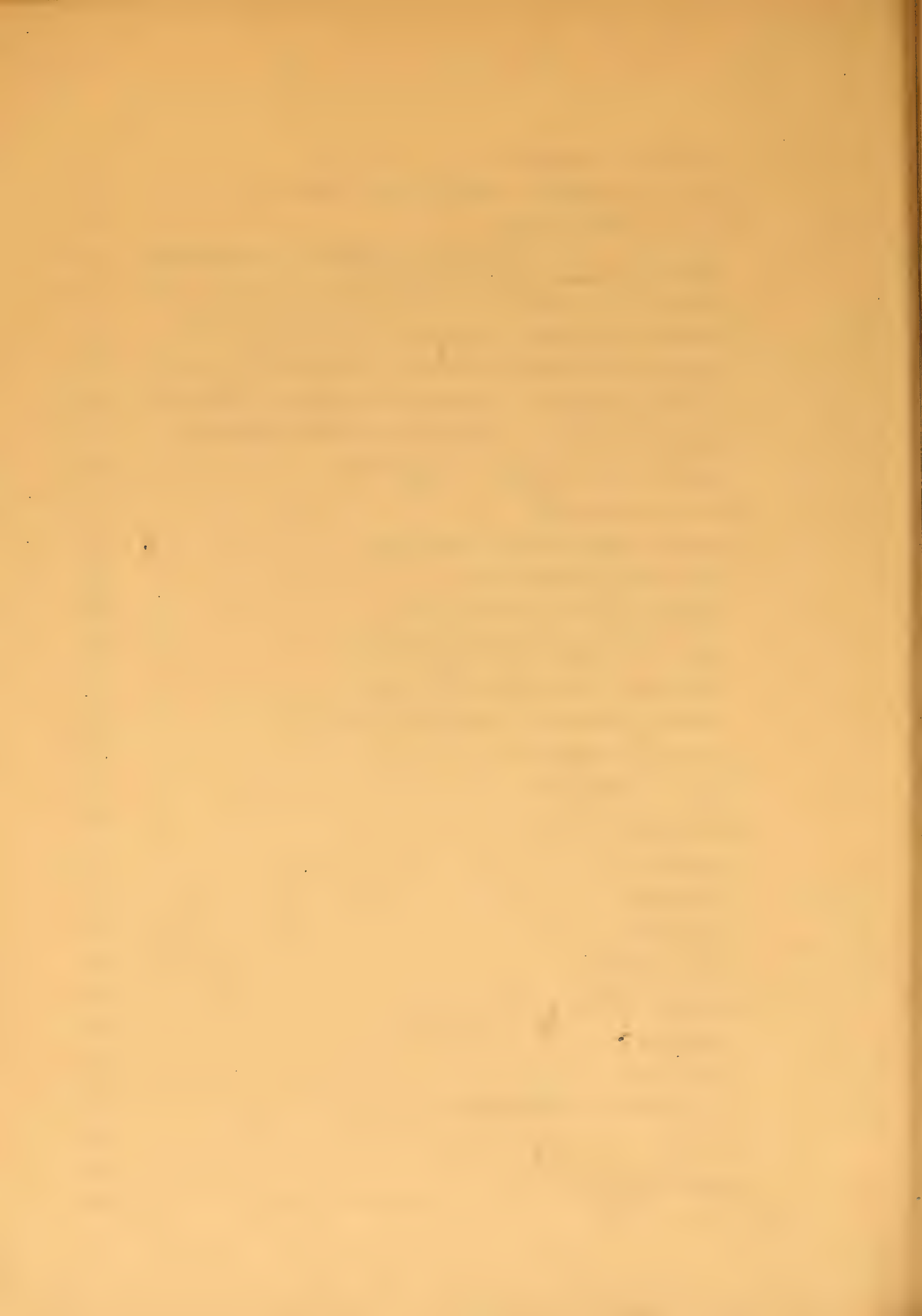
PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

A Execução do Orçamento.....	95
Introdução.....	95
Créditos Suplementares (Autorizados).....	97
Créditos Suplementares (Abertos).....	99
Créditos Especiais.....	100
Créditos Extraordinários.....	101
Despesa Autorizada (Total).....	102
Programação Financeira.....	104
A Realização da Receita.....	106
Novo Elenco da Receita.....	106
Realização da Receita.....	107
A Receita Orçamentária Realizada.....	110
Segundo as Regiões Arrecadadoras.....	110
Unidades Federativas mais Expressivas.....	110
Arrecadação por UF's em Ordem Alfabética.....	111
Receita das UF's/Comparativo 1983/1982.....	113
Receita Comparada - 1982/1983.....	116
Elenco de Impostos.....	117
Análise dos Principais Impostos.....	118
Imposto Territorial Rural.....	129
FINSOCIAL.....	132
Incentivos Fiscais.....	133
Balanco Orçamentário.....	135
A Execução da Despesa.....	136
Despesa por Função.....	141
Despesas de Pessoal.....	142
Resultado da Execução Orçamentária.....	143
Poupança do Setor Público.....	143
Transferências do Orçamento Fiscal para o Monetária.....	147
Administração Indireta - Fluxo dos Balanços.....	148
Fundos Especiais Autônomos.....	151



Entidades (Mutações).....	155
Visão dos Dispendios Públicos por Entidade.....	157
Quadros Demonstrativos.....	158
Confronto entre a Receita Estimada e a Arrecadada.....	159
Receita Orçamentária - 1980/1983.....	160
Receita Orçamentária - Por Unidade Federativa.....	161
Despesa por Órgãos, segundo a sua Natureza.....	162
Despesa por Funções segundo a Categoria Econômica.....	163
Despesa da União - Categorias Econômicas - 1980/1983.....	164
Despesa da União - Ministérios/Órgãos-1980/1983.....	165
Despesa por Unidade da Federação.....	166
Dívida Ativa da União - 1983.....	167
Balanco Financeiro.....	169
Operações de Receita e Despesa.....	169
Operações Orçamentárias.....	170
Operações Extraorçamentárias.....	172
Interligação - Sistemas Contábeis.....	173
Saldo do Exercício de 1982.....	173
Saldo para o Exercício seguinte.....	174
Dívida Flutuante - Letras do Tesouro.....	175
Agentes Financeiros.....	175
Balanco Patrimonial.....	178
Ativo e Passivo.....	178
Financeiro.....	179
Disponível.....	179
Vinculado.....	180
Realizável.....	180
Exigibilidade.....	181
Restos a Pagar.....	182
Pendente - Devedores/Credores.....	182
Permanente.....	183
Créditos.....	183
Dívida Ativa - Comentário.....	184
Valores.....	185
Diversos.....	185
Saldo Patrimonial.....	186



Resultado Financeiro.....	187
Resultado Patrimonial.....	188
Balanco de Compensação.....	193
Explicação necessária.....	193
Ativo Compensado.....	194
Passivo Compensado.....	195
Exibição de Superávits.....	197
O Silêncio do Mutirão.....	199
Gráficos.....	202

MATÉRIA EXTRAÍDA DE FONTES DA ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Desempenho das Autoridades Monetárias.....	216
Programação Financeira e Desempenho da	
Caixa do Tesouro Nacional.....	227
Administração Tributária.....	233
Mercado Segurador Nacional.....	249
Sistema Nacional de Seguros Privados.....	267
O Desempenho da Economia Brasileira.....	274

Agradecimento Final.....	312
--------------------------	-----



APRESENTAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROFESSOR ANTONIO DELFIM NETTO
DD. MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tenho a honra de oferecer a Vossa Excelência o presente

RELATÓRIO

em que a Secretaria-Central de Controle Interno expõe as atividades técnicas e administrativas praticadas no decurso do exercício financeiro de 1983.

Este relatório é uma das peças articuladas aos Balanços-Gerais da União de 1983, cujo complexo é assim identificado:

1º VOLUME - RELATORIO

PARTE I - *Atividades Administrativas*

PARTE II - *A Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal*

2º VOLUME - BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARTE I - *Administração Direta*

PARTE II - *Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações*



3º VOLUME - RECEITA E DESPESA

PARTE I - *Receita Orçamentária Prevista e Realizada*

PARTE II - *Despesa Orçamentária Autorizada*

PARTE III - *Despesa Orçamentária Realizada*

O 1º Volume agrega os Balanços-Gerais propriamente ditos e assim compilados:

PARTE I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, *refletir das receitas previstas e as despesas autorizadas, postas em confronto com as respectivamente realizadas e evidenciando o resultado colhido;*

BALANÇO FINANCEIRO, *refletir das receitas e despesas orçamentárias, dos ingressos e dispêndios extraorçamentários e das disponibilidades financeiras;*

BALANÇO PATRIMONIAL, *identificador do Ativo e Passivo Financeiros, do Ativo e Passivo Permanentes e do Saldo Patrimonial; e*

CONTAS DE COMPENSAÇÃO, *a exibir as contas de ordem representativas de direitos e obrigações assumidos pela administração federal e cujos atos e fatos afetem ou venham a afetar o patrimônio público.*

PARTE II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações)

Aqui são transcritos os Balanços Financeiros e Patrimoniais das entidades componentes da adminis -

tração indireta, exceto as sociedades de economia mista. No caso específico dos fundos especiais autônomos, reportamo-nos às páginas 153/155 de nosso Relatório ligado aos Balanços de 1982, em que mostrávamos a singular figura dicotômica desses organismos — colocados sob a Administração Direta, mas, praticando operações autônomas típicas da Administração Indireta.

O 39 e último Volume condensa a Receita Orçamentária, prevista e arrecadada, bem assim, a Despesa Orçamentária, autorizada e realizada, inclusive os compromissos do exercício a liquidar (Restos a Pagar) e os créditos não objeto de empenho (Créditos não Utilizados).

O ano de 1983 caracterizou-se, em relação à Secretaria-Central de Controle Interno, por três eventos de suma importância:

- a) a efetiva instalação física no Edifício "INTERCON", a partir de 07 de março de 1983, pondo fim às sucessivas dificuldades que desde 1980 vinham estorvando a implementação do órgão-central dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria;
- b) a centralização dos procedimentos auditoriais de tomadas e prestações-de-contas do exercício de 1982, com a decorrente desativação das divisões de auditoria alojadas na estrutura das antigas Inspetorias-Gerais de Finanças dos Ministérios Cíveis; e
- c) a adoção do novo Plano de Contas Único para as Organizações da Administração Direta, presente a preocupação habitual de dotar a Contabilidade Pública dos aperfeiçoamentos e correções sugeridos pelos matizes do dinamismo das operações.

Os preparativos para a auditoria de programas foram integralmente concluídos de forma a iniciar, em janeiro de 1984, os trabalhos de acompanhamento físico-financeiro de projetos/atividades, cuja concepção prossegue aceleradamente. Implantado o sistema de acompanhamento físico-financeiro, passar-se-á a melhor compreender os benefícios que a auditoria programática proporcionará.

Esta será ativada paralelamente aos resultados colhidos nas diferentes fases de execução — de sorte a acionar prontamente os mecanismos de correção — em lugar de observar somente no fim da obra ou serviço, através da auditoria de programas, se o produto final estará correspondendo às especificações determinadas.

É de nosso dever consignar os agradecimentos da Secretaria-Central de Controle Interno, que são pessoalmente nossos, também:

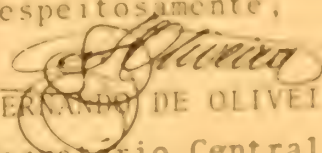
- a) à Secretaria de Controle Interno da SEPLAN/PR, conduzida por Dr. Sumie Butuem, por haver compartilhado conosco, de janeiro de 1980 a 07 de março de 1983, as salas, equipamentos, a constante colaboração e, em especial, a costumeira amabilidade de todos os seus liderados;
- b) às Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis, Órgãos da Presidência da República e Unidades de igual atribuição dos Ministérios Militares, pela apreciável e sempre estreita cooperação a nós emprestada;
- c) ao Departamento de Pessoal da SEPLAN/PR, conduzido pelo Dr. Gilson Ribeiro Reis e sua equipe, pela inextinguível atenção com que nossos problemas de pessoal foram de imediato solucionados, em todas as DECOF's nos Estados e na própria sede da SECIN;



- d) ao Departamento de Administração da SEPLAN/PR, dirigido pelo Dr. José Clemente de Moura e seus companheiros, pelo decidido apoio dado às obras do Edifício "INTERCON", cuja entrega definitiva nos foi feita em 07/03/83, assim como às DECOF's nos Estados, dotando-as de meios para cumprir suas tarefas;
- e) a todas as organizações, públicas ou privadas, autoridades e pessoas que, por qualquer modo, contribuíram para melhorar ou divulgar os procedimentos de nossa repartição, seja por via de colaboração direta, seja através de mensagens e estímulos reproduzidos pela imprensa escrita, falada e televisada;
- f) aos companheiros da SECIN, do mais graduado ao mais modesto colaborador, desde o Acre até Sergipe e o Distrito Federal, pela pronta aceitação dos imensos desafios que fomos forçados a impor e dos quais se desincumbiram bem, num testemunho de que é possível enfrentar e vencer causas difíceis, sempre que houver ânimo forte para isso. Bem sabemos que esse esforço foi oferecido independentemente de intuítos retribuitórios, que urge corrigir e melhorar, porque modestos em relação à qualidade dos trabalhos técnicos que a Constituição e a Lei nos impõem.

E a Vossa Excelência, Professor Delfim Netto, o nosso melhor agradecimento. O Sistema de Controle Interno, como um todo, e a Secretaria-Central, em particular, são muito reconhecidos pelas atenções jamais recusadas, pelo franco acolhimento de nossas propostas e reivindicações e, derradeiramente, pela confiança em nós depositada.

Respeitosamente,


FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

INSTRUÇÕES NORMATIVAS



INSTRUÇÕES NORMATIVAS BAIXADAS PELA SECIN NO EXERCÍCIO DE 1983

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001,
DE 17 DE JANEIRO DE 1983

Atualiza o "Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta", aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, criando as contas 2.08.26 - Submúltiplos de Cruzeiro - IN/SECIN/Nº 4/82, 3.03.07 - Participação em Fundos Rotativos, 3.03.08 - Patrimônio Líquido - Fundações, 3.03.09 - Outras Participações e 3.24.02 - Submúltiplos de Cruzeiro - IN/SECIN/Nº 4/82, e altera a conta 3.03.01 - Ações de Sociedades de Economia Mista.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002,
DE 29 DE MARÇO DE 1983

Edita novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta, subsequente ao aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, consolidando alterações e aperfeiçoamentos adequados ao desenvolvimento dos trabalhos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003,
DE 29 DE JUNHO DE 1983

Aprova adequações ao Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta, editado pela IN/SECIN/Nº 002, de 29.03.83.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004,
DE 15 DE JULHO DE 1983

Disciplina os procedimentos de concessão, liberação de recursos e prestação-de-contas de subvenções sociais e auxílios financeiros.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005,
DE 03 DE AGOSTO DE 1983

Disciplina a elaboração e o destino de documentos contábeis com o objetivo de compatibilizá-los ao novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta implantado pela Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 29.03.83, complementado pela Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, de 29 de junho de 1983.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1983

Disciplina a distribuição de exemplares dos Balanços-Gerais da União elaborados pela Secretaria-Central de Controle Interno e compostos de:

- a) 1º Volume - RELATÓRIO
 - Parte I - Atividades Administrativas
 - Parte II - A Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal
- b) 2º Volume - BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 - Parte I - Administração Direta
 - Parte II - Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações
- c) 3º Volume - RECEITA E DESPESA
 - Parte I - Receita Orçamentária - Prevista e Realizada
 - Parte II - Despesa Orçamentária - Prevista
 - Parte III - Despesa Orçamentária - Realizada



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 007,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1983

Altera os prazos de entrega de balancetes mensais e demonstrativos à Secretaria-Central de Controle Interno, de que trata a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005/83.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 008,
DE 02 DE DEZEMBRO DE 1983

Delega competência a Secretários de Controle Interno e Autoridades de atribuição equivalente para proceder à inscrição, em Restos a Pagar, de despesas empenhadas e não pagas no próprio exercício, observada a disciplina das Instruções Normativas SECIN/SEPLAN/PR/Nºs 003, de 18 de dezembro de 1980 e 004, de 30 de agosto de 1982, explicitados os fluxos que recomenda.

OFICIOS-CIRCULARES

OFÍCIOS CIRCULARES EXPEDIDOS PELA SECIN NO EXERCÍCIO DE 1983

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 01,
DE 06 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Boletins Internos e Relatórios

Recomenda sejam sustadas novas edições de boletins internos e relatórios expondo assuntos administrativos no âmbito das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 02,
DE 06 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Restos a Pagar de 1982

Orienta sobre rotina a ser seguida para apurar e registrar os valores de Restos a Pagar de 1982, em cada Capital de Estado.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 03,
DE 06 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Restos a Pagar de 1982 - Inscrição

Retransmite, sob cópia, o ofício circular nº 02, originalmente encaminhado apenas às Delegacias -Regionais de Contabilidade e Finanças.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 04,
DE 07 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Processo DASP-22706/82 - Primeira composição das categorias funcionais do Grupo-Atividades Específicas de Controle Interno.

Oferece cópia de peças constitutivas do processo em referência e no qual a Secretaria de Pessoal Civil-DASP fixou a orientação aplicável à primeira composição das categorias funcionais do Grupo-Atividades Específicas de Controle Interno.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 05,
DE 12 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Fundos Especiais Autônomos

Presta esclarecimentos sobre a matéria em referência.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 06,
DE 14 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Rol de Responsáveis - 1982

Solicita às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças o encaminhamento do rol de responsáveis de 1982.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 07,
DE 14 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Rol de Responsáveis - 1982

De teor idêntico ao anterior, dirigido às Secretarias de Controle Interno.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 08,
DE 18 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Entidades da Administração Indireta - Balanço - Geral da União/1982

Solicita às Secretarias de Controle Interno o en caminhamento dos balanços financeiro e patrimonial do exercício de 1982 contendo as operações das autarquias, fundações e empresas públicas es pelhadas nos modelos que anexa.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 09,
DE 18 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Plano de Contas - Atualizado

Oferece exemplar da Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001, de 17 de janeiro de 1983.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 10,
DE 20 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Rol de Responsáveis/1982 - Administração Indireta

Solicita às Secretarias de Controle Interno o en caminhamento ao Tribunal de Contas da União de rol de responsáveis pelas entidades da administração indireta, referente ao exercício de 1982.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 11,
DE 25 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Guia Financeira/Exigência da Ciset/MEC

Transmite, sob cópia, o ofício nº 054, encaminhado à Ciset/MEC, através do qual torna sem efeito sua exigência de que as unidades gestoras preenchhessem "guia financeira" ao encaminhar seus documentos às DECOF's/SECIN.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 12,
DE 25 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Guia Financeira/Exigência da Ciset/MEC - Descabimento

Transmite, sob cópia, o ofício nº 034, encaminhado à Ciset/MEC, tornando sem efeito a exigência do documento referido.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 13,
DE 27 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS : DECOF's

ASSUNTO: Redistribuição de Pessoal

Anexa o formulário "Comunicado de Ocorrências", visando a uniformizar o tratamento de informações sobre a redistribuição de servidores dos Ministérios para as Delegacias - Regionais.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 14,
DE 31 DE JANEIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Autarquias - IN/SECIN/Nº 4/82

Esclarece sobre os procedimentos a serem uniformemente adotados pelas autarquias em face da disciplina da Instrução Normativa.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 15,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: BNH/FGTS - Eliminação de Centavos

Informa sobre a expedição, pelo Banco Nacional de Habitação-BNH, da Circular nº 04/83, dirigida à rede bancária e empresas depositantes, a respeito da eliminação dos centavos de Cruzeiro nos recolhimentos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 16,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's (EXCEÇÃO DO DASP E SEPLAN)

ASSUNTO: Transferência de Bens

Encaminha cópia da Portaria SECIN/SEPLAN/PR/ Nº. 007, de 22 de fevereiro de 1983, que constitui Comissão para, no prazo de 30 dias, dar cumprimento ao artigo 22 do Decreto nº 84.362/79.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 17.
DE 01 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: Frações de Cruzeiro

Oferece cópia do ofício SECIN/SEPLAN/PR/Nº 078 , da mesma data, dirigido ao Sr.Secretário da Receita Federal para solicitar àquele órgão a remessa de instruções aos setores intervenientes do sistema de arrecadação de tributos, com vistas à eliminação das frações de Cruzeiro.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/N.º 18,
DE 08 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's (À EXCEÇÃO DO DASP E SEPLAN)

ASSUNTO: Cadastro - tomadas e prestações de contas

Oferece, para ser preenchido e devolvido, para fins de elaboração de cadastro, formulário relativo a órgãos e entidades sujeitos a tomadas e prestações de contas.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/N.º 19,
DE 08 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: SECIN - Novas Instalações

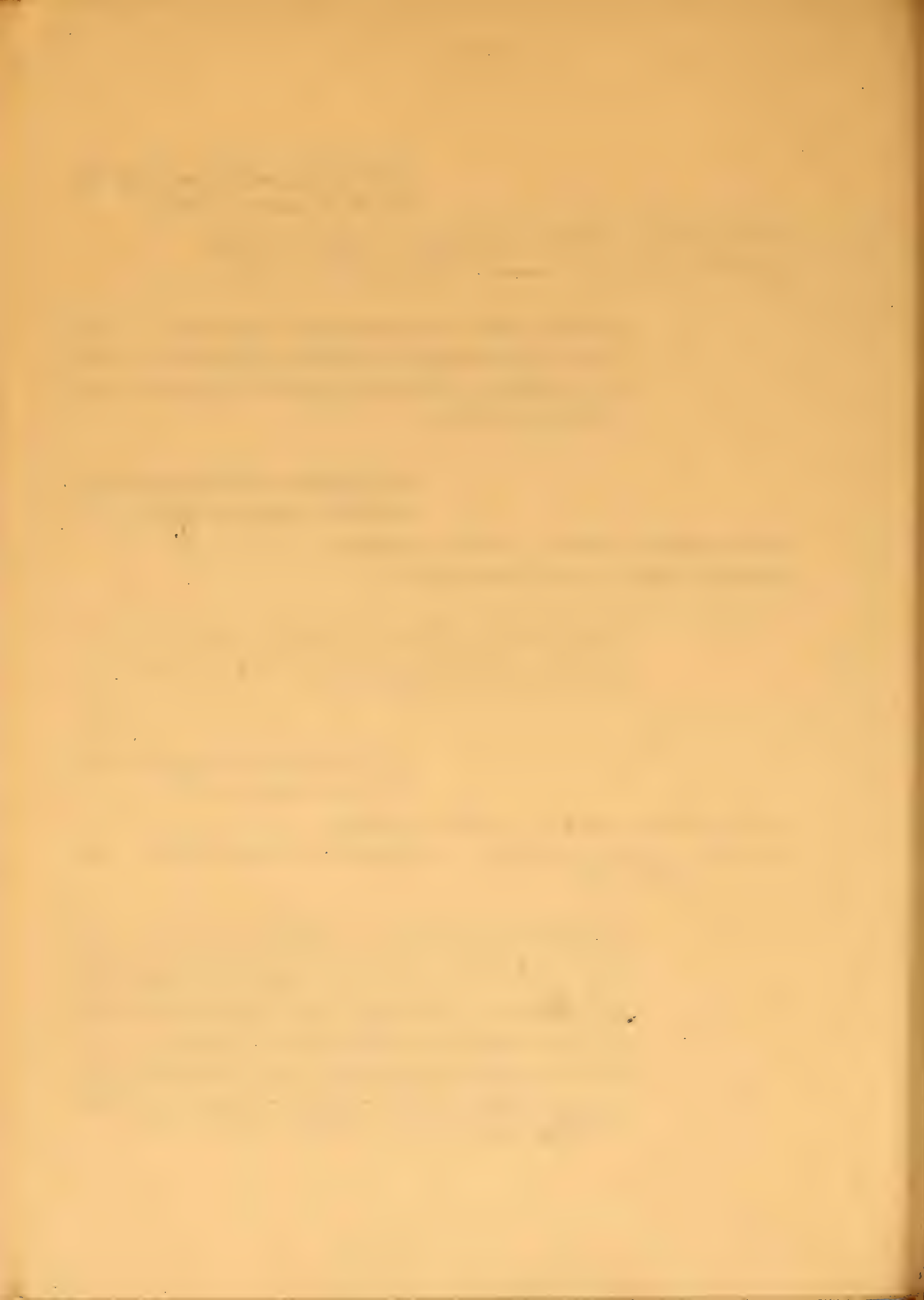
Comunica que a SECIN se instalou em 07.03.83 no Edifício INTERCON, situado no SRTVS - Lote 8 - CEP. 70.330, em Brasília-DF.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/N.º 20,
DE 18 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Incentivos Fiscais - Aplicação no FINOR e FINAM - Ano Base 1982

Retransmite, sob cópia, o ofício nº 113 da Secretaria de Controle Interno do Ministério do Interior, para divulgação, pela SECIN, de matéria disciplinadora da aplicação, pelas empresas vinculadas aos respectivos Ministérios e Órgãos, de 100% das parcelas dedutíveis para incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda em favor do FINOR e FINAM (Exercício de 1983/Ano Base de 1982).



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 21,
DE 23 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Empresas Privatizadas - Prestação de Contas

Solicita encaminhamento, à SECIN, no prazo de 90 dias a partir da respectiva transação, da prestação de contas das empresas privatizadas.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 22,
DE 22 DE MARÇO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's e DECOF's

ASSUNTO: Servidor Redistribuído - IN/DASP/Nº 101/79

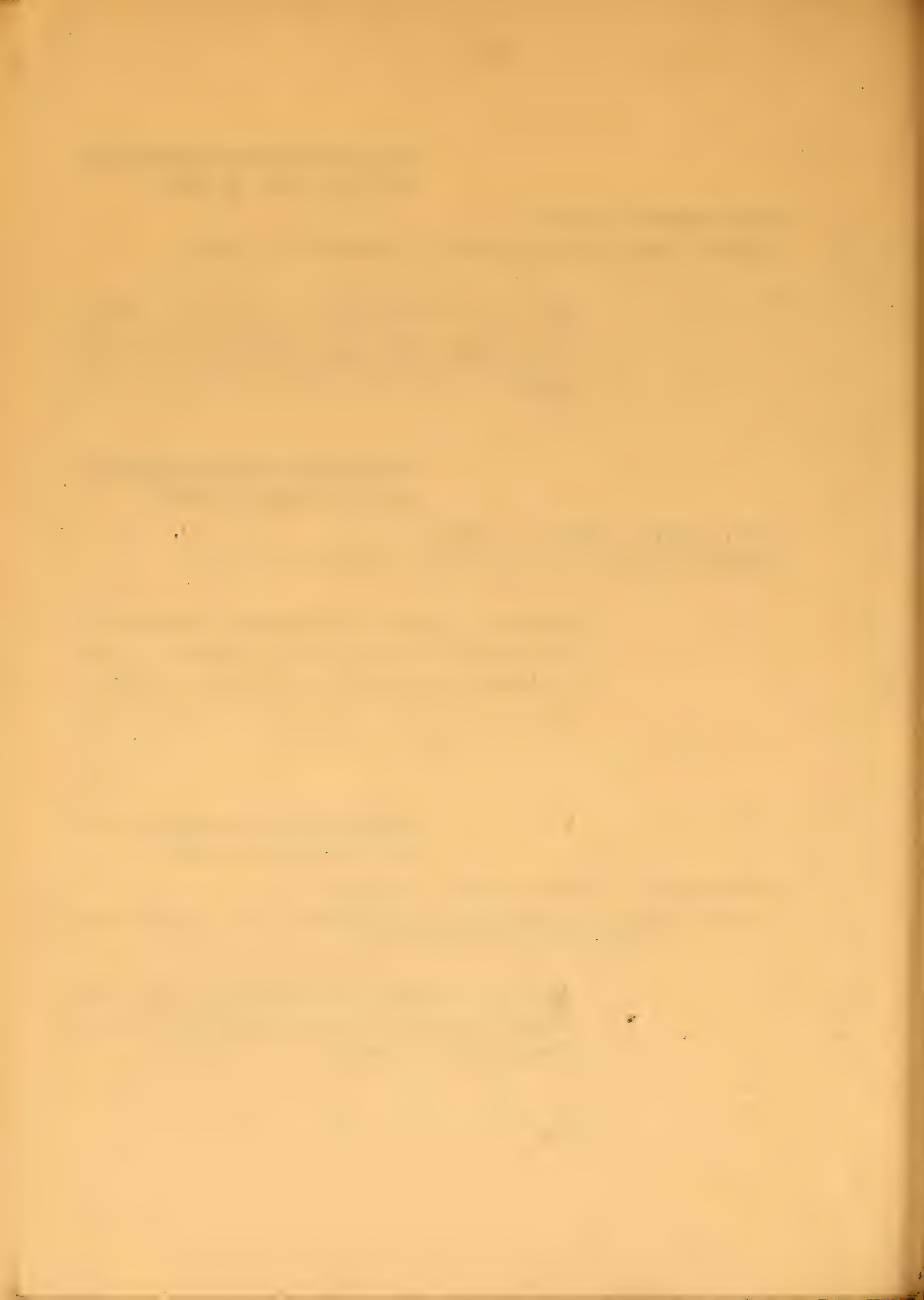
Comunica, em face da orientação constante da IN/DASP/Nº 101, de 30/03/79, que não serão acolhidos requerimentos ou pedidos formulados por servidor redistribuído postulando o retorno ao órgão de origem.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 23,
DE 27 DE ABRIL DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Manual de Instrução SECIN/DAPRO/Nº 1/82 - Atualização do Novo Plano de Contas Único

Atualiza o Manual de Instrução nº 1/82 para adequar o processamento de dados ao Plano de Contas Único da União.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 24,
DE 27 DE ABRIL DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Inspeções

Solicita encaminhamento à SECIN de cópia de toda e qualquer inspeção já realizada ou que venha a ser realizada pelas Secretarias de Controle Interno, na forma de seus Regimentos Internos.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 25,
DE 27 DE ABRIL DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Pessoal

Solicita proceder a levantamento mensal dos gastos com remuneração de todos os servidores em exercício nas Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças, conforme modelo do quadro que anexa.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 26,
DE 09 DE MAIO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Balanços-Gerais da União/1982

Oferece os três volumes dos Balanços-Gerais da União de 1982.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 27,
DE 17 DE MAIO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Controle Interno

Retransmite comentário divulgado pela Rádio Man
chete de Brasília, em 17 de maio de 1983, no Pro
grama "CINCO MINUTOS COM ALEXANDRE GARCIA", a
respeito da Secretaria-Central de Controle Intern
o.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 28,
DE 25 DE MAIO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: TCU - Decisão do Plenário - IAA

Oferece cópia de peças do processo nº 6021/82 -
GM/SEPLAN, relativo a Decisão do Plenário do Tri
bunal de Contas da União a propósito de inspeção
ordinária realizada no Instituto do Açúcar e do
Alcool.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 29,
DE 17 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Transferência de Recursos

Solicita transferir, sob destaque, à SECIN, os
recursos orçamentários dotados a programas a carg
o das extintas Divisões de Auditoria das Secre
tarias de Controle Interno.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 30,
DE 23 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: IAPAS - Fração de Cruzeiro (Dec.Lei nº 1970/82)

Retransmite matéria oferecida pela Secretaria de Controle Interno da SEPLAN, a respeito da abrangência da Ordem de Serviço IAPAS/SAF/Nº 117, de 16 de março de 1983.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 31,
DE 23 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: DERAU/RJ

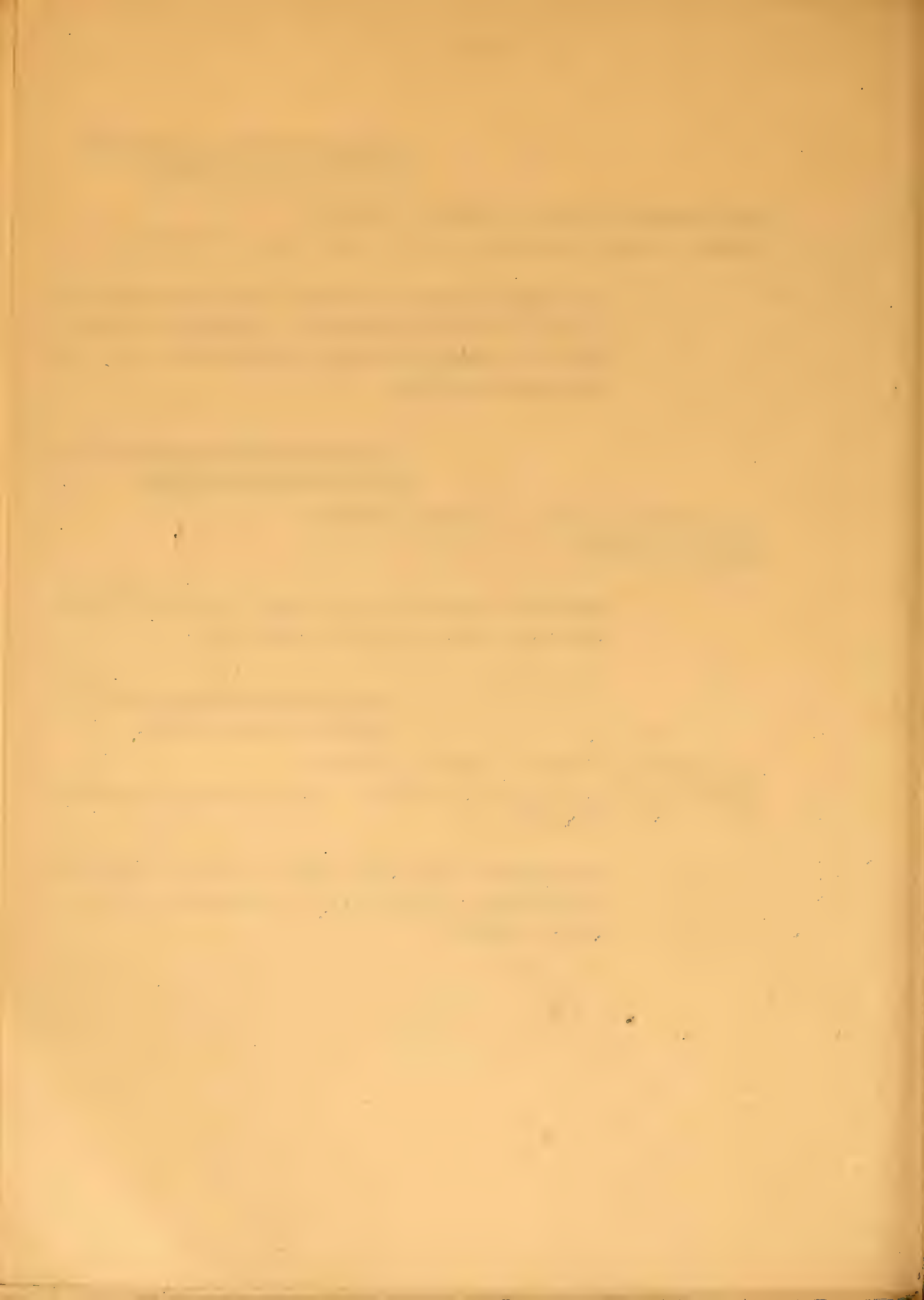
Comunica a nomeação do Delegado-Regional de Auditoria no Estado do Rio de Janeiro/RJ.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 32,
DE 28 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E Órgãos

ASSUNTO: Abono Pecuniário de Férias - Classificação Orçamentária (3111-01)

Retransmite orientação sobre o assunto contida em telexograma da Secretaria de Orçamento e Finanças da SEPLAN.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 33,
DE 29 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's

ASSUNTO: Suprimento de Fundos

Retransmite resposta da SECIN à consulta da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Agricultura, favorável ao entendimento de que poderá ser concedido suprimento de fundos a unidades administrativas de pequeno porte, localizadas em pontos desprovidos de agência bancária.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 34,
DE 30 DE JUNHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Organização Militar do Ministério da Marinha equivalente a Secretaria de Controle Interno.

Oferece, sob cópia, o ofício nº 0317 no qual o Sr. Secretário-Geral do Ministério da Marinha comunica ser a Diretoria de Finanças da Marinha a unidade equivalente a Secretaria de Controle Interno.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 35,
DE 01 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: IN/SECIN/SEPLAN/Nº 003/83

Encaminha a Instrução Normativa em referência, que aprova alterações à Instrução Normativa nº. 002 (Plano de Contas Único da União), de 29 de março de 1983.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 36,
DE 15 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Departamentos de Pessoal e Ciset's.

ASSUNTO: Parecer COLEPE/DASP/Nº 142/83.

Encaminha o Parecer supra.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 37,
DE 15 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: DAI

Comunica designações para encargos do Grupo DAI-
-110, relativos a servidores das DECOF's.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 38,
DE 17 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: IN/SECIN/SEPLAN/Nº 004/83

Encaminha exemplar da Instrução Normativa nº 004
da SECIN, de 15 de julho de 1983, cujo escopo é
a disciplina dos procedimentos de concessão, li-
beração de recursos e prestação de contas de sub-
venções sociais e auxílios financeiros.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 39,
DE 20 DE JULHO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: TCU/IRCE - PB

Esclarece, em face da solicitação da IRCE/TCU -
PB, que a matéria cabe ser remetida ao Tribunal
de Contas da União.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 40,
DE 08 DE AGOSTO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Pagamento de Tributos Federais (desprezo de centavos)

Transmite cópia da Instrução Normativa nº 078 ,
de 04 de agosto de 1983, do Secretário da Receita Federal, sobre o desprezo de centavos no preenchimento de documentos de arrecadação de tributos.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 41,
DE 22 DE AGOSTO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Exame de prestações e tomadas de contas

Divulga a aprovação, pelo Tribunal de Contas da União, de dilação de prazo para apresentação de exames auditoriais de tomadas e prestações de contas de órgãos e entidades da Administração Federal, relativamente a 1982 e exercícios anteriores.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 42,
DE 21 DE SETEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Reclassificação Grupo-CI-1800

Comunica que, em cumprimento ao disposto no artigo 7º do Decreto nº 85.233/80, o Departamento de Pessoal da SEPLAN/PR encaminhou à Secretaria de Pessoal Civil do DASP minuta da Instrução Normativa objetivando disciplinar o processo seletivo de reclassificação aplicável aos servidores do Grupo-Atividades Específicas de Controle Interno (CI-1800).



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 43,
DE 29 DE SETEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, Derau's e Órgãos

ASSUNTO: Ofício Circular nº 002 - SP/83, do TCU.

Transmite, sob cópia, o Aviso GM/Nº 887, de
28/09/83, dirigido pelo Sr. Ministro-Chefe da
SEPLAN/PR ao Sr. Ministro-Presidente do Tribunal
de Contas da União.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 44,
DE 04 DE OUTUBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Balancetes em atraso.

Orienta servidores das Delegacias-Regionais de
Contabilidade e Finanças quanto às dúvidas mais
comuns na elaboração de balancetes e solicita co-
laboração para que não haja atrasos nos traba-
lhos.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 45,
DE 14 DE OUTUBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Sistema de Controle Interno - Carência de Pessoal

Retransmite ofício nº 509, de 14/10/83, dirigido
à Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças
no Estado do Pará, manifestando preocupação quan-
to à deficiência de pessoal e expectativa quanto
à reclassificação, em estudo no DASP, a que fa-
zem jus os integrantes do Grupo-Atividades Espe-
cíficas de Controle Interno.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 46,
DE 02 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: NESAF's - Concurso - Suprimento de Fundos.

A propósito de entendimentos mantidos entre a Es
cola de Administração Fazendária - ESAF e a SECIN
transmite instruções a respeito de concessão de
suprimento de fundos.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 47,
DE 07 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Diárias - pessoal de campo. Concessão através de model
os coletivos.

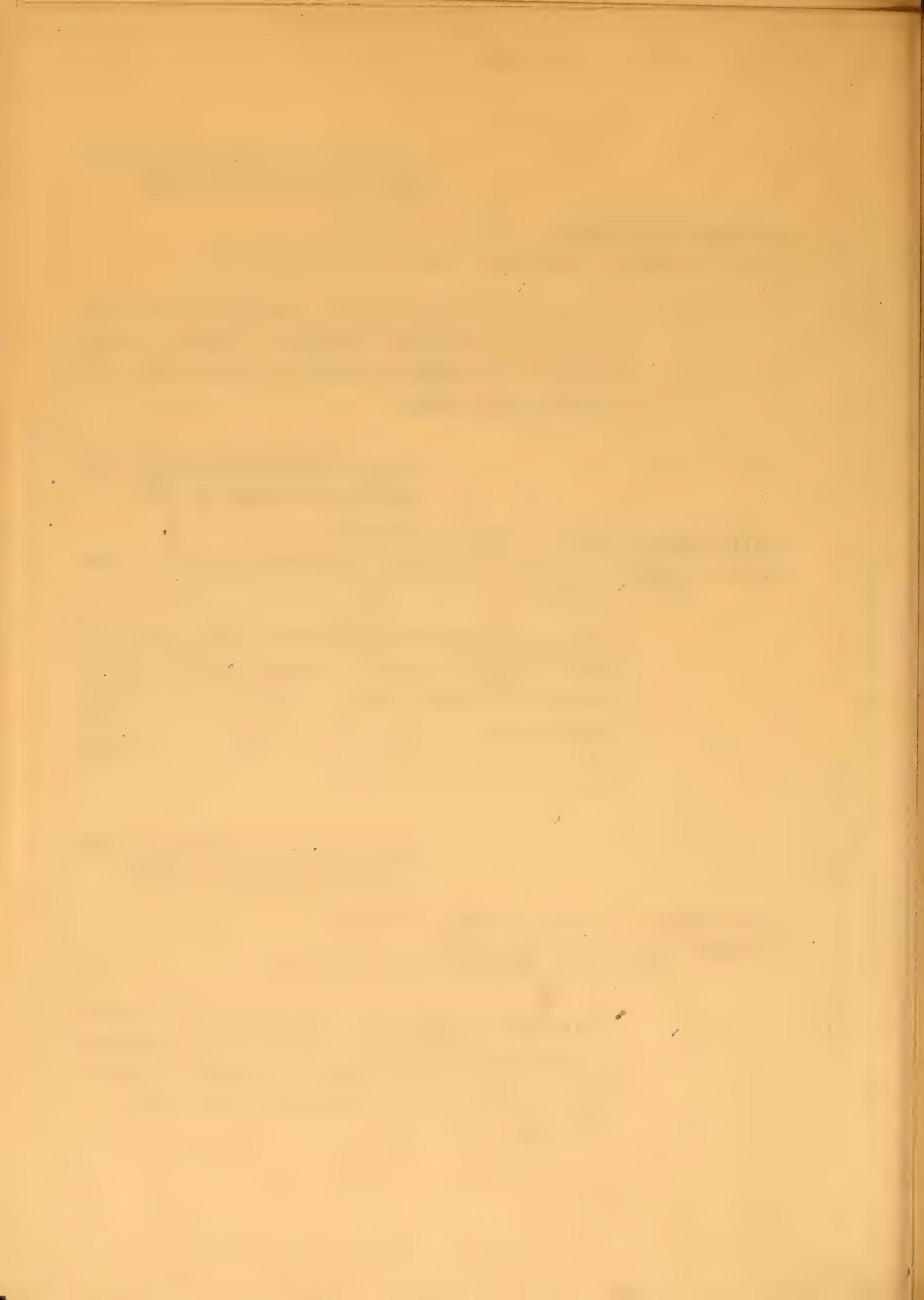
Oferece o parecer nº SEPEC/351/83, no processo
DASP nº 7.685/83, em que o Departamento Adminis-
trativo do Serviço Público - DASP se manifesta
favoravelmente a respeito da validade de conces-
são de diárias em formulário coletivo, quando se
tratar de pessoal de campo.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 48,
DE 09 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Decreto nº 88.931/83
Coeficiente de atualização monetária

Retransmite colaboração da Secretaria de Contro-
le Interno do Ministério do Interior, consubstan-
ciada em quadro atualizado dos Valores de Refe-
rência de que trata o Decreto nº 88.931/83.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 49,
DE 09 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, CÂMARA DOS DEPUTADOS, SENADO FEDERAL e
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ASSUNTO: Fundos Especiais e Entidades da Administração Indireta - Balanço-Geral da União/1983

Solicita o encaminhamento à SECIN, até 20 de fevereiro de 1984, dos balanços financeiro e patrimonial relativos ao exercício de 1983 e de responsabilidade de fundos especiais autônomos, autarquias, fundações subvencionadas e empresas públicas.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 50,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Festividades Natalinas - 1983

Informa que as despesas ligadas a festividades natalinas obedecerão às instruções e recomendações contidas na Portaria nº 220, de 10 de novembro de 1982, do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 51,
DE 06 DE DEZEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: Ciset's, DECOF's E ÓRGÃOS

ASSUNTO: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (entidade de autarquia).

Transmite, sob cópia, o ofício nº 561, dirigido ao Sr. Secretário de Controle Interno do Ministério da Educação e Cultura, para reafirmar serem competentes os órgãos de contabilidade analítica para proceder à escrituração das operações realizadas somente pelos órgãos da administração direta.



OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 52,
DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Provimento de cargos/funções

Solicita suspender, a partir de 01 de janeiro de 1984, o encaminhamento sobre "Levantamento Financeiro", conforme OF/CIRC/SECIN/Nº 025, de 27/04/83, e anexa modelo de formulário desenvolvido para registro mensal sobre cargos ou funções providos e o quantitativo do pessoal disponível.

OF/CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 53,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1983

DESTINATÁRIOS: DECOF's, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Cópia de Cheque - Modelo Padronizado

Solicita a cooperação das áreas de controle interno no sentido de ser obtida a padronização de modelo de cópia de cheque.



PORTARIAS



PORTARIAS BAIXADAS PELA SECIN/SEPLAN/PR NO EXERCÍCIO DE 1983

A Secretaria-Central de Controle Interno, no decorrer de 1983, baixou Portarias, em sua grande maioria de caráter funcional, versando sobre designação, dispensa, localização ou substituição de servidores afetos a sua área.

Aquelas que, pela natureza do assunto, manifestam interesse geral são destacadas a seguir.

PORTARIA Nº 002,
DE 07 DE JANEIRO DE 1983

Desativou os grupos-de-trabalho constituídos através das Portarias nºs 02, de 23 de janeiro, 08, de 06 de março e 09, de 29 de abril, todas de 1980, e consignou o reconhecimento da SECIN aos servidores que contribuíram com sua participação à aqueles grupos.

PORTARIA Nº 005,
DE 24 DE JANEIRO DE 1983

Delegou competência à Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para movimentar recursos orçamentários e financeiros adjudicados à Secretaria-Central de Controle Interno.

PORTARIA Nº 007,
DE 22 DE FEVEREIRO DE 1983

Constituiu Comissão Integrada por dez servidores para proceder ao levantamento e transferência dos recursos materiais, instalações e bens oriundos das extintas divisões de auditoria dos Ministérios Cíveis e Órgãos da Presidência da República, para o acervo da Secretaria-Central de Controle Interno.



PORTARIA Nº 012,
DE 22 DE MARÇO DE 1983

Incluiu mais dois servidores na Comissão criada pela Portaria nº 007/83 e prorrogou seu prazo para conclusão dos trabalhos.

PORTARIA Nº 028,
DE 27 DE JUNHO DE 1983

Aprovou normas visando a orientar as unidades componentes da estrutura da Secretaria-Central de Controle Interno relativamente a atos de remoção ou localização de servidores.



NOVO PLANO DE CONTAS UNICO
(ADMINISTRAÇÃO DIRETA)



PLANO DE CONTAS ÚNICO

A contabilização dos fatos da gestão federal, no âmbito da administração direta, obedeceu até 1982 ao "Plano de Contas Único Para os Órgãos da Administração Direta" aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969 e às alterações posteriores.

A série de modificações havidas no campo da administração federal, com maior ênfase nos fluxos orçamentário-financeiros, tornou aquele Plano desatualizado e seu elenco de contas não mais atendia às necessidades de um registro fiel de todos os passos dos eventos.

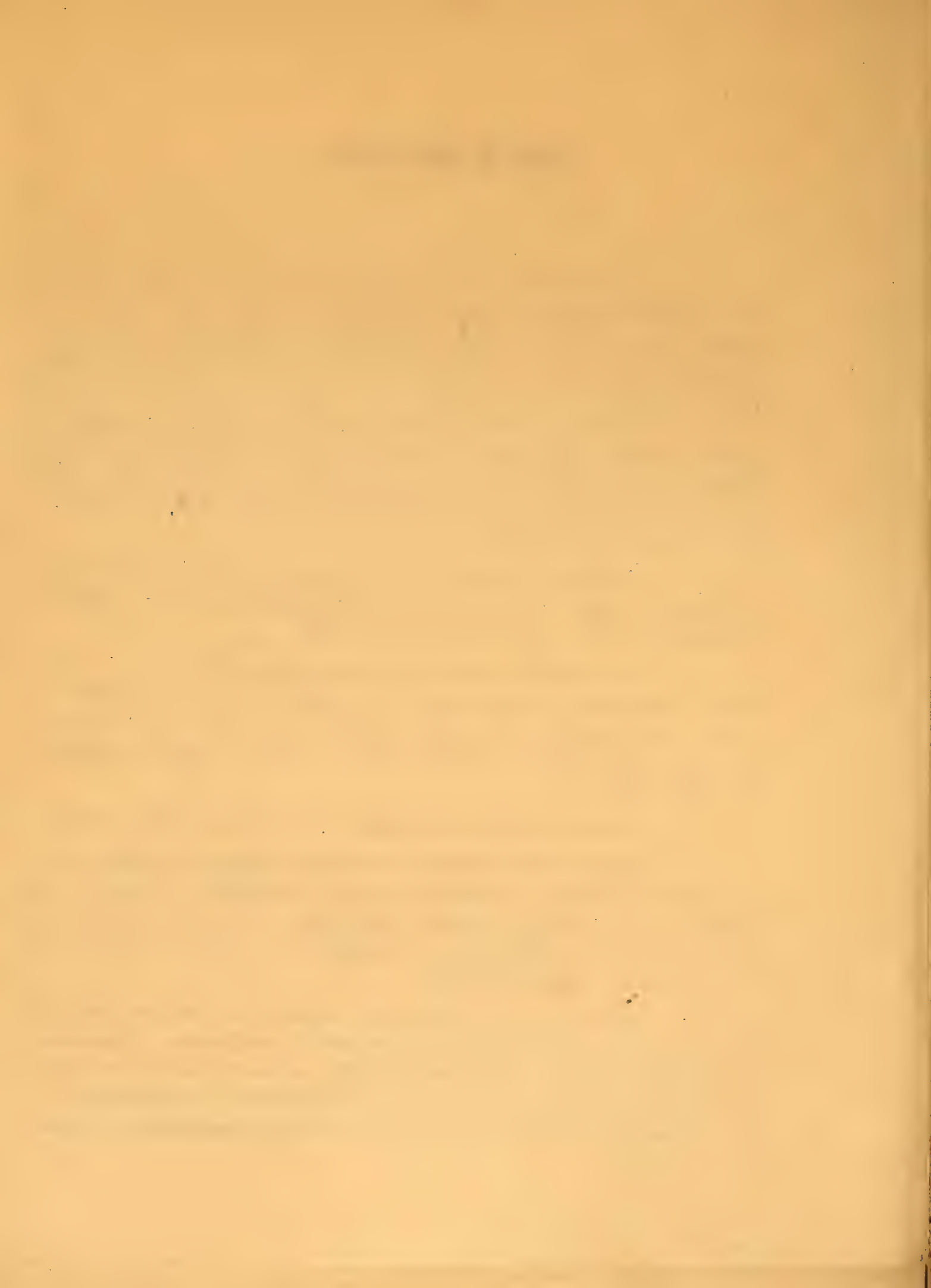
A SECIN, por isso, fez elaborar o novo Plano de Contas Único o qual foi aprovado pela Instrução Normativa SECIN / SEPLAN/PR nº 002, de 29 de março de 1983.

O trabalho resultou de pesquisas realizadas pela equipe integrante da Secretaria de Contabilidade desta SECIN e teve a coordenação da Dra. Sumie Butnem, Secretária de Controle Interno da SEPLAN/PR e Dr. José Augusto Taveira Filho, Secretário da CREDE/SECIN.

Diversas são as vantagens trazidas pelo novo Plano.

Dentre elas podemos ressaltar aquela que permite visualizar no Balanço a quantia com que o ORÇAMENTO da União contemplou cada Governo Estadual, Municipal, o Distrito Federal, e as instituições nacionais e estrangeiras. Antes mostrava-se impossível essa discriminação.

Hoje é possível detectar através da contabilidade todos os recursos em movimentação no país à margem do Orçamento Fiscal, bem como seus dispêndios. São valores oriundos do exterior em alguns casos e, em outros, originários do Orçamento, mas, desacompanhados do respectivo crédito orçamentário na fase



final de sua aplicação.

Vale reproduzir, a propósito, a mensagem divulgada nas páginas do exemplar confeccionado pela Imprensa Nacional e distribuído a todas as áreas de controle interno:

"APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta, destinado ao procedimento de operações contábeis ligadas a atos e fatos da gestão administrativa, com reflexo nas atividades orçamentário-financeiro-patrimoniais, a partir de janeiro de 1983, resulta de natural exigência imposta pelo dinamismo do setor público federal.

Não representa ele, apenas, a atualização do pioneiro trabalho vindo a lume por via do Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, constantemente revisto e melhorado, senão, também, o repositório de novas idéias a respeito do papel esclarecedor — ao lado da função controladora — da imagem refletida pela Contabilidade.

Gostaríamos de assinalar, neste particular, à guisa de esteio da nova concepção, o perfil delineado, por exemplo, para as contas de Despesa Realizada, agora distribuídas pelos diferentes níveis de governo. A despesa pública passará a identificar o direto e verdadeiro beneficiário, nem sempre nominado no Orçamento. Referimo-nos às transferências que se fazem em benefício de Estados e Municípios, do Distrito Federal e de Instituições Privadas, nacionais e estrangeiras.

A União passará a espelhar os valores que tiver aplicado nos próprios serviços, a seu cargo, apartados e distintos dos transferidos a outros governos, cuja identificação se fará, também.

Há outras inovações, que os estudiosos da Contabilidade Pública desde logo observarão. No fundo, acreditamos haver produzido trabalho até mais simplificado, embora atento e submisso ao rigor técnico e, quando necessário, fiel ao pormenor.

As equipes da Ciset/SEPLAN/PR e da SECIN se desdobraram no afã de produzir tarefa útil, a qual estará sempre aberta às bemvindas sugestões de todos — indistintamente.

Brasília-DF, 1983, março."

A CENTRALIZAÇÃO
DO SISTEMA DE AUDITORIA

A CENTRALIZAÇÃO DO SISTEMA DE AUDITORIA

O artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, sabemos, impôs à Secretaria-Central de Controle Interno, em decorrência de seu inciso II, a obrigação seguinte:

"exercerá em caráter exclusivo a atividade de auditoria contábil e de programas, tanto de órgãos da administração direta quanto de entidades da administração indireta, sem prejuízo da supervisão ministerial".

Longo e espinhoso, como já vimos, foi o caminho até aqui palmilhado pela Secretaria-Central de Controle Interno, que se via a braços, de um lado, com a necessidade de implantar o novo perfil do Controle e, de outro, paradoxalmente, com a indisponibilidade de espaço físico.

Com a entrega, entretanto, do Edifício "INTERCON", em 07 de março de 1985, começaram a chegar os primeiros contingentes de Auditores. E essa oportunidade não poderia ser desperdiçada, em termos de efetiva implementação do Sistema de Auditoria, mesmo que isso nos custasse alguns dissabores a mais. Todavia, para quem enfrentara tantos outros, anteriores, não custava enfrentar mais um. O administrador, todo administrador, precisa tomar decisões, ainda que estas se ressintam de imperfeições. O dilema hamletiano do "ser ou não ser" deve estar sempre vivo e presente na mesa do dirigente maior, que não pode simplesmente ver escoar o tempo e ocupá-lo em coisas inúteis. E, principalmente, quando se trata de cumprir leis ou regulamentos.

Fazer ou não fazer é o desafio do "to be or not to be" proferido por Hamlet. E nós, que estamos habituados a construir e não a demolir, tínhamos que decidir pela imediata centralização da auditoria, ganhando um ano no calendário, ou aceitar a acomodação e nesse caso permitir continuassem os serviços a cargo das antigas Divisões de Auditoria, retardando o cumprimento do Decreto nº 84.362/79.

Ora, seria imperdoável deixar escapar essa preciosa oportunidade de assumir a condução dos trabalhos auditoriais relativos ao exercício financeiro de 1982. E por tal razão optamos pelo "fazer", depois de conhecido o volume de tomadas-de-contas e de prestações-de-contas de todos os Ministérios (órgãos e entidades vinculadas).

Nossa primeira e honesta preocupação, contudo, foi reconhecer francamente, sem receio de nos envergonhar, que, dentro dos prazos tradicionalmente preestabelecidos, não poderíamos realizar tarefa de tal vulto. A apresentação de relatórios e certificados de auditoria de tomadas-de-contas (órgãos da administração direta), por exemplo, tinha de ser feita ao Tribunal de Contas da União até 30 de junho de 1983 e seria simplesmente temerário supor que o conseguíssemos. Afinal, eram 1.595 exames a realizar, compreendidos aí os órgãos e as entidades da administração indireta, numa sequência de prazos de ultimização a recomendar prudência e ponderação.

Não foi outro o motivo pelo qual nos dirigimos ao Egrégio Tribunal de Contas da União para solicitar o alongamento dos prazos, em caráter excepcional. E não sabíamos, a essa altura, que algumas fundações — então sob a responsabilidade da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Educação e Cultura — estavam com os exames atrasados desde 1976, sem que nada lhes acontecesse, a não ser a sucessiva prorrogação de prazos solicitados, concedidos e nunca obedecidos. E esse peso aumentou o fardo da Secretaria-Central de Controle Interno.

Em resumo, os novos prazos por nós solicitados foram concedidos. E aqui deixamos consignado nosso agradecimento ao digno Assessor de Planejamento, Coordenação e Controle do Tribunal de Contas da União, Professor Ivo Krebs Montenegro, bem como aos não menos ilustres titulares das Inspetorias-Gerais de Controle Externo da mesma Corte, que se manifestaram, nesse episódio, unanimemente, pela outorga da dilação de prazo, — de resto fielmente cumprido.

PROCESSAMENTO DE DADOS

PROCESSAMENTO DE DADOS

No transcorrer do exercício de 1983, a Secretaria de Processamento de Dados-DAPRO concluiu e implantou, com absoluto sucesso, todos os projetos iniciados no exercício anterior. A DAPRO se dedicou, também, a atividades de aprimoramento dos atuais sistemas, desenvolvimento de sistemas de consulta, estudo de nova solução alternativa a ser adotada no processamento a nível nacional, além das atividades de operação, prestando atendimento a diversos órgãos tecnicamente ligados à Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN.

IMPLANTAÇÃO

Com a conclusão dos trabalhos de desenvolvimento do Sistema Integrado de Contabilidade e Execução Orçamentária-CAF, todos os esforços da DAPRO foram concentrados na consecução dessa meta.

A primeira parte, composta do módulo I - Contabilidade e Execução Orçamentária Analítica, ocorreu durante os meses de março e abril, atingindo todas as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF's/SECIN.

Esse sistema, além de atender a todas as DECOF's/SECIN, está também implantado nas Secretarias de Controle Interno dos Ministérios da Fazenda, Justiça, Comunicações, Saúde,

Trabalho, Educação e Cultura, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República e no órgão de contabilidade do Conselho de Segurança Nacional. As Secretarias de Controle Interno do Ministério do Interior, Previdência e Assistência Social, Relações Exteriores, Transportes e Aeronáutica receberam cópias do sistema por terem manifestado à Secretaria-Central de Controle Interno interesse em sua utilização.

A segunda parte, composta dos módulos II e III, 1ª consolidação e consolidação geral, respectivamente, foi implantada na DAPRO/SECIN no mês de julho.

O módulo IV - Extração dos Balanços-Gerais foi integralmente testado e apto a ser utilizado quando da emissão dos Balanços-Gerais da União, do corrente exercício de 1983.

DESENVOLVIMENTO

Foram feitos no exercício de 1983 dois trabalhos distintos na área de desenvolvimento: o sistema de consulta aos cadastros e o estudo de uma alternativa de processamento.

O sistema "consulta" permite ao usuário acessar, em diversos níveis, dados orçamentários, financeiros e contábeis, tanto a nível de Unidade da Federação, quanto a nível consolidado.

Esse sistema foi implantado no Tribunal de Contas da União através da instalação de um terminal e de uma impressora "escrava", ligados remotamente ao computador central da Secretaria-Central de Controle Interno.

Com o objetivo de atender a outros usuários está em estudo na DAPRO uma evolução desse sistema diversificando os níveis de consulta.

A implementação desse novo sistema está prevista para o 1º semestre de 1984.

Em função dos enormes problemas enfrentados pela DAPRO na atual instalação, como a obsolescência do equipamento COBRA-400 instalado em 18 capitais, necessidade de treinamento a nível nacional de operadores de computador, capacidade máxima de processamento ultrapassada em equipamento de diversos estados, gasto de manutenção dos atuais equipamentos COBRA-400 e, principalmente, a implantação do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro-AFFIN, previsto para o exercício de 1984, foi realizado minucioso estudo visando a encontrar uma solução adequada.

Este estudo, baseado em performance e custo, aponta como melhor medida um processamento parcialmente centralizado, composto de centros regionais (polos) equipados com computadores de pequeno porte (os COBRA-530 já existentes). Tais polos atenderiam diretamente aos usuários locais (DECOF's) e aos usuários geograficamente próximos, através de telecomunicações. Desta forma o usuário servir-se-ia apenas de terminais e impressoras não mais se preocupando com a operação do equipamento, à exceção das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF's-polos (5 ao todo).

Esse propósito prevê também a existência de um centro principal, equipado com computador de médio porte, em Brasília-DF, no qual seriam agregadas as informações oriundas dos polos.

O fluxo de informações entre os polos regionais e o centro principal seria realizado por meio de transporte de fita magnética ou através de telecomunicações conforme a necessidade de

agilização dos dados a processar.

EQUIPAMENTOS

Foram adquiridos da COBRA-Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. dois terminais de vídeo modelo TI 100-I e duas impressoras 180 CPS para instalação no Tribunal de Contas da União-TCU e na Secretaria de Controle Interno da SEPLAN (CISSET/SEPLAN/PR).

A instalação de um terminal e uma impressora no Tribunal de Contas da União faz parte da implantação do sistema-consulta naquela Corte e disponível a partir de outubro/1983.

O outro conjunto — terminal mais impressora — será utilizado pela CISSET/SEPLAN no seu processamento diário do sistema de contabilidade e execução orçamentária.

Esses terminais e as impressoras serão ligados remotamente ao computador central da DAPRO/SECIN.

INSTALAÇÕES

O ano de 1983 presenciou, ainda, a efetiva instalação dos equipamentos COBRA-530 nas DECOF's de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em consequência desse bom impulso, aliado à anterior ativação de idênticos equipamentos COBRA-530, nas DECOF's de Rio de Janeiro e São Paulo, foi feita a doação dos computadores COBRA-400 às Secretarias de Controle Interno dos Ministérios da

Saúde, Justiça e Comunicações e, também, instalado um computador COBRA-400 na Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no Estado do Acre.

PRODUÇÃO

Com referência ao processamento de informações propriamente dito, a DAPRO se dedicou basicamente a duas tarefas distintas: execução direta dos serviços e apoio operacional.

Foi executado diretamente pela DAPRO o sistema de consolidação e extração dos Balanços-Gerais da União, além dos serviços de contabilidade e execução orçamentária das CISET's da SEPLAN e dos Ministérios da Saúde, Justiça e Comunicações, até que os equipamentos desses ministérios possam ser instalados — presumivelmente no primeiro trimestre de 1984.

TREINAMENTO

Foram realizados em conjunto com a COBRA-Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. cursos de operação COBRA-530 para funcionários das DECOF's onde se instalaram tais equipamentos.

O mesmo tipo de treinamento foi também oferecido a todos os operadores da DAPRO/SECIN.

CURSOS, PALESTRAS
CONFERÊNCIAS E TREINAMENTOS

CURSOS, PALESTRAS, TREINAMENTOS E CONFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO DE 1983

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-SEPLAN/PR

LOCAL: Edifício-Sede da SEPLAN/PR - Brasília/DF

TEMA : Treinamento sobre o Novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta editado pela Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 29.03.83

DATA : 02 de maio de 1983

EXPOSITORES: Sumie Butuem

José Augusto Taveira Filho

PARTICIPANTES: Delegados-Regionais de Contabilidade e Finanças de todos os Estados.

MINISTÉRIO DA MARINHA - ESCOLA DE GUERRA NAVAL

LOCAL: Rio de Janeiro/RJ

TEMA : Estrutura da Administração Pública Federal e Controle Interno

DATA : 14 de junho de 1983

CONFERENCISTA: Fernando de Oliveira

Em face do alto nível dos participantes — oficiais superiores da Marinha — o conferencista esquematizou a palestra de forma a realçar os campos orçamentário, de administração financeira, contábil e auditorial.

Foram os seguintes os tópicos enfocados:

I ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA E INDIRETA

- . Organograma - Administração Direta
- . Organograma - Administração Indireta

II SISTEMA ORÇAMENTÁRIO NACIONAL

- . Os Instrumentos de Planejamento
- . Plano Geral do Governo
- . Planos Gerais, Setoriais e Regionais de Duração Plurianual
- . Receita por Unidade da Federação
- . Confronto entre a Receita Estimada e Arrecadada
- . Dívida Ativa da União
- . Orçamento Programa Anual
- . Programação Financeira de Desembolso
- . Despesa Realizada
- . Despesa por Órgãos, segundo a sua Natureza
- . Despesa por Funções, segundo a Categoria Econômica
- . Despesa por Unidade da Federação

III SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, CONTABILIDADE E AUDITORIA

- . Controle: Sua Imposição
- . Controle Interno
- . As Secretarias de Controle Interno
- . Planejamento, Execução e Controle
- . Planejamento, Coordenação e Controle
- . A Conjuntura Econômico-Financeira
- . Como Exercer o Controle
- . Administração Financeira
- . Contabilidade

- . Auditoria
- . Hígiene das Finanças Públicas
- . Empresas Estatais

SEMINÁRIO SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO/IBM

LOCAL: Centro Educacional Residencial da Gávea-Rio de Janeiro/RJ
 TEMA : O Novo Modelo de Controle Interno e o Acompanhamento Físico-Financeiro
 DATA : 07 de julho de 1983

O Seminário SECIN/IBM foi desenvolvido durante o dia inteiro e teve como tema central a necessidade de se colocar em programa de processamento de dados o sistema de acompanhamento físico-financeiro cujos estudos, pela equipe da SECIN, já se encontravam em avançado estágio. O contato com a IBM procurou obter algumas das respostas, a nível de computador, exigidas pela enorme massa de trabalho com que tínhamos de nos defrontar.

Logo à primeira hora do expediente da manhã altos dirigentes da IBM receberam a equipe da SECIN e fizeram objetiva exposição a respeito da empresa, sua origem, estrutura, programas de trabalho, suas filiais, preocupação com o sempre bom atendimento da clientela e, destacadamente, o contínuo esforço de manutenção de seus quadros funcionais dentro de altos padrões de estímulo e recíprocos benefícios.

A delegação da SECIN se compunha de Fernando de Oliveira, Secretário-Central de Controle Interno; Sumie Rutnem, Secretária de Controle Interno da SEPLAN/PR; José Augusto Traveiro Filho, Secretário de Contabilidade; Dimas Moreira, Secretário de Administração Financeira; Fernando Mejdalani Neves, Secretário de Processamento de Dados; Geraldo de Castro, Delegado-Regional de Contabilidade e Finanças no Estado do Rio de Janeiro; e Jonil Rodrigues Loureiro, Diretor de Divisão da DECOF/AL. Integrou a delegação, também, na qualidade de convidado especial, o Diretor do

Departamento de Administração da SEPLAN/PR, José Clemente de Moura. Ainda na parte da manhã, essas autoridades tiveram oportunidade de expor aos técnicos e dirigentes da IBM os seguintes assuntos:

- . Órgãos e Entidades - conceito
- . Controles: Externo e Interno
- . Novo Modelo de Controle Interno
- . Planejamento, Execução e Controle
- . Como exercer o Controle
- . Administração Financeira
- . Contabilidade
- . Auditoria Contábil
- . Auditoria de Programas
- . Relatórios de Auditoria

Após o almoço, gentilmente oferecido pelos anfitriões, houve apresentação sobre Sistema de Administração de Recursos Financeiros, Sistema de Elaboração e Acompanhamento Orçamentário e Sistema para Administração de Projetos, através de objetivas palestras ministradas por qualificados técnicos da IBM do Brasil-Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., cabendo deixar aqui registrados nossos melhores agradecimentos pelas atenções a nós dirigidas por essa respeitável Empresa.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

LOCAL: Auditório do QG - Setor Militar Urbano - Brasília/DF

CURSO: V Curso de Atualização em Matéria Orçamentária, sob os auspícios da Escola de Administração Fazendária-ESAF

DATA: 08 de agosto de 1983

CONFERENCISTA: Fernando de Oliveira

TEMA: O Sistema de Controle Interno

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

LOCAL: Itaipava/RJ - Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior-PLANFAP

Centro de Estudos e Conferências da CAEEB (Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras)

CURSO: Seminário de Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria

DATA : 05 a 09 de setembro de 1983

EXPOSITORES:-Fernando de Oliveira

Controles Interno e Externo

-Sumie Butuem

Contabilidade - Novo Plano de Contas Único

-José Augusto Taveira Filho

Contabilidade Analítica, Contabilidade Sintética e Contabilidade Geral

-Fernando Mejdalani Neves

Processamento de Dados nos Órgãos de Contabilidade Analítica, Setoriais e Central

O Seminário teve por objetivo familiarizar Unidades Orçamentárias, Administrativas, Gestoras e de Controle aos procedimentos ligados à execução orçamentário-financeira e ao controle. Contou com 34 participantes, executores e controladores, envolvendo as seguintes áreas:

- Órgãos do Ministério das Minas e Energia; e
- Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças da SECIN no Estado do Rio de Janeiro.

A coordenação técnica e administrativa do Seminário es- teve a cargo do Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior-PLANFAP.

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SEPLAN/PR

LOCAL: Auditório do Edifício INTERCON/SECIN - Brasília-DF

CURSO: Treinamento e Aperfeiçoamento de Auditores

DATA : novembro e dezembro de 1983

EXPOSITOR: Antônio dos Santos Oliveira

PARTICIPANTES: Todos os Auditores lotados na Secretaria-Central de Controle Interno, divididos em 3 turmas.

O curso foi ministrado em duas semanas por turma, em aulas diárias de 5 horas.

As lições introdutórias, que permitiram uma visão geral sobre a legislação, estatutos, forma admitida em direito e plano de contas das empresas estatais, foram sucedidas por estudos práticos dos exames formais a se realizarem nos livros, balancetes e orçamentos das empresas, aprofundando-se por fim na análise contábil.

Assim se sumarizaram os assuntos verificados:

- . Introdução (Legislação, Estatutos, Forma Admitida em Direito, Plano de Contas)
- . Exames Formais (Livros comerciais, Livros de Atas, Balancete do Livro Razão no final do exercício, Declaração do Imposto de Renda, Orçamentos próprios da empresa)
- . Ativo
- . Passivo
- . Contas de Lucros (ou Prejuízos) Acumulados
- . Contas de Resultado do Exercício
- . Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos



- . Notas Explicativas
- . Jurisprudência do Controle Externo
- . Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001,
de 02.02.81
- . Conclusão

ENCONTRO DE DIRIGENTES DA SECIN/SEPLAN/PR

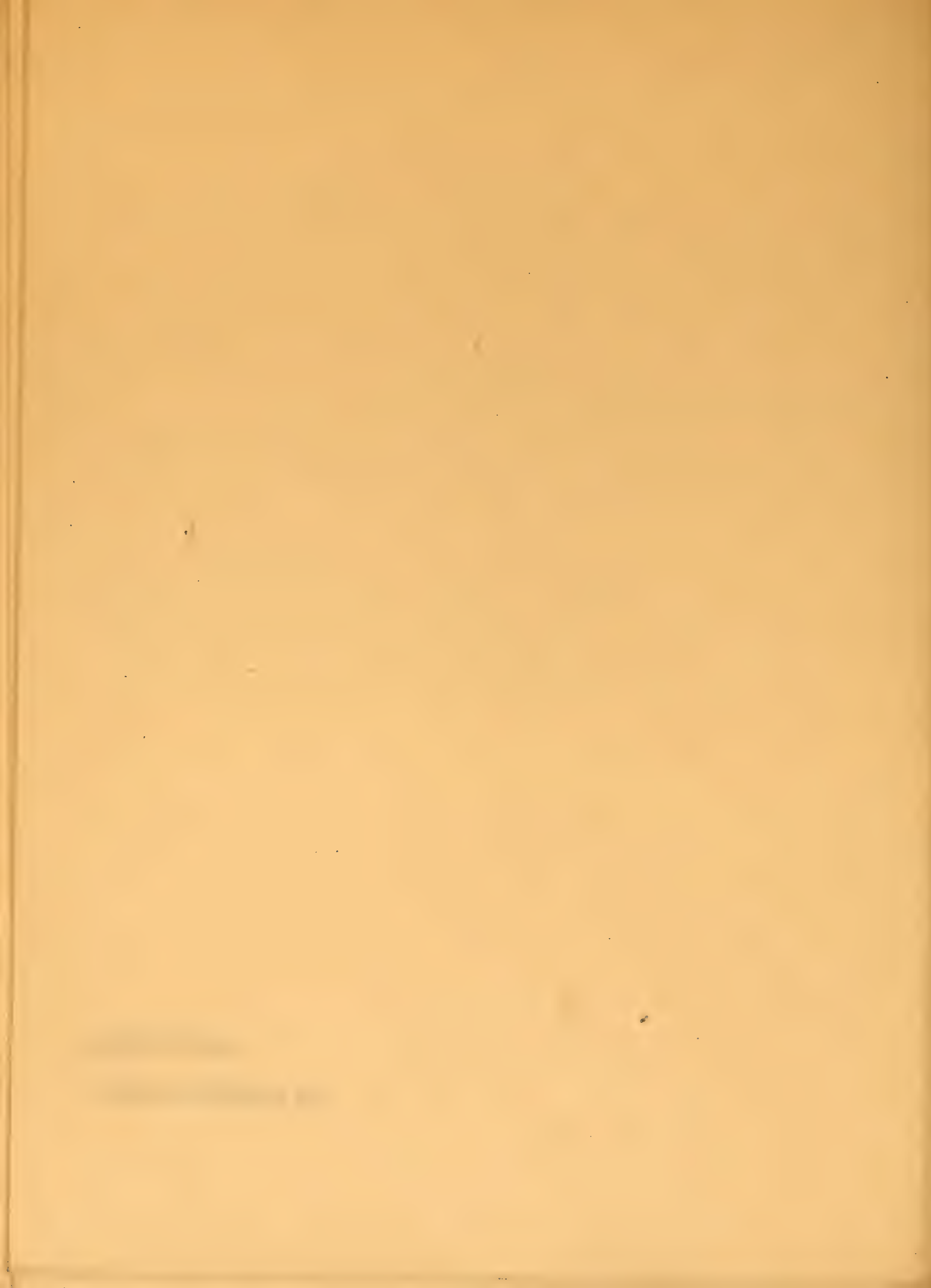
LOCAL: Auditório do Edifício INTERCON - Sede da Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN/SEPLAN/PR

DATA: 16 de dezembro de 1983

O Encontro reuniu os dirigentes da sede central , os titulares das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados e o Delegado-Regional de Auditoria no Estado do Rio de Janeiro, com o escopo de apresentar e debater dúvidas e problemas comuns ligados ao encerramento do exercício financeiro de 1983.



CENTRALIZAÇÃO
OU DESCENTRALIZAÇÃO ?



CENTRALIZAÇÃO OU DESCENTRALIZAÇÃO ?

A centralização da auditoria na Secretaria-Central de Controle Interno deu margem a que se ressuscitasse a sempre polêmica questão: centralizar ou descentralizar?

As atividades técnicas devem ser centralizadas. As de mera execução, dentro de rotinas ou manuais específicos, devem, ao contrário, ser descentralizadas. Esse é um dos postulados fundamentais da Administração Federal, inscrito no complexo da Reforma Administrativa. A auditoria é atividade técnica, colocada no bojo de outro princípio fundamental, que é o Controle.

O que vale, porém, mesmo, é a vontade governamental, expressa em ato próprio do Presidente da República e acorde à lei. Se Sua Excelência houve por bem decidir que a área de auditoria devesse integrar a Secretaria-Central de Controle Interno e, por via de consequência, extintas fossem as Divisões de Auditoria dos Ministérios Civis, nada mais restará a questionar nem discutir.

Essa vontade soberana está definida no Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979.

Cessem, pois, as objeções quanto à propriedade ou inconveniência de centralizar ou descentralizar, divulgadas inclusive pelos jornais e dirigidas frontalmente ao Sistema de Controle Interno, mais especificamente à Secretaria-Central de Controle Interno, porque em verdade o afã dos inconformados fá-los esquecer-se de que estão criticando uma decisão de mais alto nível hierárquico, que a nós cabe apenas cumprir — e bem.

Alguns ficam brandindo braços e vociferando para causar efeito a um auditório muitas vezes ávido pela contestação e disposto a aplaudir a quem, preconcebidamente, pretende ser crítico de obras prontas.

Deleitam-se certas criaturas em lançar ferinos dardos contra quem se esforça por fazer jus à honrosa escolha de levar adiante a obra encomendada, sabendo-a áspera. Fácil é a crítica, difícil é a arte.

Quando, todavia, os doestos partem da própria área de controle, instala-se o caos, tal como o inimigo dentro de nossa trincheira. Os que brandem seus tacapes e bordunas atingem, dolorosamente, não as pessoas em seu aspecto externo, físico, porém, o que nelas há de mais puro e recatável, que é seu próprio íntimo, a consciência, a vontade de ser útil, de não se corromper e, até, se preciso for, perder os amigos que eventualmente lhe estejam ao lado. Em nosso caso, é preciso manter a fidelidade à origem, construída em berço humílimo e pobre — mas caminhando pelo Mundo com a cabeça permanentemente erguida, olhando nos olhos do interlocutor, com altivez, sem jaca, nem temor. Não é o cargo que confere dignidade ao ocupante. Bem ao contrário, é o indivíduo que empresta sua dignidade ao cargo. As obras, quando destinadas a perpetuar-se, têm prazo muito mais longo que a efêmera passagem de seu autor pela Vida. Não é o nosso nome que perdura ou está em jogo, senão a obra que tenhamos talvez conseguido construir.

Recusamos, porisso, que os críticos de última hora, ou de sempre, — ignoramos se por inspiração pessoal ou arautos de sermões alheios — venham a perturbar o silêncio de quem nada mais deseja senão trabalhar. E isto não quer absolutamente significar queiramos receber branduras ou blandícias, mas, severos e vigilantes reparos, quando merecidos e a qualquer tempo.

Em meio a tantos obstáculos, pela ausência de recursos materiais e humanos e, repitamos, de instalações, a Secretaria-Central de Controle Interno alcançou o meritório êxito jamais registrado pelos anti-controles: os Balanços-Gerais da União correspondentes aos exercícios de 1980, 1981 e 1982, foram colocados a tempo em mãos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, isto é, bem antes do prazo constitucional e fatal. Pôde Sua Excelência, assim, fazer chegar ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União as suas prestações-de-contas aquém da data-termo prevista na Constituição, 30 de abril.

É importante registrar que o Balanço-Geral da União é fruto de exaustiva análise e final acolhimento, pelo controle, de cada um dos documentos do gestor e compreende todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial de toda a Administração Federal — e de todos os Poderes da República.

Vê-se que somente pessoas mal informadas ou intencionalmente maldosas — sabido é que apenas alguns poucos homens patriotas e honestos admitem ser controlados — poderiam encetar tão tumultuada e virulenta crítica contra o Controle Interno pela simples circunstância de haver sido justificadamente retardado o encerramento, pela auditoria, das tomadas-de-contas e prestações-de-contas. Ignoram essas pessoas, certamente, que as tomadas-de-contas oferecem utilidade objetiva quase nula e constituem figuras obsoletas. Não foram abolidas, ainda, em decorrência do formalismo legal, já a esta altura carecedor de reformulação. É preciso, em suma, prostrer as tomadas-de-contas, supérfluas porque repetitivas dos atos de controle executados no dia-a-dia em todos os documentos, numa por amostragem. E neste propósito não estamos isolados. Estamos em excelente companhia, porque a área técnica do Tribunal de Contas da União compartilha de nosso ideal.

Superadas as sucessivas agressões à Secretaria-Central de Controle Interno e agora ao encerrar mais um Balanço-Geral da União, o de 1983, lavramos com orgulho neste relatório o singular fato de que a SECIN, assim como suas co-irmãs, as Secretarias de Controle Interno, em nenhum momento puderam ser alvo de lembranças menos airozas por atos praticados e que lhes pudessem denegrir a honra ou a marca de sua total lisura e intenso trabalho em benefício do país e de sua comunidade.

Temos muito a fazer, sabemos-lo. Somos côm-scio de que nos falta apresentar o remate das extensas atribuições definidas na legislação.

Não aceitamos, no entanto, qualquer execração que concorra para confundir a opinião publica em detrimento da boa imagem do Sistema a cuja frente momentaneamente nos encontramos.

A PENOSA MONTAGEM DO
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A PENOSA MONTAGEM DO NOVO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O longo e sinuoso itinerário percorrido até 07 de março de 1983 foi, aparentemente, pouco produtivo. Limitávamo-nos, dentro da precariedade de acomodações físicas — inobstante, repetimos, os espaços cedidos pela CISET/SEPLAN —, a elaborar instruções normativas, portarias, ofícios-circulares, projetos-de-leis, projetos-de-decretos-leis, projetos-de-decretos e outros instrumentos, ou auxiliando a prepará-los, inclusive a pedido do Programa Nacional de Desburocratização, assim como cuidando da matéria exigida pela nova concepção do sistema de controle interno.

A criação de funções de direção e assessoramento superior e intermediário obrigou-nos a nos empenhar arduamente no sentido de obter os valores remuneratórios de dirigentes, chefes, assessores e pessoal de nível intermediário, não apenas para a SECIN, mas, simultaneamente, para todas as Secretarias de Controle Interno. Esse esforço foi enfim concretizado através do Decreto nº. 86.863, de 19 de janeiro de 1982 (para a área SEPLAN/PR, dentro de sua nova condição de órgão-central dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria). Seguiram-se-lhe os Decretos abrangendo as Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis, Órgãos da Presidência da República e Unidades equivalentes das Pastas Militares.

A implementação da área de contabilidade analítica nos Estados, após desativadas as inspetorias-seccionais de finanças e núcleos de contabilidade analítica dos Ministérios Cíveis, constituiu um aspecto positivo. Instaladas em meados de setembro de 1982, as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças da SECIN recolheram nesses quase três meses de 1982 toda a experiência que viria a ser posta vigorosamente, a partir de 1983, e já com todas as observações a respeito do comportamento de cada uma das unidades gestoras locais, a serviço do homogêneo tratamento das operações por elas praticadas.

Definido por alguns colegas do controle interno como o "período de arrumação", foi esse último trimestre de 1982, na verdade, o elo entre o passado das Inspetorias-Gerais de Finanças e o futuro das Secretarias Central e Setoriais de Controle Interno, no campo da contabilidade analítica. No Distrito Federal, contudo, a diferença não chegou a ser percebida, porque as operações praticadas em Brasília continuaram a ser escrituradas pelas mesmas e antigas inspetorias-seccionais de finanças no DF, cujas atribuições se mantiveram inalteradas, em sua maioria, salvo quanto à denominação delas, que passou a ser, como nos Estados, Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças, com direta filiação às Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis, DASP e SEPLAN.

A reformulação dos procedimentos de natureza orçamentária e financeira, operada via IN/SECIN/Nº 004, de agosto de 1982, foi outra etapa repleta de dificuldades. O tratamento dispensado a suprimento de fundos, por exemplo, sofreu e sofre até hoje cont^utação. Muitos se habituaram ao cômodo sistema de realizar boa parte da despesa mediante o regime excepcional de suprimento de fundos, em lugar de o fazerem sob o processamento normal da despesa pública (empenho prévio). Claro está que certas autoridades não gostaram do inovador cerceamento da proliferação dos gastos públicos sob a responsabilidade de apenas um agente pagador.

Outro percalço foi a eliminação de centavos de Cruzeiro no resultado final dos cálculos. As objeções quase se nivelavam ao franco acolhimento. Poucas pessoas assimilavam, de início, o verdadeiro motivo da eliminação das frações de nossa moeda, localizado na necessidade de otimizar as máquinas calculadoras (importadas e de alto custo) e permitir um campo mais útil para os computadores. Ademais, dentro da atual conjuntura financeira e inflacionária de nosso país, nenhuma representatividade oferecem os centavos. Mas, como sempre sói acontecer, certos burocratas, muito mais atentos à própria conveniência da velha rotina estabelecida, preferiam conviver com os centavos, em lugar de aceitar o realismo de sua inutilidade.

Hoje, ultrapassada essa difícil e para nós desgastante fase, o Serviço Público Federal já baniu para sempre os centavos

de Cruzeiro. Contribuintes, fornecedores, prestadores de serviços e servidores públicos da administração direta e indireta comportam-se de acordo com a IN/SECIN/nº 4/82, ainda porque está ela envol_{ta} na obrigatoriedade construída pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº. 1970, de 29 de novembro de 1982:

"Nas operações realizadas em moeda nacional, de natureza orçamentária, financeira e contábil, em que figurem órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como as fundações por estes mantidas ou instituídas, serão desprezadas, no resultado final dos cálculos, as frações de Cruzeiro (Cr\$)".

EDIFICIO-SEDE
DA SECIN/SEPLAN

EDIFÍCIO-SEDE DA SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO-SECIN

Os percalços antepostos à instalação física da Secretaria-Central de Controle Interno começaram a partir de 1980, quando foi adquirido o Edifício "Hertz", situado no Setor de Rádio e Televisão Sul (SRTVS), Lote 8, em Brasília, no Distrito Federal. Seria demasiado longo descrever aqui os estorvos que o Serviço de Engenharia da SEPLAN teve de arredar a fim de permitir fosse o imóvel dotado de condições mínimas de segurança e habitabilidade.

Seria oportuno reler o Relatório das Atividades Administrativas que acompanhou os Balanços-Gerais da União de 1981, em cujas páginas 32 e 33 comentávamos os obstáculos impeditivos da presença da SECIN no prédio que lhe havia sido destinado.

Em 07 de março de 1983, finalmente, o imóvel, já então sob a denominação de Edifício "INTERCON", nos foi entregue. A partir daí é que se tornou possível localizar sob o mesmo teto os servidores e dirigentes das áreas integrantes do órgão-central de sistema de controle interno. Sem qualquer decoração, anote-se.

Fiquem aqui assinalados os agradecimentos a todos quantos direta ou indiretamente contribuíram para que a sede da SECIN fosse concluída e dotada de móveis, instalações, divisórias, aparelhos telefônicos, telex, equipamento de processamento de dados, unidades de ar condicionado e som ambiente, máquina xerocopiadora e outros benefícios. De maneira muito especial, o reconhecimento é dirigido ao Departamento de Administração da SEPLAN, conduzido pelo Dr. José Clemente de Moura e coadjuvado pela equipe que

se desdobrou para cumprir, como cumpriu, com zelo e dedicação, a tarefa que seguidas dificuldades teimavam em obstar.

Não logramos obter a honrosa presença do Senhor Presidente da República e a do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento no dia da inauguração, embora tivéssemos nos esforçado intensamente para conseguí-lo. Afinal, os verdadeiros donos desta Casa são o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo e o Ministro Antônio Delfim Netto, porque foram eles os autores da grande transformação do sistema de controle interno iniciada através do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979.

O ato de inauguração oficial do Edifício INTERCON foi bastante simples — apenas um bolo e alguns refrigerantes foram servidos —, sem discursos, alarde, fotografias ou efeito publicitário. Lembramo-nos de que vieram compartilhar de nossa alegria, irmanando-se à equipe da Secretaria-Central de Controle Interno, o Dr. Gilson Ribeiro Reis, Diretor-Geral do Departamento de Pessoal da SEPLAN, o Dr. José Clemente de Moura, Diretor do Departamento de Administração da SEPLAN e outras autoridades do D.A., assim como nossos prezados colegas Secretários de Controle Interno dos Ministérios Cíveis e órgãos da Presidência da República.

Estavam presentes, também, os principais responsáveis pela entrega definitiva da sede da SECIN, Arquiteto Hélcio de Freitas Cordeiro e Arquiteta Beatriz Cristino Jácomo, que se desdobraram, dia e noite, e também aos sábados e domingos, para vencer os inúmeros desafios colocados no caminho da obra a concluir. Não foi outra a razão de termos pedido à Arquiteta Beatriz que cortasse a primeira fatia do bolo e assim se inaugurasse simbolicamente o Edifício INTERCON.

A esta altura, caberia perguntar: onde estava anteriormente localizada a Secretaria-Central de Controle Interno?

Estava no Edifício-Sede da SEPLAN/PR, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "K", em Brasília-DF, na sobreloja, ocupando espaços da Secretaria de Controle Interno, gentilmente cedidos. E não podia implementar todas as atribuições, principalmente as da área de auditoria, por falta absoluta de espaço físico para acolher os auditores disseminados por todas as Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Civis, os quais somente puderam ser requisitados a partir de março de 1983.

Fique aqui lançada nossa eterna gratidão à Senhora Secretária de Controle Interno da SEPLAN/PR, Drª Sumie Butuem, bem como aos seus companheiros de trabalho, pelo acolhimento dispensado à ainda pequena equipe da SECIN, desde 02 de janeiro de 1980 até 07 de março de 1983, porquanto o órgão recém-nascido dependia de tudo e de todos. E essa compreensão da Ciset/SEPLAN já mais nos faltou.

VISITA ÀS DECOF'S

VISITA ÀS DECOF'S NOS ESTADOS

O titular da Secretaria-Central de Controle Interno visitou, no decorrer do 2º semestre de 1983, as seguintes Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças (DECOF's) nos Estados:

- . Acre
- . Alagoas
- . Bahia
- . Ceará
- . Espírito Santo
- . Maranhão
- . Mato Grosso
- . Minas Gerais
- . Pará
- . Paraná
- . Piauí
- . Rio Grande do Sul
- . Rio de Janeiro
- . Santa Catarina
- . São Paulo
- . Sergipe

As DECOF's dos Estados do Amazonas, Goiás, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, assim como a Delegacia-Regional de Auditoria (DERAU) no Estado do Rio de Janeiro foram incluídas na programação de visitas de 1984.

Assinale-se a circunstância de que — embora instaladas e em efetivo funcionamento desde setembro de 1981, com a posse dos Delegados-Regionais de Contabilidade e Finanças — somente um ano depois, praticamente, pôde o chefe da SECIN conhecê-las fisicamente, bem como aos servidores lotados em cada uma delas, desde o delegado até os diretores, chefes, assistentes, secre

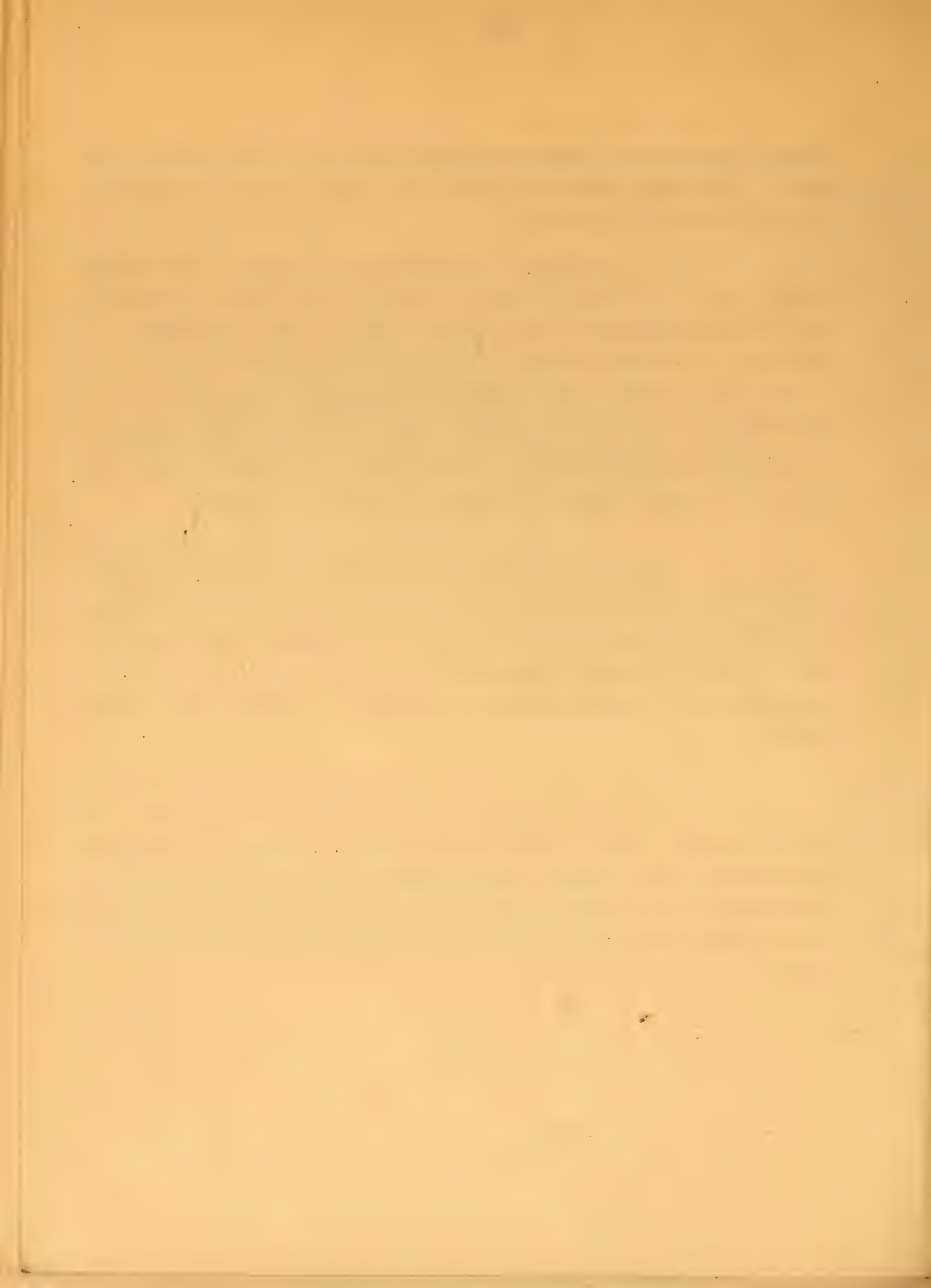


tários, funcionários técnicos e administrativos, assim como os de apoio, cujas mãos foram apertadas com o mesmo carinho e respeito, sem distinção de hierarquia.

Os problemas ou dificuldades levados a nosso conhecimento, na oportunidade, foram de pronto resolvidos ou anotados, para solução posterior. Desde logo, contudo, ficou ressaltado o positivo reflexo da unificação dos serviços de contabilidade analítica num só órgão, pela homogeneidade exigível em relação aos procedimentos a cargo das unidades gestoras dos Ministérios Cíveis — antes ligados a Inspetorias-Seccionais de Finanças (ISF's) ou Núcleos de Contabilidade Analítica (NC's) da Pasta a cuja estrutura se subordinavam as Inspetorias-Gerais de Finanças.

A Sr^a Sumie Butuem, Secretária de Controle Interno da SEPLAN/PR, teve igualmente oportunidade de visitar as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados, às quais transmitiu suas observações a respeito do comportamento verificado em termos de execução orçamentária, financeira e contábil das operações por elas praticadas na condição de unidades gestoras da SEPLAN.

Recorde-se que não temos, ainda, Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia, assim como nos Territórios do Amapá e de Roraima. As operações das unidades gestoras de Mato Grosso do Sul são contabilizadas pela DECOF/São Paulo; as de Rondônia, pela DECOF/Goiás; as do Amapá, pela DECOF/Pará; e as de Roraima, pela DECOF/Amazonas.

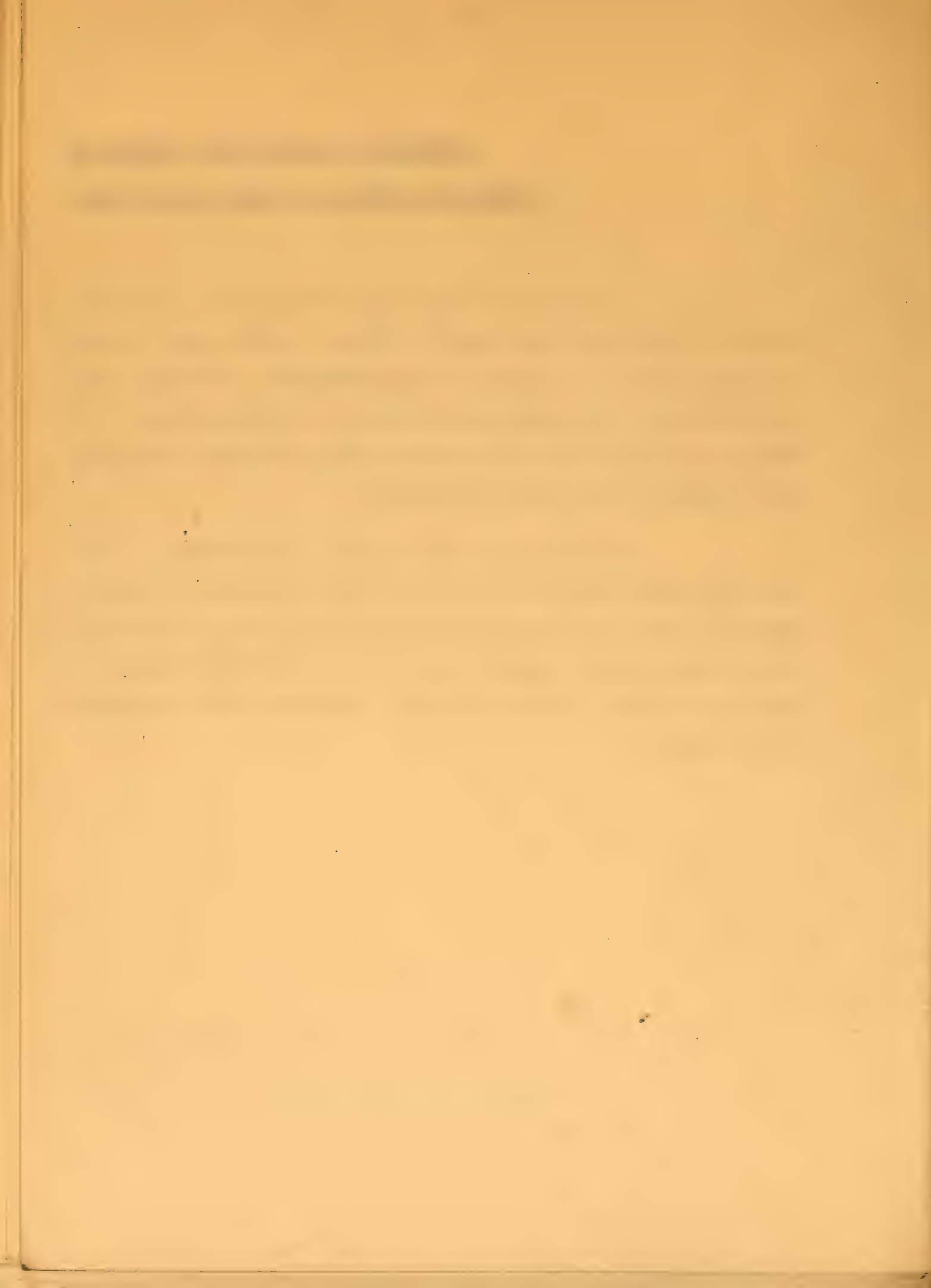


COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E TOMADA-DE-CONTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

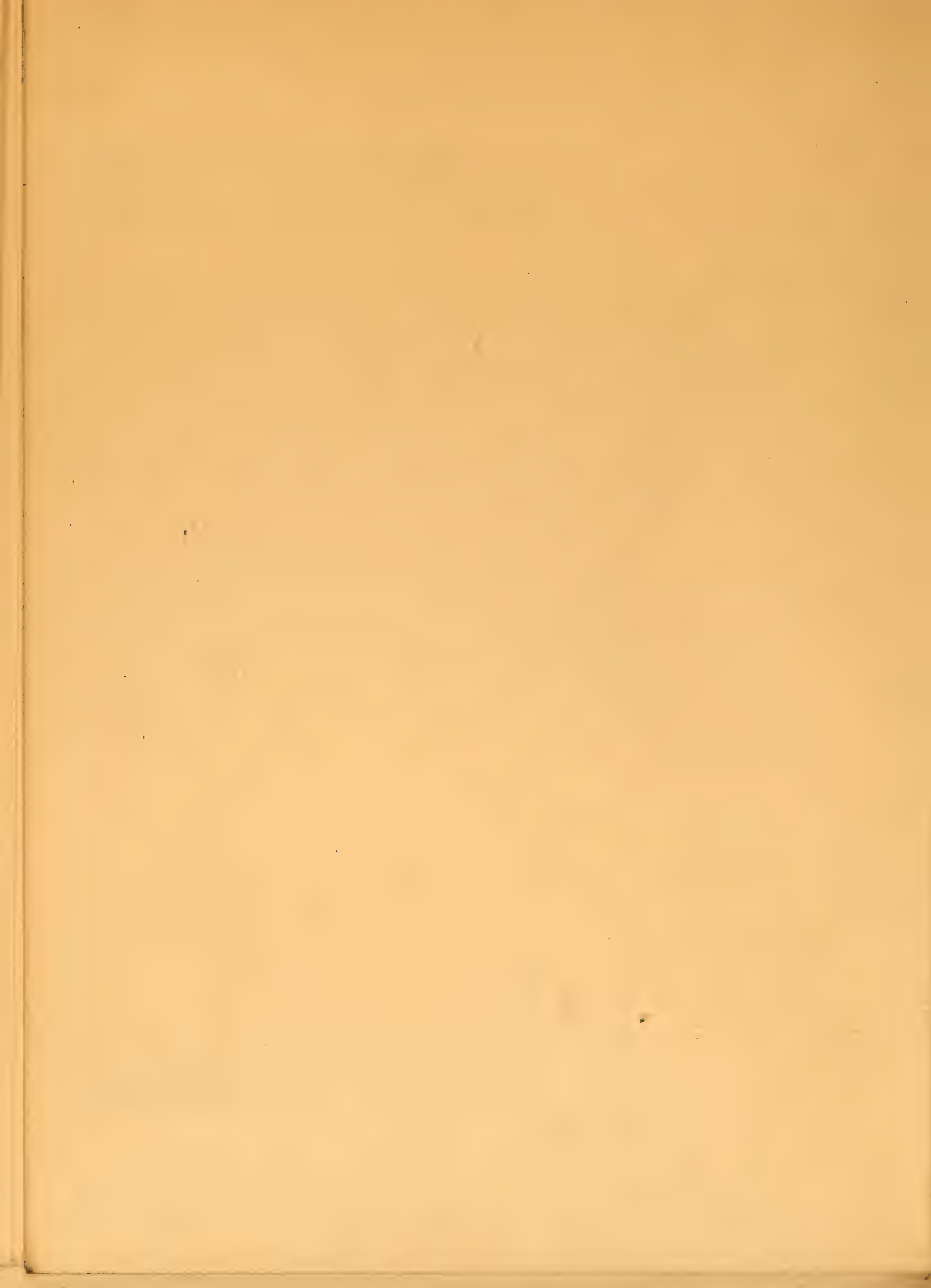
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E TOMADA-DE-CONTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada-de-Contas da Câmara dos Deputados nos honrou, em 1983, com amável e informal convite no sentido de que pudéssemos contribuir para o esclarecimento de alguns pontos ligados ao Balanço-Geral da União, do exercício de 1982, durante a fase de exame e seu posterior julgamento pelo Congresso Nacional.

Externamos aqui nosso melhor agradecimento aos Excelentíssimos Senhores Presidente e Deputados-Membros daquela Doute Comissão, assim como a seu operoso corpo de assessores, pela distinção com que pudemos discutir, através de diálogo franco, objetivo e cordial, todas as dúvidas e questões nessa oportunidade levantadas.



ANEXOS



SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001, DE 17 DE JANEIRO DE 1983

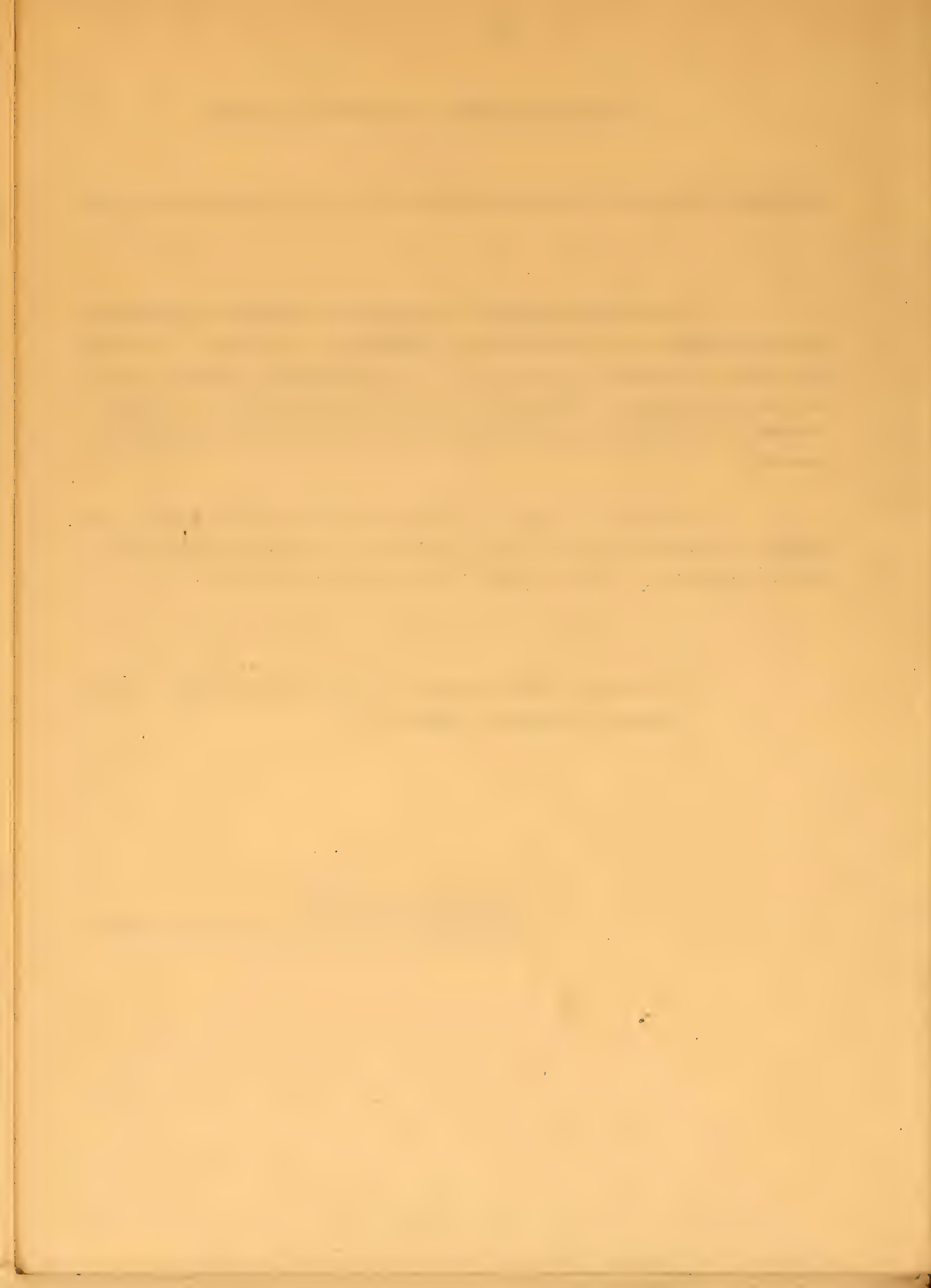
O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II, do Regimento Interno baixado com a Portaria nº 008, de 21 de janeiro de 1981 do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, resolve

A T U A L I Z A R o "Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta", aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, através das seguintes medidas: (*)

.....

* (a matéria está contida no manual editado pelo Departamento de Imprensa Nacional).

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 29 de março de 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II, do Regimento Interno expedido pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, combinado com o artigo 1º, § 1º, do Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, resolve,

E D I T A R novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta, subsequente ao aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, consolidando alterações e aperfeiçoamento adequados ao desenvolvimento dos trabalhos, assim integrado: (*)

- a) composição de dígitos (anexo I);
- b) elenco de contas dos Sistemas Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação (anexo II);
- c) função das contas (anexo III); e
- d) correspondência das contas anteriores e atuais (anexo IV).

2. O presente Plano de Contas Único será adotado a partir das operações contábeis do mês de janeiro de 1983.

3. Revogam-se as disposições em contrário.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno

(*) (a matéria objeto dos Anexos I, II, III e IV desta IN está contida no manual editado pelo Departamento de Imprensa Nacional-DIN).

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, DE 29 DE JUNHO DE 1983

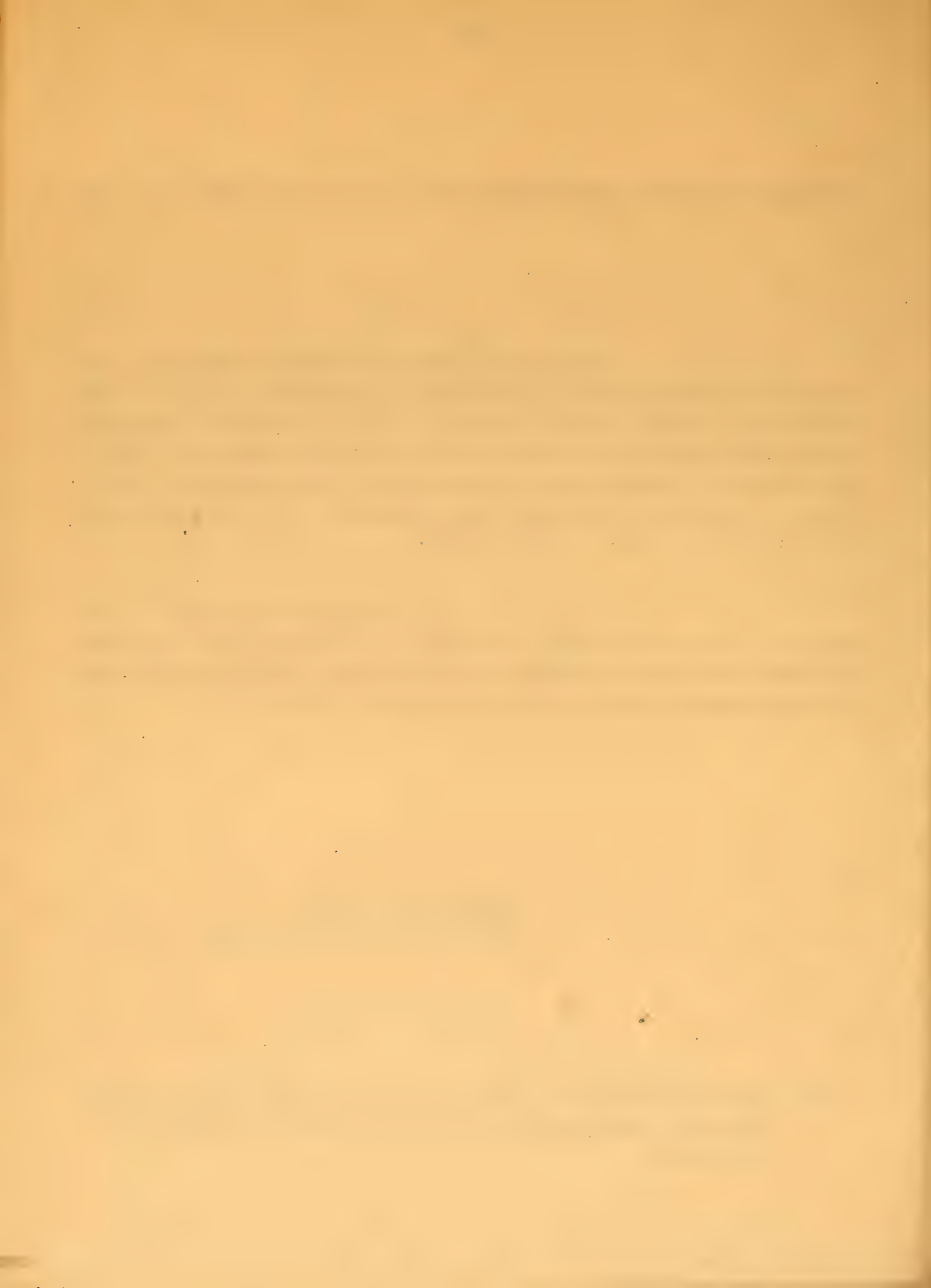
O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II, do Regimento Interno expedido pela Portaria Ministerial nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, combinado com o artigo 1º, § 1º, do Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, resolve

A P R O V A R as alterações constantes dos Anexos I, II, III e IV desta Instrução e sua integração ao novo PLANO DE CONTAS ÚNICO PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA expedido pela IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 29 de março de 1983. (*)

a) FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno

(*) (a matéria objeto dos Anexos I, II, III e IV desta IN está contida no manual editado pelo Departamento de Imprensa Nacional-DIN).



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, DE 15 DE JULHO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, e tendo em vista o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei nº 4.320/64, resolve:

E X P E D I R a presente Instrução Normativa com a finalidade de disciplinar os procedimentos de concessão, liberação de recursos e prestação de contas de subvenções sociais e auxílios financeiros.

I - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS

2. Somente serão beneficiadas com subvenções ou auxílio financeiro as entidades que visem a promover:

- a) a educação e o desenvolvimento da cultura;
- b) a defesa da saúde e a assistência médico-social; e
- c) o amparo social da coletividade.

3. Não se concederá subvenção ou auxílio financeiro a instituição que:

- a) vise à distribuição de lucros ou dividendos a seus participantes;
- b) constitua patrimônio de pessoa ou de sociedade sem caráter filantrópico;
- c) não tenha sido fundada ou organizada regularmente até 31 de dezembro do ano anterior ao da lei orçamentária;
- d) não tenha pedido registro ao Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS) ou cujo registro tenha sido



negado em definitivo, exceção feita às entidades do Poder Público; e

- e) não tenha prestado contas de subvenção ou auxílio financeiro anteriormente recebido.

II - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

4. A liberação dos recursos de que trata esta Instrução será efetuada pelo Banco do Brasil S.A., em nome da entidade beneficiada.

5. A entidade contemplada com subvenção ou auxílio financeiro em anos pretêritos somente terá seus recursos liberados se com provada a regular aplicação dos valores anteriormente entregues.

6. Os recursos recebidos pelas entidades, a título de subvenções ou auxílios financeiros, terão suas aplicações definidas no programa de trabalho, modelo anexo, vedada a aplicação em finalidade diferente daquela para a qual foram concedidos.

III - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7. As prestações de contas de subvenções ou auxílios financeiros deverão ser apresentadas ao órgão ou entidade concedente até 60 (sessenta) dias após a aplicação dos recursos, para fins de aprovação e integração à tomada de contas do ordenador de despesa.

8. As prestações de contas se constituirão de relatório sucinto sobre a aplicação dos recursos, comprovando sua utilização em obediência ao programa de trabalho, e do balancete financeiro elaborado pela entidade beneficiada, cuja documentação comprobatória conservará pelo prazo de 5 (cinco) anos, à disposição dos órgãos de fiscalização e controle.



9. O ordenador de despesa, de posse da prestação de contas, promoverá os meios necessários à verificação da autenticidade, fidelidade e legitimidade das informações prestadas, após o que a encaminhará ao órgão de contabilidade analítica, para a competente baixa.

10. A presente Instrução Normativa alcança, no que couber, subvenções e auxílios financeiros já concedidos e ainda pendentes de prestação de contas.

11. Esta Instrução Normativa não se aplica às operações reguladas em leis especiais ou delegadas e entra em vigor na data de sua publicação.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005, DE 03 DE AGOSTO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da República, resolve

DISCIPLINAR a elaboração e o destino de documentos contábeis com o objetivo de compatibilizá-los ao novo Plano de Contas Único Para os Órgãos da Administração Direta implantado pela IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 02, de 29 de março de 1983 e complementado pela IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 03, de 29 de junho de 1983.

DA ELABORAÇÃO

2. Os documentos contábeis que espelham os fatos orçamentário-financeiro-patrimoniais da administração pública federal são constituídos de peças conforme modelos anexos a esta Instrução e assim identificados:

I - BALANCETES

- a) BM - Balancete Mensal-País
- b) BE - Balancete Mensal-Exterior

II - DEMONSTRATIVOS-PAÍS

- a) DA - Demonstrativo da Despesa Autorizada;
- b) DE - Demonstrativo da Despesa Empenhada;
- c) DR - Demonstrativo da Despesa Realizada;
- d) OB - Demonstrativo de Empenhos por Órgão Beneficiado; e



- e) ER - Demonstrativo da Execução da Receita.
(modelo da IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 02/80)

III - DEMONSTRATIVOS-EXTERIOR

- a) EE - Demonstrativo da Execução da Despesa -
-Exterior.

3. Os Balancetes Mensais compreendem os Sistemas:

- a) ORÇAMENTÁRIO;
- b) FINANCEIRO;
- c) PATRIMONIAL; e
- d) DE COMPENSAÇÃO.

DO DESTINO

4. Os documentos contábeis relativos à gestão orçamentário-financeira, no âmbito do Poder Executivo, obedecem aos seguintes fluxos e destinos:

- a) da DECOF/SECIN para a Unidade Gestora, os Demonstrativos descritos no item 2, em 2 (duas) vias, salvo se a Unidade Gestora for a própria Unidade Orçamentária, caso em que receberá apenas 1 (uma) via;
- b) da UNIDADE GESTORA para a UNIDADE ORÇAMENTÁRIA correspondente, 1 (uma) via dos Demonstrativos recebidos da DECOF;
- c) da DECOF/SECIN para a CREDE/SECIN, 1 (uma) via dos Balancetes e Demonstrativos de cada Unidade Gestora sediada fora do Distrito Federal, para fins de encaminhamento à respectiva Ciset;

d) da DECOF/SECIN para a CREDE/SECIN, 1 (uma) via dos Balancetes consolidados por Ministério e acompanhados dos respectivos Demonstrativos ; e

e) da Ciset para a SECIN, 1 (uma) via dos Balancetes e Demonstrativos contendo a consolidação das Unidades localizadas no Distrito Federal e Exterior.

5. Os documentos contábeis previstos nos itens 2 e 3 desta Instrução, de responsabilidade dos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como dos Ministérios Militares e Órgãos da Presidência da República, serão encaminhados à SECIN pelas Unidades de atribuição equivalente a Secretaria de Controle Interno.

6. A Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, à guisa de colaboração, poderá oferecer às Unidades Gestoras, não sediadas no Distrito Federal, relatório periódico de empenhos emitidos, pagos e anulados.

7. A Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN poderá ainda oferecer às Ciset's, como subsídio as suas atividades, os balancetes e Demonstrativos contendo a consolidação das operações de todo o Território Nacional, inclusive o Distrito Federal e, também, do Exterior.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006, DE 31 DE OUTUBRO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, combinado com o artigo 1º, I, do Regimento Interno implementado pela Portaria Ministerial nº 008, de 20 de janeiro de 1981, resolve

DISCIPLINAR a distribuição, consoante Anexo, de exemplares dos Balanços-Gerais da União, elaborados pela Secretaria-Central de Controle Interno e compostos de:

- a) 1º Volume - RELATÓRIO
 - Parte I - Atividades Administrativas
 - Parte II - A Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal
- b) 2º Volume - BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 - Parte I - Administração Direta
 - Parte II - Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações
- c) 3º Volume - RECEITA E DESPESA
 - Parte I - Receita Orçamentária - Prevista e Realizada
 - Parte II - Despesa Orçamentária - Prevista
 - Parte III - Despesa Orçamentária - Realizada

2. É revogada, em consequência, a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, de 22 de abril de 1982.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno



ANEXO À INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006, DE 31 DE OUTUBRO/1983

BALANÇOS-GERAIS DA UNIÃO

(conjunto)

DESTINATÁRIOS	ENCADERNAÇÃO	
	COURO	COMUM
<u>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</u>		
Presidente da República (pessoal)	1	-
Presidente da República-p/Congresso Nacional	1	-
Presidente da República-p/Tribunal de Contas da União	1	-
Diretoria Administrativa da Presidência da República	-	1
Gabinete da Vice-Presidência da República	-	1
Conselho de Segurança Nacional	-	1
Consultoria-Geral da República	-	1
Estado Maior das Forças Armadas	-	1
Secretaria de Planejamento-SEPLAN/PR		
Ministro-Chefe (pessoal)	1	-
Secretaria-Geral	1	-
Secretaria de Controle das Empresas Estatais	-	2
Secretaria de Orçamento e Finanças	-	4
Instituto de Planejamento Econômico e Social		
IPEA	-	1
IPLAN	-	2
Secretaria-Central de Controle Interno		
Gabinete do Secretário-Central	1	-
Secretaria de Administração Financeira	1	-
Secretaria de Contabilidade	1	-
Secretaria de Auditoria	1	-
Secretaria de Processamento de Dados	1	-
Secretaria de Normas e Desenvolvimento	1	-
Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças	-	23
Delegacias-Regionais de Auditoria	-	10
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	-	3
<u>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</u>		
Gabinete dos Ministros	-	9
Ministro-Relator	-	1
Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle	-	1
<u>MINISTÉRIO DA FAZENDA</u>		
Ministro	1	-
Secretaria-Geral	-	1
Secretaria da Receita Federal	-	1
Secretaria de Economia e Finanças	-	1
<u>SECRETARIAS DE CONTROLE INTERNO</u>		
Do Poder Executivo:		
Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP/PP	-	1
Secretaria de Planejamento da Presidência da República	-	1
Serviço Nacional de Informações-SNI/PR	-	1
Ministérios:		
Aeronáutica	-	1
Agricultura	-	1



D E S T I N A T Á R I O S	ENCADERNAÇÃO	
	COURO	COMUM
Comunicações	-	1
Educação e Cultura	-	1
Exército	-	1
Fazenda	-	1
Indústria e do Comércio	-	1
Interior	-	1
Justiça	-	1
Marinha	-	1
Minas e Energia	-	1
Previdência e Assistência Social	-	1
Relações Exteriores	-	1
Saúde	-	1
Trabalho	-	1
Transportes	-	1
Do Poder Legislativo:		
Câmara dos Deputados	-	1
Senado Federal	-	1
Tribunal de Contas da União	-	1
Do Poder Judiciário:		
Conselho da Justiça Federal	-	1
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	-	1
Superior Tribunal Militar	-	1
Supremo Tribunal Federal	-	1
Tribunal Federal de Recursos	-	1
Tribunal Superior Eleitoral	-	1
Tribunal Superior do Trabalho	-	1
<u>ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS</u>		
Banco do Brasil S.A.	-	1
Banco Central do Brasil		
Presidência	-	1
Departamento Econômico	-	1
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	-	1
Caixa Econômica Federal	-	1
<u>COLEGIADOS E ORGANISMOS</u>		
Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas-Câmara dos Deputados	-	2
Comissão de Programação Financeira	-	2
Fundação Getúlio Vargas	-	2
Fundo Monetário Internacional	-	1
<u>BIBLIOTECAS</u>		
Biblioteca Nacional	1	-
Escola de Administração Fazendária	1	-
Escola de Guerra Naval	1	-
Escola Nacional de Informações	1	-
Escola Superior de Guerra	1	-
Ministério da Fazenda	1	-
Secretaria de Planejamento da Presidência da República	1	-
<u>ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS</u>		
Secretaria de Fazenda ou Finanças	-	26
<u>ARQUIVO SECIN</u>	2	5
S O M A S	21	136
	157	



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 007, DE 31 DE OUTUBRO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, II e III, do Regimento Interno expedido pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, combinado com o inciso 4 da Portaria nº 145, de 13 de outubro de 1983, ambas do Senhor Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, resolve

ALTERAR os prazos de entrega de balancetes mensais e demonstrativos à Secretaria-Central de Controle Interno, de que trata a IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005/83, na seguinte conformidade:

- a) até 15 de março, as peças do mês de janeiro;
- b) até 30 de março, as do mês de fevereiro;
- c) até o dia 08 dos meses subsequentes, as de março a novembro; e
- d) até o dia 10 de fevereiro, as de dezembro do exercício imediatamente anterior.

São derogados, em decorrência, os prazos fixados nas letras a, b, c e d, item 7.4, da IN/SCCI/SEPLAN/Nº 002, de 10 de abril de 1980.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 008, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1983

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º do Decreto-Lei nº 1.815, de 09 de dezembro de 1980, resolve

DELEGAR competência a Secretários de Controle Interno e Autoridades de atribuição equivalente para proceder à inscrição, em Restos a Pagar, de despesas empenhadas e não pagas no próprio exercício, observada a disciplina das Instruções Normativas SECIN/SEPLAN/PR nºs 003, de 18 de dezembro de 1980, e 004, de 30 de agosto de 1982, repetidos, ainda, os fluxos a seguir recomendados.

2. As listagens objeto do tópico anterior serão entregues pelos gestores, até 30 de dezembro, às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF's a que estejam jurisdicionados. Após exame,

- a) as DECOF's do Distrito Federal submeterão a matéria às respectivas Secretarias de Controle Interno-CISET's dos Ministérios Cíveis, para autorizar a inscrição e baixa de Restos a Pagar, cujos lançamentos contábeis serão a seguir efetuados pelas mesmas DECOF's; e
- b) as DECOF's sediadas nas capitais de Estado encaminharão essas listagens à Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, que se incumbirá de enviá-las às CISET's dos Ministérios Cíveis, para os mesmos fins, restituindo-se-as, também por intermédio da SECIN, em seguida, às DECOF's subordinadas, para procedimentos contábeis.

4. As Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças atuarão no sentido de que a entrega das relações de Restos a Pagar a inscrever e a baixar, às Secretarias de Controle Interno, se faça até 06 de janeiro do exercício subsequente.



5. As Secretarias de Controle Interno diligenciarão de forma a restituir as listagens à Secretaria-Central de Controle Interno até 10 de janeiro seguinte, no que tange às unidades não localizadas no Distrito Federal.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno



A D E N D O S

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1982

ACRÉSCIMOSa) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA1300.27.16 - Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Ir-
rigáveis-PROVÁRZEASb) MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

1400.27.04 - Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL

c) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1500.27.21 - Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF

d) MINISTÉRIO DA FAZENDA

1700.20.18 - Comissão de Política Aduaneira

e) MINISTÉRIO DO INTERIOR

1900.09.01 - Representação da Secretaria do Meio Ambiente/CE

1900.17.01 - Representação da Secretaria do Meio Ambiente/MG

f) MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA2200.22.02 - Escritório de Representação do Conselho Nacional
do Petróleo-CNP em Curitiba/PR.g) MINISTÉRIO DA SAÚDE

2500.01.02 - Distrito da SUCAM em Guajará-Mirim/RO

2500.01.03 - Distrito da SUCAM em Ji-Paraná/RO

2500.02.03 - Distrito da SUCAM em Cruzeiro do Sul/AC

2500.03.04 - Distrito da SUCAM em Itacoatiara/AM

2500.03.05 - Distrito da SUCAM em Tefé/AM

2500.03.06 - Distrito da SUCAM em Humaitá/AM



- 2500.05.04 - Distrito da SUCAM em Altamira/PA
- 2500.05.05 - Distrito da SUCAM em Breves/PA
- 2500.05.06 - Distrito da SUCAM em Cametã/PA
- 2500.05.07 - Distrito da SUCAM em Capanema/PA
- 2500.05.08 - Distrito da SUCAM em Marabá/PA
- 2500.05.09 - Distrito da SUCAM em Santarém/PA
- 2500.05.10 - Distrito da SUCAM em Conceição do Araguaia/PA
- 2500.07.03 - Distrito da SUCAM em Chapadinha/MA
- 2500.07.04 - Distrito da SUCAM em Codó/MA
- 2500.07.05 - Distrito da SUCAM em Imperatriz/MA
- 2500.07.06 - Distrito da SUCAM em Pedreiras/MA
- 2500.07.07 - Distrito da SUCAM em Pindaré-Mirim/MA
- 2500.07.08 - Distrito da SUCAM em São João dos Patos/MA
- 2500.08.04 - Distrito da SUCAM em Campo Maior/PI
- 2500.08.05 - Distrito da SUCAM em Floriano/PI
- 2500.08.06 - Distrito da SUCAM em Parnaíba/PI
- 2500.08.07 - Distrito da SUCAM em Picos/PI
- 2500.09.05 - Distrito da SUCAM em Baturité/CE
- 2500.09.06 - Distrito da SUCAM em Crato/CE
- 2500.09.07 - Distrito da SUCAM em Sobral/CE
- 2500.10.04 - Distrito da SUCAM em Caiocó/RN
- 2500.10.05 - Distrito da SUCAM em São José de Mipibu/RN
- 2500.11.03 - Distrito da SUCAM em Campina Grande/PB
- 2500.11.04 - Distrito da SUCAM em Itabaiana/PB
- 2500.12.03 - Distrito da SUCAM em Vitória de Santo Antão/PE
- 2500.12.04 - Distrito da SUCAM em Caruaru/PE
- 2500.12.05 - Distrito da SUCAM em Garanhuns/PE
- 2500.12.06 - Distrito da SUCAM em Salgueiro/PE
- 2500.13.03 - Distrito da SUCAM em Palmeira dos Índios/AL
- 2500.13.04 - Distrito da SUCAM em Penedo/AL
- 2500.15.03 - Hospital de Aracajú/SE
- 2500.15.04 - Distrito da SUCAM em Estância/SE
- 2500.16.03 - Distrito da SUCAM em Barra/BA
- 2500.16.04 - Distrito da SUCAM em Bom Jesus da Lapa/BA
- 2500.16.05 - Distrito da SUCAM em Caravelas/BA
- 2500.16.06 - Distrito da SUCAM em Feira de Santana/BA



- 2500.16.07 - Distrito da SUCAM em Ilhéus/BA
- 2500.16.08 - Distrito da SUCAM em Itaberaba/BA
- 2500.16.09 - Distrito da SUCAM em Jequiê/BA
- 2500.16.10 - Distrito da SUCAM em Juazeiro/BA
- 2500.16.11 - Distrito da SUCAM em Pernambuco/BA
- 2500.17.03 - Distrito da SUCAM em Caratinga/MG
- 2500.17.04 - Distrito da SUCAM em Diamantina/MG
- 2500.17.05 - Distrito da SUCAM em Januária/MG
- 2500.17.06 - Distrito da SUCAM em Montes Claros/MG
- 2500.17.07 - Distrito da SUCAM em Pirapora/MG
- 2500.17.08 - Distrito da SUCAM em Teófilo Otoni/MG
- 2500.17.09 - Distrito da SUCAM em Uberaba/MG
- 2500.17.10 - Distrito da SUCAM em Varginha/MG
- 2500.18.03 - Distrito da SUCAM em Linhares/ES
- 2500.18.04 - Distrito da SUCAM em Vila Velha/ES
- 2500.19.03 - Distrito da SUCAM em Três Lagoas/MS
- 2500.19.04 - Distrito da SUCAM em Dourados/MS
- 2500.19.05 - Distrito da SUCAM em Rio Verde/MS
- 2500.20.10 - Distrito da SUCAM em Campos/RJ
- 2500.20.11 - Distrito da SUCAM em Niterói/RJ
- 2500.20.12 - Distrito da SUCAM em Nova Iguaçu/RJ
- 2500.20.13 - Distrito da SUCAM em Macaé/RJ
- 2500.20.14 - Divisão Nac.de Vigilância Sanit. de Portos, Aeroportos e Fronteiras/RJ.
- 2500.22.03 - Distrito da SUCAM em Cascavel/PR
- 2500.22.04 - Distrito da SUCAM em Foz do Iguaçu/PR
- 2500.22.05 - Distrito da SUCAM em Londrina/PR
- 2500.22.06 - Distrito da SUCAM em Paranaguá/PR
- 2500.23.03 - Distrito da SUCAM em Blumenau/SC
- 2500.23.04 - Distrito da SUCAM em Joinville/SC
- 2500.24.03 - Distrito da SUCAM em Santa Maria/RS
- 2500.24.04 - Distrito da SUCAM em Santa Rosa/RS
- 2500.25.03 - Distrito da SUCAM em Cáceres/MT
- 2500.25.04 - Distrito da SUCAM em Nortelândia/MT
- 2500.25.05 - Distrito da SUCAM em Rondonópolis/MT
- 2500.26.03 - Distrito da SUCAM em Ceres/GO
- 2500.26.04 - Distrito da SUCAM em Formosa/GO



- 2500.26.05 - Distrito da SUCAM em Jataí/GO
- 2500.26.06 - Distrito da SUCAM em Porto Nacional/GO
- 2500.26.07 - Distrito da SUCAM em Taguatinga/GO
- 2500.26.08 - Distrito da SUCAM em Tocantinópolis/GO
- 2500.27.21 - Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária

h) CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

- 1103.27.02 - Conselho de Segurança Nacional

EXCLUSÕES

a) MINISTÉRIO DA SAÚDE

- 2500.20.03 - Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária/RJ

RETIFICAÇÕES

a) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- . onde se lê: 1300.06.04 - Delegacia Federal de Agricultura/Amapá
 leia-se: 1300.06.01 - Delegacia Federal de Agricultura/Amapá
- . onde se lê: 1300.21.03 - Centro Nacional de Engenharia Rural-CENEA
 leia-se: 1300.21.03 - Centro Nacional de Engenharia Agrícola-CENEA



PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E

A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL



A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO



A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

A Lei nº 7.053, de 06 de dezembro de 1982, editou o Orçamento para o Exercício Financeiro de 1983.

A Receita foi estimada em Cr\$8.989.000.000.000,00 - (ingressos do Tesouro) e a Despesa fixada em igual importância. Nasceu a peça orçamentária de 1983, assim, rigorosamente equilibrada.

As receitas e despesas não dependentes do Tesouro, previstas e autorizadas para as entidades da administração indireta e fundações instituídas pelo Poder Público, somaram o valor de Cr\$1.058.300.000.000,00. Trata-se de organismos que se nutrem de recursos por eles mesmos gerados, ou alimentados por outras fontes, obviamente excluídas as Transferências da União. A peça orçamentária espelhou, por via da agregação desses valores, a soma de Cr\$10.047.300 milhões

A chamada lei-de-meios bipartiu-se em dois Anexos compreendendo, o Anexo I, a estimativa da Receita, e, o Anexo II, a autorização da Despesa. Completa-a o Anexo III, identificador da Programação de entidades supervisionadas (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações subvenção nadas e outros beneficiários de valores consignados no Orçamento Geral).

Admitidas tão-somente as receitas e despesas derivadas da própria gestão do Tesouro, deste modo se consubstancia o quadro das previsões e realizações:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 1983
RECEITAS E DESPESAS DO TESOIRO
CONFRONTO ENTRE A PREVISÃO E A REALIZAÇÃO

CR\$1.000

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	DIF. % B/A
I - RECEITA	8.989.000.000	11.779.847.503	+31
Receitas Correntes	8.774.108.000	11.577.596.571	+32
Receitas de Capital	214.892.000	202.250.932	- 6
II - DESPESA	8.989.000.000	11.104.585.323	+23
Despesas Correntes	5.859.483.176	8.537.106.422	+45
Despesas de Capital	1.928.853.644	2.567.478.901	+33
Reserva de Contingência (*)	1.200.663.180		
III - SUPERÁVIT		675.262.180	

(*) A realização está compreendida em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As receitas e despesas de entidades da Administração Indireta e fundações subvencionadas foram qualificadas em instrumentos orçamentários adequados (Anexo III), segundo a lei. Os procedimentos de execução estão revelados em Balanços e peças demonstrativas componentes do 2º Volume dos Balanços-Gerais da União, Parte II. Tais organismos estão sendo considerados em tópico oportuno, neste relatório.

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

(AUTORIZADOS)

A Lei nº 7.053, de 06 de dezembro de 1982 (ou lei-de-meios) deferiu competência ao Poder Executivo, através do artigo 5º, III, para

"abrir créditos suplementares, mediante utilização dos recursos adiante indicados, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta lei, com as seguintes finalidades:

.....".

Essa faixa de 25%, aplicada ao total da despesa autorizada no artigo 1º, de Cr\$10.047.300.000.000,00, permitiria ao Executivo suplementar o Orçamento em Cr\$2.511.825.000.000,00, utilizando como fonte de recursos compensatórios, de um lado, a Reserva de Contingência e, de outro, a anulação parcial ou total de dotações ou créditos adicionais autorizados em lei, segundo o art.43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Por outro lado, e por via da Lei nº 7.124, de 19 de setembro de 1983, foi o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$1.903.900.000.000,00, mediante a utilização de recursos provenientes do excesso de arrecadação de receitas ordinárias do Tesouro Nacional, ao amparo do item II, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A soma dessas autorizações legislativas permitiu fossem abertos créditos suplementares até o limite, portanto, de Cr\$4.415.725.000.000,00, no decurso de 1983:

THE HISTORY OF THE

UNITED STATES OF AMERICA

BY

JOHN B. HENNINGSEN, LL.D.,

PROFESSOR OF HISTORY IN THE UNIVERSITY OF CHICAGO.

NEW YORK: PUBLISHED BY THE

AMERICAN BOOK COMPANY, 100 NASSAU ST., N.Y.

1900.

THE HISTORY OF THE

UNITED STATES OF AMERICA

BY

JOHN B. HENNINGSEN, LL.D.,

PROFESSOR OF HISTORY IN THE UNIVERSITY OF CHICAGO.

NEW YORK: PUBLISHED BY THE

AMERICAN BOOK COMPANY, 100 NASSAU ST., N.Y.

1900.

THE HISTORY OF THE

UNITED STATES OF AMERICA

BY

JOHN B. HENNINGSEN, LL.D.,

PROFESSOR OF HISTORY IN THE UNIVERSITY OF CHICAGO.

NEW YORK: PUBLISHED BY THE

AMERICAN BOOK COMPANY, 100 NASSAU ST., N.Y.

1900.

Lei 7053/82 (Lei-de-Meios).....	2.511.825.000.000,00
Lei 7124/83.....	<u>1.903.900.000.000,00</u>
Soma.....	<u>4.415.725.000.000,00</u>



CRÉDITOS SUPLEMENTARES
(ABERTOS)

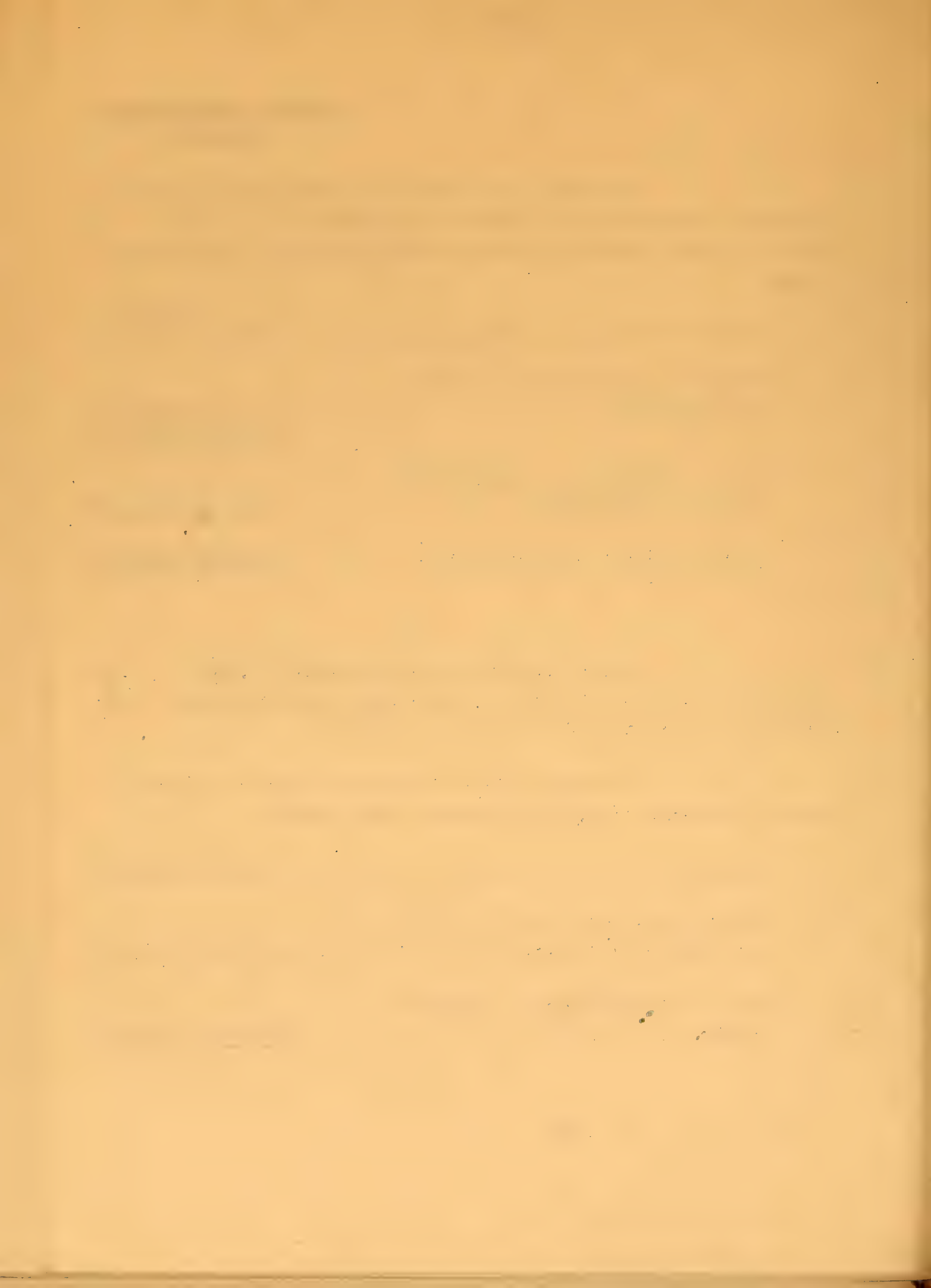
Com apoio nos veículos de autorização legislativa pôde o Executivo abrir créditos suplementares, ao longo de 1983, no valor líquido de Cr\$4.362.498.250.394,00, assim desdobrado:

	<u>Cr\$1,00</u>
À conta do excesso de arrecadação.....	2.336.422.159.394
Mediante compensação de créditos orçamentários.....	2.397.336.991.000
	<u>4.733.759.150.394</u>
Menos: suplementações feitas à Reserva de Contingência.....	<u>371.260.900.000</u>
Valor total das Suplementações.....	<u><u>4.362.498.250.394</u></u>

Em face de haver sido concedido o limite de Cr\$4.415.725.000.000,00, fica evidenciada a não utilização da parcela remanescente, de Cr\$53.226.749.606,00.

O Orçamento de 1983 apresentou-se, em síntese, quanto à posição líquida da despesa, desta maneira:

Inicial.....	8.989.000.000.000
Suplementação com efetivo reflexo no aumento da despesa autorizada.....	<u>2.336.422.159.394</u>
Total do Orçamento mais Suplementações.....	<u><u>11.325.422.159.394</u></u>



CRÉDITOS ESPECIAIS

Créditos Especiais foram abertos pelo Executivo , sob permissão legislativa, em benefício dos seguintes Ministérios, no valor total de Cr\$5.154.666.000,00:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- . para reforma do Instituto Nacional do Câncer
LEI Nº 7101, de 13/06/83..... 950.000.000,00

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- . para reformulação do sistema penitenciário
LEI Nº 7114, de 17/08/83..... 1.000.000.000,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

- . para desenvolvimento das atividades da Fundação Universidade de Rondônia
LEI Nº 7124, de 19/09/83..... 390.000.000,00

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- . para interiorização das ações sanitárias e implementação da rede de suprimento e distribuição de sangue e hemoderivados
LEI Nº 7153, de 01/12/83..... 2.814.666.000,00
5.154.666.000,00

Os créditos especiais descritos foram amparados pelo produto da anulação de dotações orçamentárias e, também, pelo excesso de arrecadação.



Não houve reabertura de créditos especiais
tes no último quadrimestre de 1982.

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Nenhum crédito extraordinário foi aberto no exercício de 1983.

DESPESA AUTORIZADA
(TOTAL)

Em consequência das modificações havidas no campo da Despesa Autorizada, consoante já se demonstrou, a despesa total autorizada se fixou no limite máximo de Cr\$11.330.576.825.394,00, a saber:

Orçamento Inicial.....	8.989.000.000.000,00
Mais: Créditos Suplementares	
líquidos.....	<u>2.336.422.159.394,00</u>
Subtotal.....	11.325.422.159.394,00
Mais: Créditos Especiais.....	<u>5.154.666.000,00</u>
Total da Despesa Autorizada.....	<u><u>11.330.576.825.394,00</u></u>

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA



PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Nenhuma inovação foi efetivamente trazida para o campo da execução orçamentário-financeira, em decorrência do Decreto nº 87.978/82.

A norma contida no artigo 21, qual seja a de restringir o aumento de capital de empresa pública e sociedade de economia mista para apenas quando haja dotação específica no Orçamento, tem o papel de rememorar diplomas legais existentes.

De igual forma, a vedação do uso de recurso orçamentário no mercado financeiro — artigo 22 — é objeto do Decreto-Lei nº 1.290/73.

Em suma, o Decreto nº 87.978, de 24 de dezembro de 1982, baixado para disciplinar a execução do Orçamento do Exercício Financeiro de 1983, limitou-se a reproduzir os preceitos tradicionalmente inseridos em semelhantes editos anteriores.

A REALIZAÇÃO DA RECEITA



A REALIZAÇÃO DA RECEITA

NOVO ELENCO DA RECEITA

O novo esquema de classificação da Receita Orçamentária, divulgado através do Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, foi rigorosamente respeitado nos procedimentos contábeis e de administração financeira.

A Lei nº 7.053, de 06 de dezembro de 1982, que estimou a Receita e fixou a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1983 (Lei-de-Meios), reproduziu, em seu artigo 2º, o desdobramento (Anexo I) das Receitas do Tesouro, igualmente espelhado nos Balanços-Gerais da União de 1983, como segue:

	Em Cr\$1.000
RECEITAS CORRENTES/PREVISÃO	8.774.108.000
Receita Tributária.....	6.563.581.000
Receita de Contribuições.....	1.818.830.000
Receita Patrimonial.....	152.000.000
Receita Agropecuária.....	306.200
Receita Industrial.....	1.213.000
Receita de Serviços.....	61.896.000
Transferências Correntes.....	71.590
Outras Receitas.....	176.210.210
RECEITAS DE CAPITAL.....	214.892.000
RECEITAS DO TESOURO-TOTAL.....	8.989.000.000

Esse é o motivo pelo qual entre algumas rubricas de Receita não há correspondência entre os anos de 1982 e 1983 : alguns títulos de 1982 foram banidos em 1983 e outras denominações substitutivas surgiram em 1983.

1875-1876

1876-1877

1877-1878

1878-1879

1879-1880

1880-1881

1881-1882

1882-1883

REALIZAÇÃO DA RECEITA

O comportamento da Receita Orçamentária e seus desdobramentos está retratado nas seguintes demonstrações:

EM CR\$1,00

COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES.....	11.577.596.571.581
RECEITAS DE CAPITAL.....	202.250.932.191
SOMA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	<u>11.779.847.503.772</u>

A arrecadação geral da Receita superou a estimativa, de Cr\$8.989.000.000.000, em 31,0%, quase 1/3.

COMPOSIÇÃO DE RECEITAS CORRENTES

TRIBUTÁRIA.....	8.836.691.236.728
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES.....	2.400.486.179.039
RECEITA PATRIMONIAL.....	90.480.072.785
RECEITA AGROPECUÁRIA.....	1.044.350.974
RECEITA INDUSTRIAL.....	1.941.520.065
RECEITA DE SERVIÇOS.....	51.654.235.178
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	85.684.292.314
OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	109.614.684.498
SOMA DE RECEITAS CORRENTES.....	<u>11.577.596.571.581</u>

COMPOSIÇÃO DE RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	200.171.563.492
ALIENAÇÃO DE BENS.....	1.696.971.226
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	382.397.473
SOMA DE RECEITAS DE CAPITAL.....	<u>202.250.932.191</u>

COMPOSIÇÃO DA RECEITATRIBUTÁRIA

Impostos.....	8.469.402.498.031
Taxas.....	367.288.425.473
Contribuições de Melhoria.....	313.224
Soma.....	<u>8.836.691.236.728</u>

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Contribuições Sociais.....	1.051.644.370.710
Contribuições Econômicas.....	1.348.841.808.329
Soma.....	<u>2.400.486.179.039</u>

RECEITA PATRIMONIAL

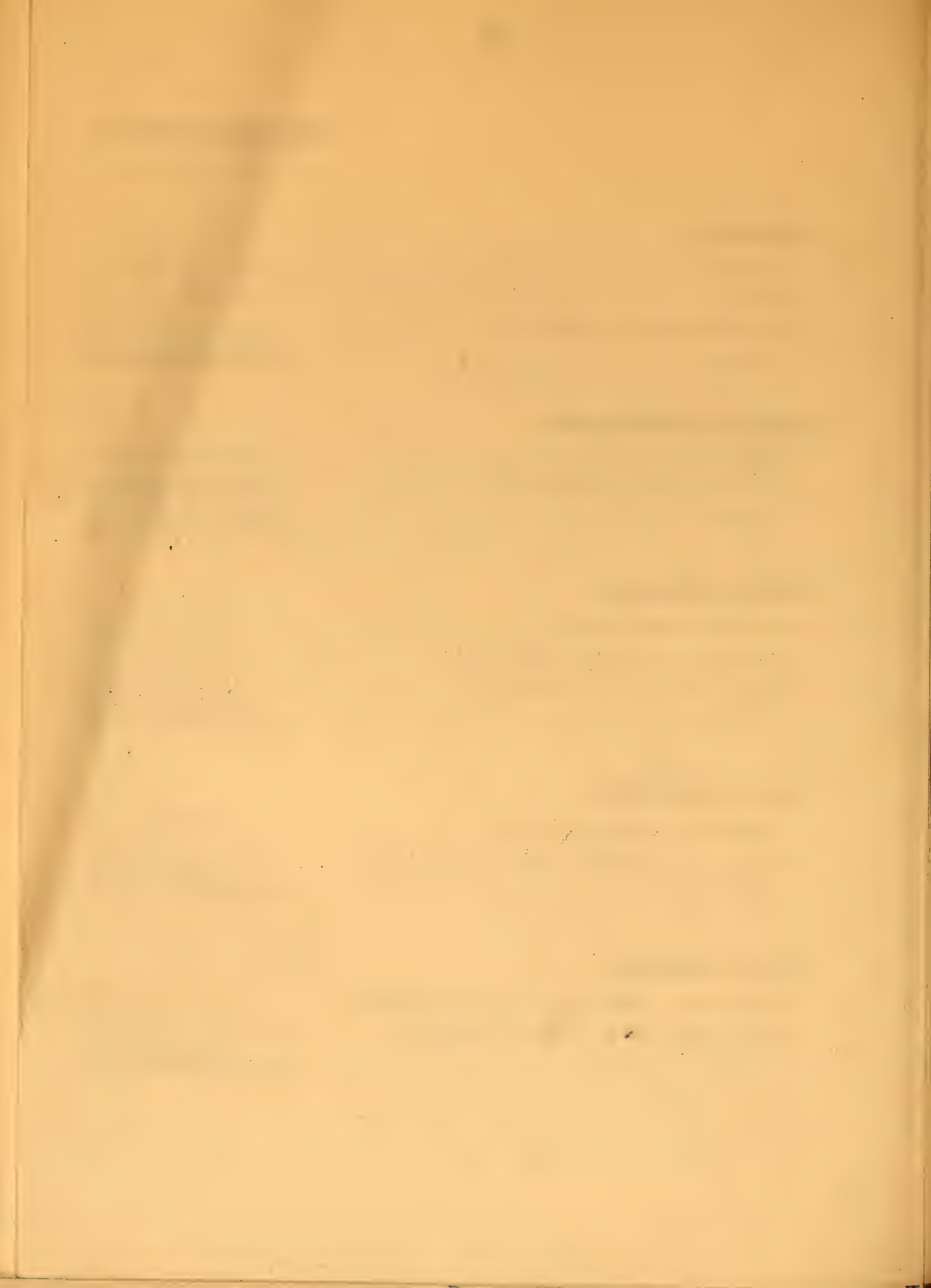
Receitas Imobiliárias.....	9.198.946.595
Receitas de Valores Mobiliários.....	76.147.609.524
Outras Receitas Patrimoniais.....	5.133.516.666
Soma.....	<u>90.480.072.785</u>

RECEITA AGROPECUÁRIA

Receita de Produção Vegetal.....	1.044.067.917
Receita da Produção Animal e Derivados	283.057
Soma.....	<u>1.044.350.974</u>

RECEITA INDUSTRIAL

Receita da Indústria de Transformação.	1.941.435.545
Receita da Indústria de Construção....	84.520
Soma.....	<u>1.941.520.065</u>



RECEITA DE SERVIÇOS

Serviços Comerciais	34.506.362.146
Serviços Financeiros	1.017.150.464
Serviços de Saúde	554.339.409
Serviços de Processamento de Dados	117.346.737
Serviços Contr.Anal.Mercad.Drog.Med.Aliment.	445.675.494
Serviços de Metrologia	7.906.239.952
Serviços Administrativos	865.330.126
Serviços Educacionais	643.891.535
Serviços Agropecuários	345.436.186
Serviços Consult.Assist. Téc.Anal.Projeto	158.556.755
Serviços Reg.Marcas, Patentes, Transf.Tecnolog. ..	3.817.563.819
Tarifa de Utilização de Faróis	877.284.374
Tarifas Aeroportuárias	167.468.404
(Demais Receitas de Serviços)	231.589.777
Soma	<u>51.654.235.178</u>

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Transferências Intragovernamentais	85.682.006.336
Transferências Intergovernamentais	1.300
Transferências de Instituições Privadas ..	2.275.000
Transferências do Exterior	5.458
Transferências de Pessoas	4.220
Soma	<u>85.684.292.314</u>

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Multas e Juros de Mora	61.846.181.221
Indenizações e Restituições	9.288.052.116
Receita da Dívida Ativa	12.057.310.174
Receitas Diversas	26.423.140.987
Soma	<u>109.614.684.498</u>

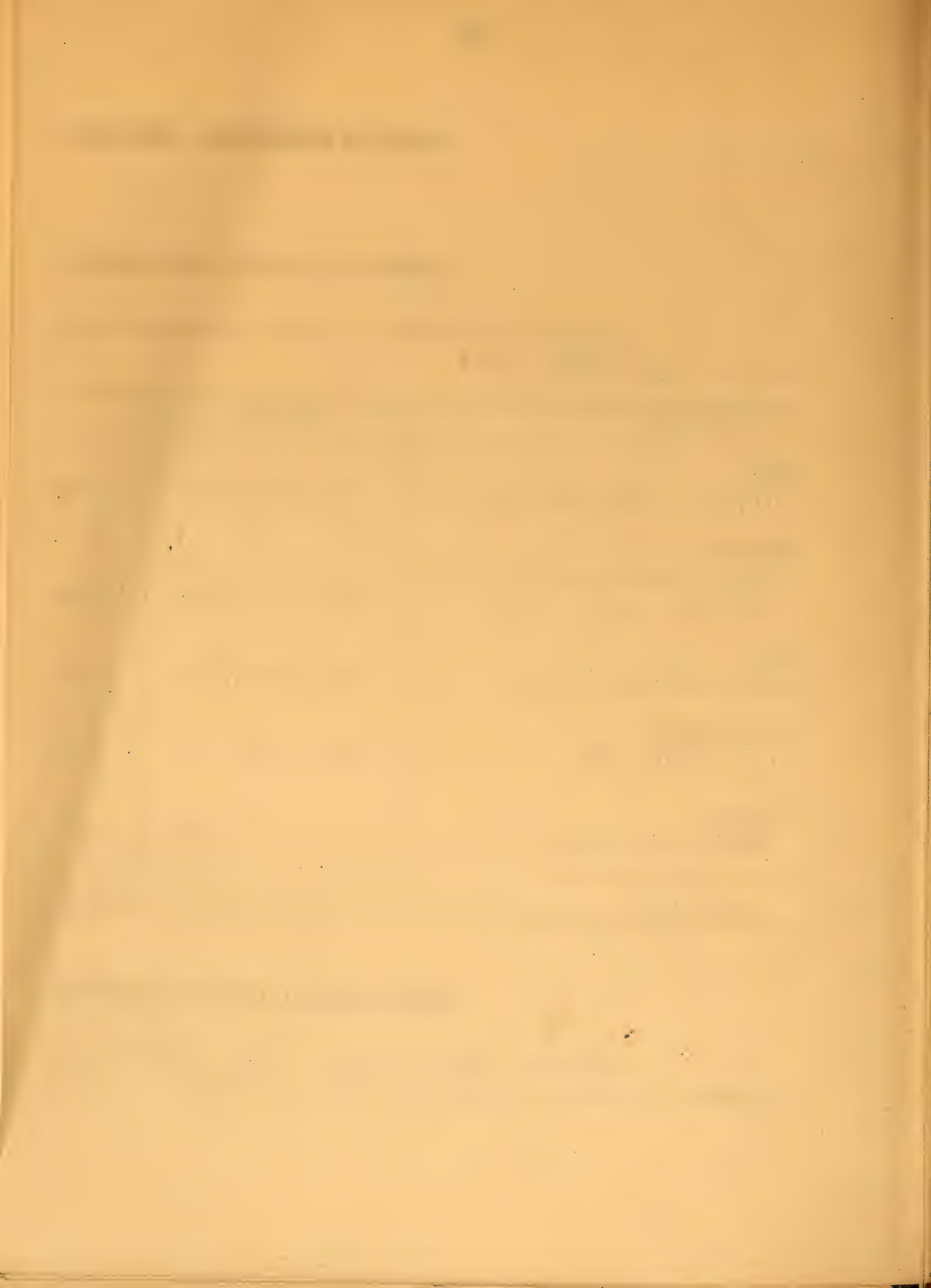
A RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADASEGUNDO AS REGIÕES ARRECADADORAS

O perfil da arrecadação de receita orçamentária apresenta-se regionalmente assim:

<u>R E G I Ã O</u>	<u>Cr\$1,00</u>	<u>%</u>
<u>NORTE</u> (AC, AM, AP, PA, RO e RR).....	174.251.229.416	1,48
<u>NORDESTE</u> (AL, BA, CE, FN, MA, PB, PE, PI, RN e SE).....	695.037.151.424	5,90
<u>SUL</u> (PR, RS e SC).....	1.007.981.225.985	8,55
<u>CENTRO-OESTE</u> (DF, GO, MT e MS).....	2.970.174.606.754	25,22
<u>SUDESTE</u> (ES, MG, RJ e SP).....	6.932.403.290.193	58,85
<u>S O M A S.....</u>	<u>11.779.847.503.772</u>	<u>100,00</u>

UNIDADES FEDERATIVAS MAIS EXPRESSIVAS

As Unidades Federativas mais significativamente arrecadoras da Receita Orçamentária são as seguintes:



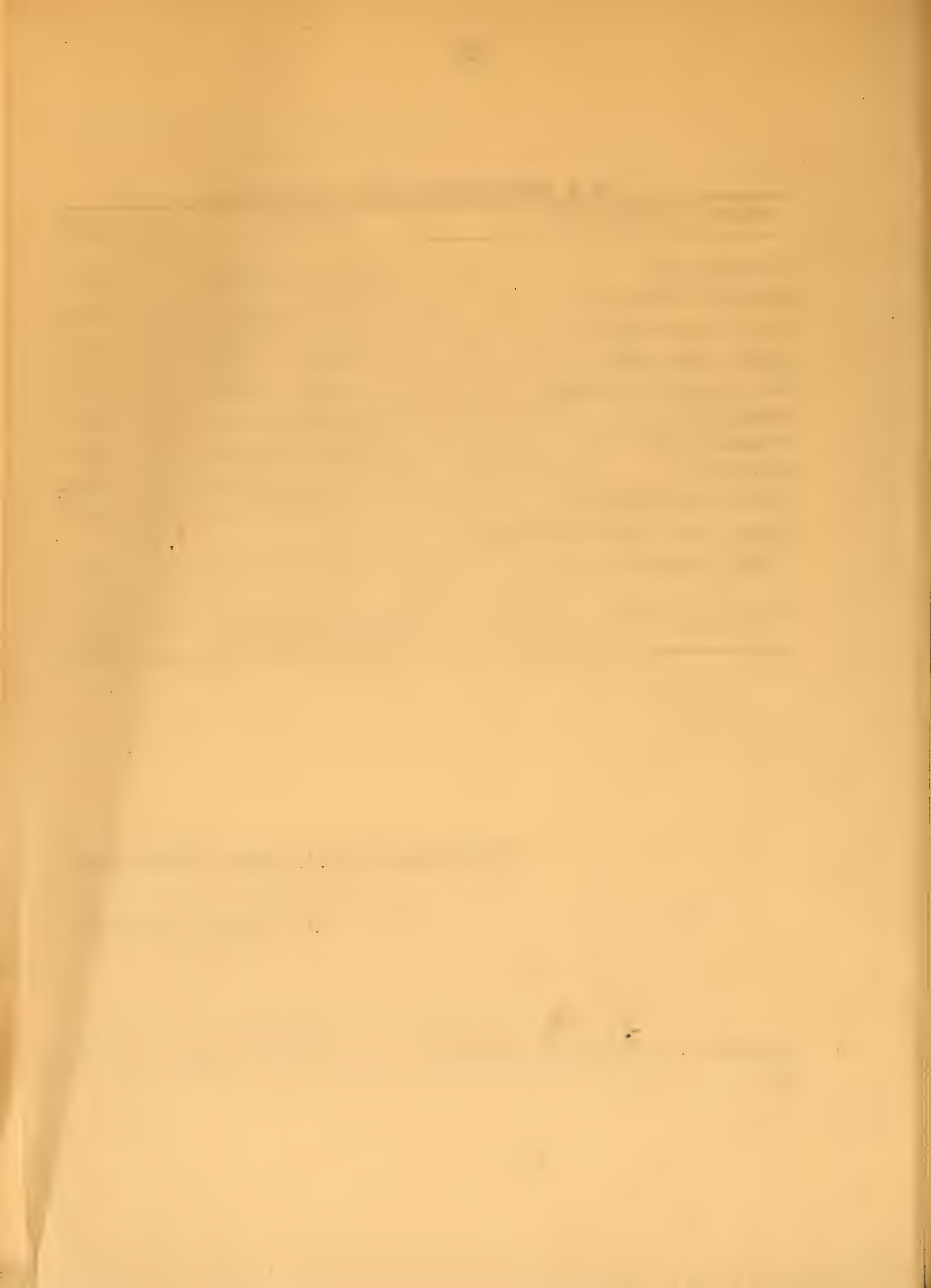
UF'S ARRECADADORAS MAIS EXPRESSIVAS

UNIDADE FEDERATIVA	Cr\$1,00	% s/o total
SÃO PAULO/SP.....	3.849.061.914.710	32,67
DISTRITO FEDERAL/DF.....	2.869.873.036.024	24,36
RIO DE JANEIRO/RJ.....	2.291.306.668.930	19,45
MINAS GERAIS/MG.....	737.681.124.436	6,26
RIO GRANDE DO SUL/RS.....	510.165.723.293	4,33
PARANÁ/PR.....	361.931.007.766	3,07
PERNAMBUCO/PE.....	252.118.536.234	2,14
BAHIA/BA.....	227.632.446.400	1,93
SANTA CATARINA/SC.....	135.884.494.926	1,15
DEMAIS UF's (18) COM ARRECA- DAÇÃO INFERIOR A 1%.....	544.192.551.053	4,64
S O M A S.....	11.779.847.503.772	100,00

ARRECAÇÃO POR UNIDADES FEDERATIVAS

EM ORDEM ALFABÉTICA

Por ordem alfabética de Unidade Federativa arrecadadora, a receita orçamentária teve o seguinte desempenho em 1983:



RECEITA ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE FEDERATIVA	RECEITA Cr\$1,00	%
ACRE	4.777.194.262	0,04
ALAGOAS	28.019.016.197	0,24
AMAPÁ	5.190.503.969	0,04
AMAZONAS	69.969.155.312	0,59
BAHIA	227.632.446.400	1,93
CEARÁ	88.561.906.585	0,75
DISTRITO FEDERAL	2.869.873.036.024	24,36
ESPÍRITO SANTO	54.353.582.117	0,46
FERNANDO DE NORONHA	-	-
GOIÁS	56.251.251.491	0,48
MARANHÃO	17.566.036.704	0,15
MATO GROSSO	20.944.319.596	0,18
MATO GROSSO DO SUL	23.105.999.643	0,20
MINAS GERAIS	737.681.124.436	6,26
PARÁ	83.223.257.987	0,71
PARAÍBA	23.629.088.246	0,20
PARANÁ	361.931.007.766	3,07
PERNAMBUCO	252.118.536.234	2,14
PIAUI	14.844.246.158	0,13
RIO DE JANEIRO	2.291.306.668.930	19,45
RIO GRANDE DO NORTE	23.206.134.223	0,20
RIO GRANDE DO SUL	510.165.723.293	4,33
RONDÔNIA	8.981.599.446	0,08
RORAIMA	2.109.518.440	0,02
SANTA CATARINA	135.884.494.926	1,15
SÃO PAULO	3.849.061.914.710	32,67
SERGIPE	19.459.740.677	0,17
TOTAL GERAL	11.779.847.503.772	100,00

RECEITA DAS UF'S/COMPARATIVO 1983/1982

A receita das principais Unidades Federativas, em 1983, mostra o seguinte desempenho:

Cr\$ milhões		
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% SOBRE O TOTAL
SÃO PAULO	3.849.061,9	32,7
DISTRITO FEDERAL	2.869.873,0	24,4
RIO DE JANEIRO	2.291.306,7	19,4
MINAS GERAIS	737.681,1	6,3
RIO GRANDE DO SUL	510.165,7	4,3
PARANÁ	361.931,0	3,1
OUTROS	1.159.828,1	9,8

A arrecadação do exercício de 1982 tivera o seguinte comportamento:

Cr\$ milhões		
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% SOBRE O TOTAL
SÃO PAULO	1.587.048,7	33,5
RIO DE JANEIRO	1.118.869,3	23,4
DISTRITO FEDERAL	873.966,1	18,3
MINAS GERAIS	321.188,8	6,7
RIO GRANDE DO SUL	228.563,0	4,8
PARANÁ	142.749,8	3,0
OUTROS	502.429,3	10,5

Os números acima alinhados trazem à baila, desde logo, a informação de que o Distrito Federal, assumiu, em 1983, o 2º lugar na arrecadação da receita desalojando o Estado do Rio de Janeiro dessa honrosa posição, que sempre detivera.



Curioso é notar a pequena variação havida nos demais Estados, que mantêm praticamente a mesma classificação percentual do ano de 1982.

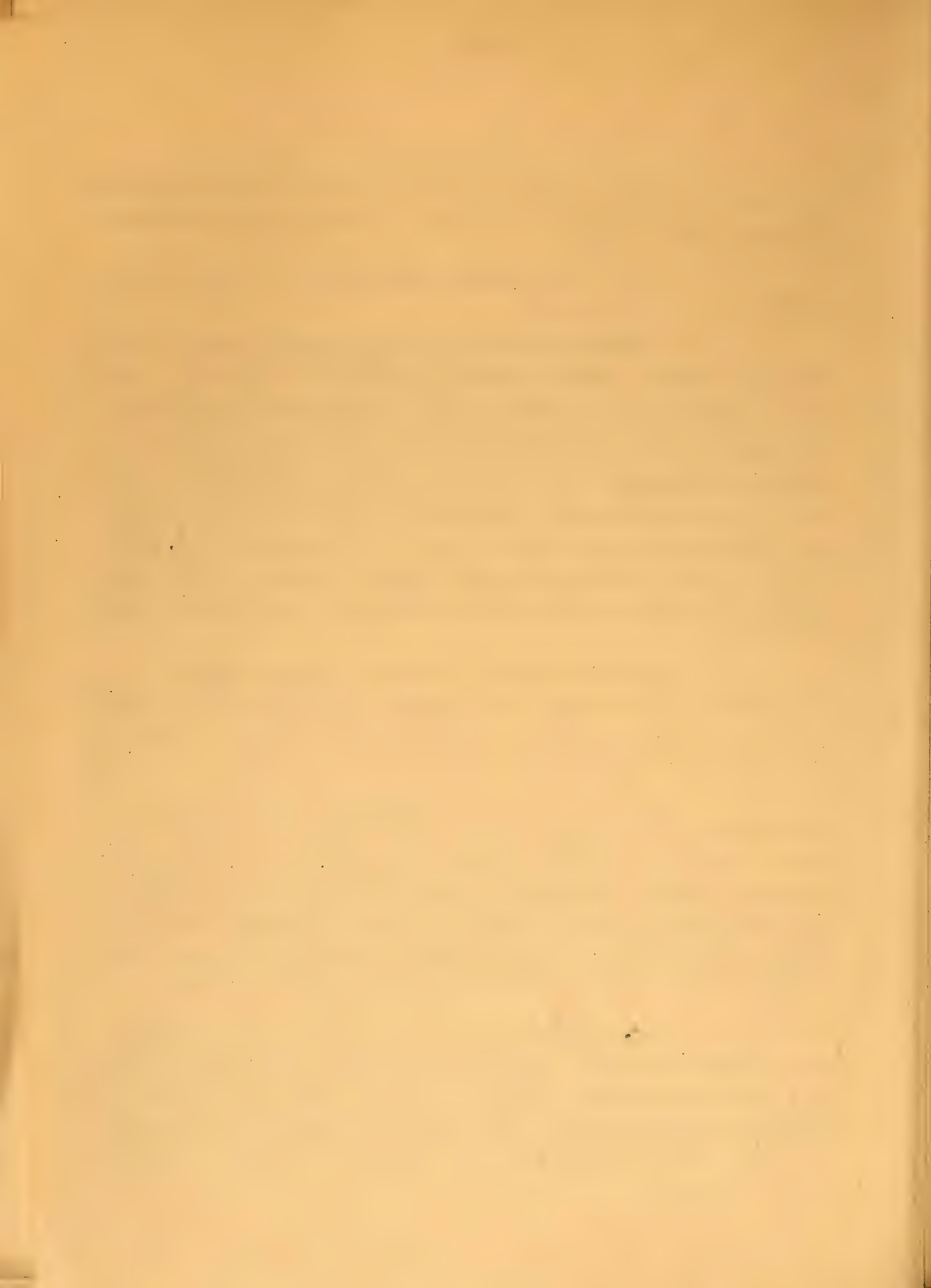
Será, não obstante, verdadeiro o 29 lugar conquistado pelo Distrito Federal?

Podemos assegurar que não. O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e Relativos a Títulos e Valores (codinome IOF) e o Imposto sobre a Exportação, aquele no valor de Cr\$785.416.483.914,00 e este no de Cr\$212.625.219.877,00, continuam a ser considerados como se no Distrito Federal tivessem sido recolhidos. Esse montante de quase 1 trilhão de cruzeiros — e que praticamente representou 11,29% da Receita Tributária (Cr\$8.836.691.236.728) de 1983 — foi arrecadado nas diferentes Unidades Federativas pelos agentes financeiros, mas, transferido diretamente ao Banco Central do Brasil, com matriz em Brasília-DF.

Em virtude disso, a Receita do antigo Imposto sobre Operações Financeiras (hoje Imposto sobre Operações de Crédito etc.) e de Exportações é concentrada em Brasília, em prejuízo da real posição dos Estados no desempenho arrecadador.

Em nossos relatórios anteriores temos chamado a atenção para essa anomalia, que reclama urgente corretivo. Nada se tem feito, no entanto. Ninguém se preocupa com a aberração que distorce o quadro arrecadador e percentual dos Estados, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, nos quais a coleta desses tributos, como se sabe, é preponderante e significativa, sem falar de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e outros.

Fique aqui registrada, pela terceira vez seguida, nossa repulsa ao quadro teratológico que somos obrigados a produzir, baseado em números oficiais colhidos no balancete setorial do Ministério da Fazenda e registrados por nossa contabilidade — e que longe está de exprimir a correta fisionomia da verdade.



Paciência, pois.

Nosso intuito, no caso, lastimavelmente coincide com o pensamento de um alto executivo norte-americano, divulgado no livro "Como subir na vida sem fazer força", segundo o qual

"o memorando é expedido apenas para guardarmos a cópia, e não para ser necessariamente lido pelo destinatário".

RECEITA COMPARADA/1982 E 1983

Afigura-se-nos oportuno mostrar o quadro comparativo das Receitas hauridas nos exercícios financeiros de 1982 e 1983, em termos de incrementos nominais, sem levar portanto em conta a taxa inflacionária do ano de 1983.

E S P E C I F I C A Ç Ã O	ARRECADAÇÃO		Cr\$ milhões
	1982	1983	(%) s/ 1983
Receita Orçamentária	4.774.815,1	11.779.847,5	146,7
Receitas Correntes	4.726.843,1	11.577.596,6	144,9
Receitas de Capital	47.972,0	202.250,9	321,5
Receita Tributária	3.900.939,7	8.836.691,2	126,5
Receita de Contribuições	-	2.400.486,2	-
Receita Patrimonial	69.366,2	90.480,0	30,0
Receita Agropecuária	-	1.044,3	-
Receita Industrial	1.015,9	1.941,5	88,4
Receita de Serviços	-	51.654,2	-
Transferências Correntes	348.239,4	85.684,5	306,0
Receitas Diversas	407.281,8	-	-
Outras Receitas Correntes	-	109.614,7	-
Operações de Crédito	47.050,7	200.171,6	324,9
Alienação de Bens	401,2	1.697,0	323,2
Amortização de Empréstimos ...	510,3	382,4	30,8
Impostos	3.634.202,3	8.469.402,5	133,0
Taxas	234.543,2	367.288,4	56,6
Contribuições de Melhoria	-	0,3	-



ELENCO DE IMPOSTOS

Os impostos que formaram a Receita Tributária são os seguintes, em ordem decrescente de representatividade:

I M P O S T O S	VALOR CR\$1,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS	
DE QUALQUER NATUREZA	4.044.178.406.213
Pessoa Física	286.632.762.380
Pessoa Jurídica	1.763.981.600.777
Retido na Fonte	1.993.564.043.056
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.299.752.960.859
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS E RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES (IOF)	785.416.483.914
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO.....	490.058.165.481
IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA	271.172.755.799
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	212.625.219.877
IMPOSTO ÚNICO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUS- TÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL	192.355.490.898
IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS	88.811.930.719
IMPOSTO SOBRE OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RO- DOVIÁRIO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL ...	82.277.564.052
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCU- LAÇÃO DE MERCADORIAS	2.493.021.908
IMPOSTOS EXTRAORDINÁRIOS	261.976.658
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS.	18.121.178
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	580.495
S O M A	8.469.402.498.031



ANÁLISE DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS

RENDA

O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza está assim subdividido:

	<u>Em Cr\$1,00</u>
Pessoas Físicas	286.632.762.380
Pessoas Jurídicas	1.763.981.600.777
Retido nas Fontes	<u>1.993.564.043.056</u>
Soma	<u>4.044.178.406.213</u>

A estimativa de Cr\$2.282.000 milhões, foi ultrapassada em 77%. Em relação ao ano anterior, em que a arrecadação registrou Cr\$1.456.861.998.738 o crescimento significa 178%.

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

O Segundo maior tributo, Imposto sobre Produtos Industrializados, responsabilizou-se pela coleta no valor de Cr\$2.299.752.960.839, superior em 12% à previsão de Cr\$1.960.000 milhões. Em 1982 o ingresso estampou Cr\$1.063.687.691.803. O aumento percentual registra em favor de 1983 a marca de 116%.

IOF

O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e Relativas a Títulos e Valores, terceiro maior tributo, foi estimado em Cr\$960.000 milhões e arrecadou Cr\$785.416.483.914.

THE HISTORY OF THE

CHAPTER

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

OF THE

18% inferior à previsão. Por outro lado, comparado à arrecadação de Cr\$555.879.190.928 em 1982, produziu mais 41%. Recorde-se que este tributo, em 1982, era denominado "Imposto sobre Operações Financeiras" (IOF).

IMPORTAÇÃO

Este é o quarto maior imposto. Sua arrecadação em 1983 consignou Cr\$490.038.165.481, contra uma estimativa de Cr\$400.000 milhões, ultrapassada em 22%. Comparado a 1982, cujo ingresso mostrou Cr\$233.803.531.258, cresceu 109%.

ENERGIA ELÉTRICA

O Imposto Único sobre Energia Elétrica — 5º colocado — responde por Cr\$271.172.755.799, 3% aquém da estimativa, calculada em Cr\$280.000 milhões. A adução de 1982, porém, no valor de Cr\$127.375.017.109, ficou superada em 113%.

EXPORTAÇÃO

O Imposto sobre a Exportação (6º colocado), estimado em Cr\$19.000 milhões, produziu a arrecadação no total de Cr\$212.625.219.877, 1019% a maior. Comparado a 1982, cuja marca foi de Cr\$7.052.023.191, o crescimento traduz-se em 2915%.

LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS

O Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis detém o 7º lugar e coloca Cr\$192.355.490.898 no mapa de arrecadação. Ficou abaixo da estimativa (Cr\$225.000 milhões) em 15%. Comparado a 1982, cujo ingresso exprime Cr\$111.774.684.049, o crescimento nominal foi de 72%.

MINERAIS

O Imposto Único sobre Minerais (8ª posição) arrecadou Cr\$88.811.950.719, em contraste com a previsão de Cr\$63.000 milhões, vencida em 40%. Cotejado a 1982, a que forneceu o valor de Cr\$37.222.464.288, foi superior em 138%.

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

O Imposto sobre Serviços de Transportes Rodoviários, colocado no 9º patamar arrecadador, exibe a soma de Cr\$82.277.364.052, 30% além da previsão (calculada em Cr\$56.000 milhões). Posto em confronto com 1982, quando gerou Cr\$39.458.357.929, cresceu 108%.

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias, arrecadado pela União nos Territórios, situa-se em Cr\$2.493.021.908 e ocupa o 10º lugar. Permaneceu 7% abaixo de sua estimativa de Cr\$2.670 milhões. Contraposto a 1982, cuja arrecadação atingiu Cr\$1.296.151.805, progrediu 92%.



OUTROS IMPOSTOS

Os demais impostos — Impostos Extraordinários , Impostos sobre Transmissão de Bens Imóveis e Imposto Territorial Rural — não merecem comentário, em face de sua inexpressiva performance.

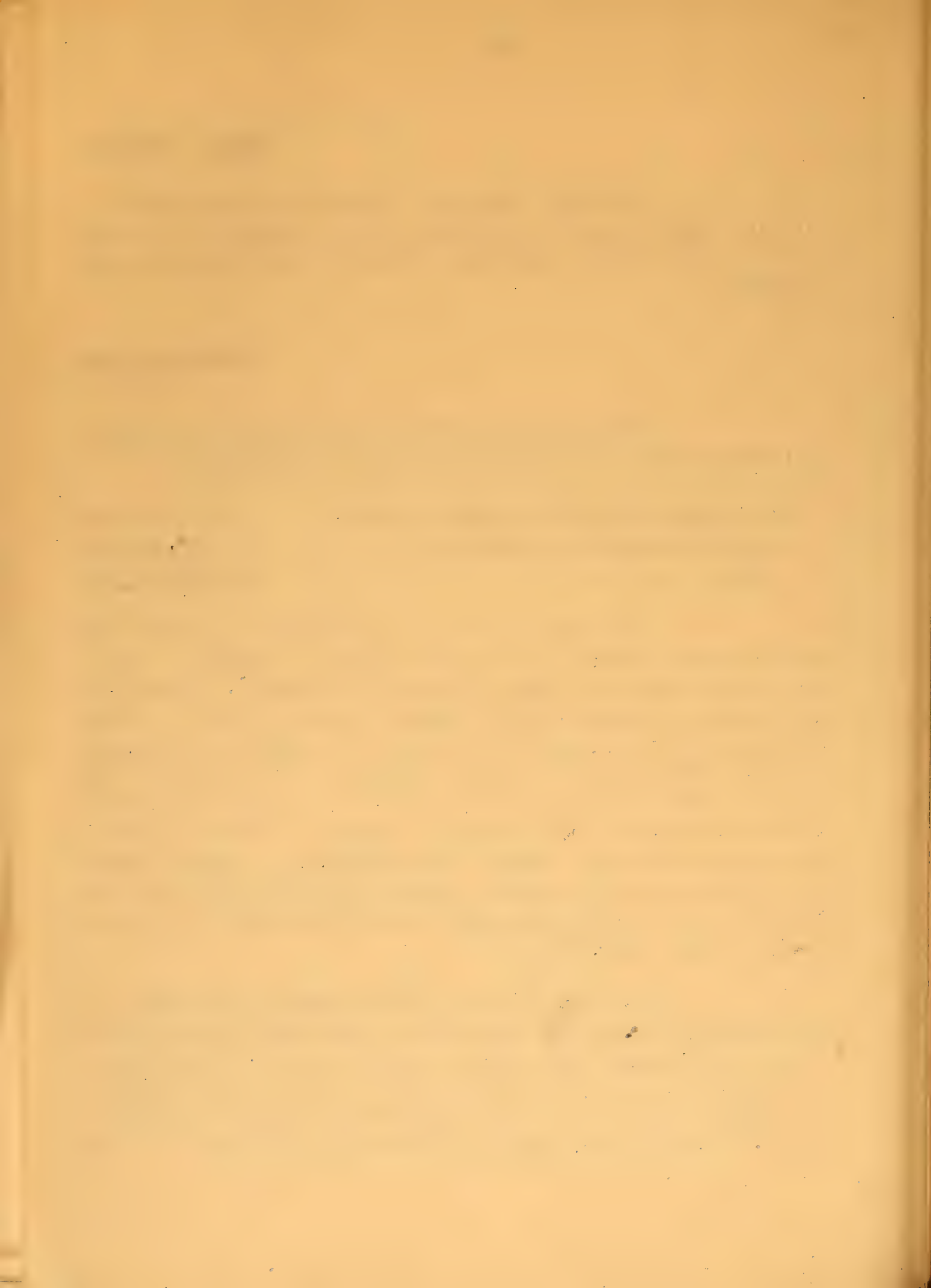
ELENCO DE TAXAS

As Taxas que igualmente constituíram a Receita Tributária são, pela ordem de importância, as seguintes:

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA...	10.059.081.416
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	<u>357.229.341.057</u>
SOMA.....	<u>367.288.425.473</u>

No conjunto de Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia vamos encontrar as Taxas de Migração, somando o valor de Cr\$3.181.563.150; a Taxa de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, somando Cr\$2.380.673.355, a Taxa de Inspeção e Fiscalização da Produção e do Comércio de Sementes, somando Cr\$347.595.879; a Taxa de Inspeção e Fiscalização da Produção e Comércio de Fertilizantes Corretivos, somando Cr\$347.595.879; a Taxa de Inspeção e Fiscalização da Produção e Comércio de Fertilizantes Corretivos, somando Cr\$165.572.125; a Taxa de Inspeção e Fiscalização de Bebidas, somando Cr\$137.829.121; Taxa de Fiscalização das Telecomunicações com Cr\$3.678.820.873 e outras taxas de menor expressão.

No bloco de Taxas pela Prestação de Serviços vamos encontrar a Taxa Rodoviária Única, com Cr\$242.102.694.086; a Taxa de Melhoramento dos Portos, com Cr\$75.491.091.971; as Pensões Militares, com Cr\$23.419.529.482; a Taxa de Classificação de Produtos Vegetais, com Cr\$6.318.945.024; as Custas Judiciais Com Cr\$4.592.127.342; a Taxa de Exploração de Loterias com



Cr\$2.130.762.712; os Emolumentos Consulares, com Cr\$1.183.927.826 e outras rubricas de menor consistência.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Este grande título, responsável por ingressos no valor de Cr\$2.400.486.179.039, apresenta as seguintes principais subcontas:

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	1.051.644.370.710
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS.....	<u>1.348.841.808.329</u>
	<u>2.400.486.179.039</u>

Os valores componentes de Contribuições Sociais , por ordem de vulto, estão assim identificados:

CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE INVESTI- MENTO SOCIAL.....	670.200.537.455
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO.....	225.379.201.966
COTA DE PREVIDÊNCIA.....	132.851.673.841
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL....	15.959.116.681
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO.....	4.027.033.917
CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROMARÍTIMO..	5.217.779.075
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	<u>2.027.173</u>
	<u>1.051.644.370.710</u>

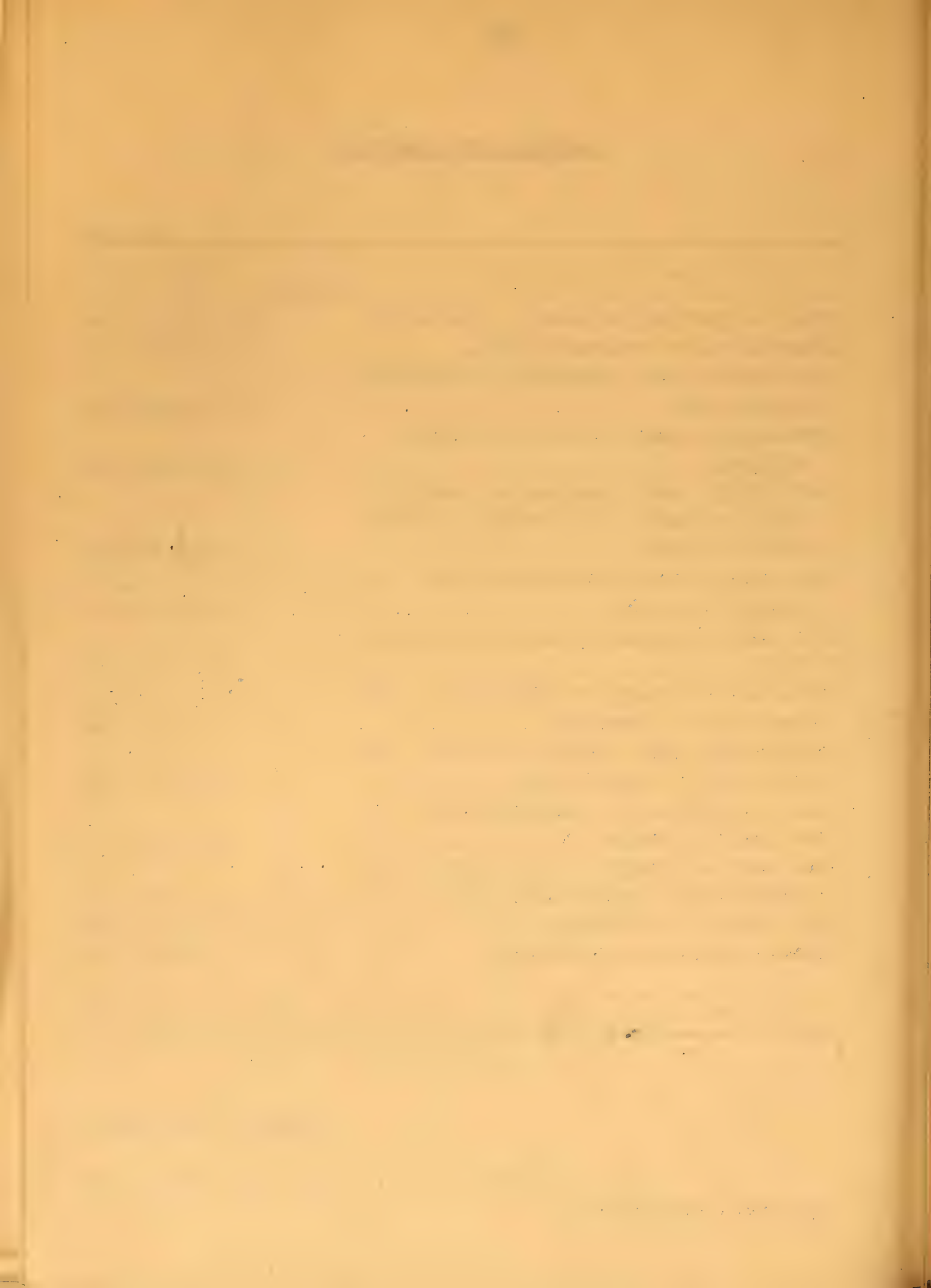
As Contribuições Econômicas, também por ordem de significação, se desdobram conforme demonstrativo seguinte:

CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS

		Cr\$1,00
C O N T R I B U I Ç Ã O		V A L O R
COTAS DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE A EXPORTAÇÃO....		531.655.371.384
SOBRETARIFAS DE TELECOMUNICAÇÕES		234.813.015.778
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL-PIN		157.928.842.741
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O CONSUMO DE AÇÚCAR E ADICIONAL		148.002.663.995
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE REDISTRI - BUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROIN- DÚSTRIA-PROTERRA		105.028.001.126
COTA-PARTE DO VALOR DO PETRÓLEO BRUTO DE PRODUÇÃO NACIONAL		29.848.631.256
COTA-PARTE DA MARGEM DE REVENDA DOS COMBUS TÍVEIS		32.515.171.389
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS		27.181.771.457
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO		18.707.777.166
TAXA DE ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DA BORRACHA		16.214.601.725
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO...		15.813.019.222
SELO ESPECIAL DE CONTROLE		17.867.702.305
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS		18.265.738.785
S O M A		1.348.841.808.329

RECEITA PATRIMONIAL

A Receita Patrimonial arrecadada se apresenta sob os seguintes desdobramentos:



RECEITAS IMOBILIÁRIAS

Aluguéis	209.752.138	
Arrendamentos	39.341.308	
Foros	106.921.317	
Laudêmios	4.030.139.389	
Taxa de Ocupação de Imóveis	4.810.600.993	
Outras Receitas Imobiliárias.	<u>2.191.450</u>	<u>9.198.946.593</u>

RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS

Juros de Títulos de Renda..	123.406	
Dividendos	76.147.052.723	
Participações	<u>433.395</u>	<u>76.147.609.524</u>

OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS

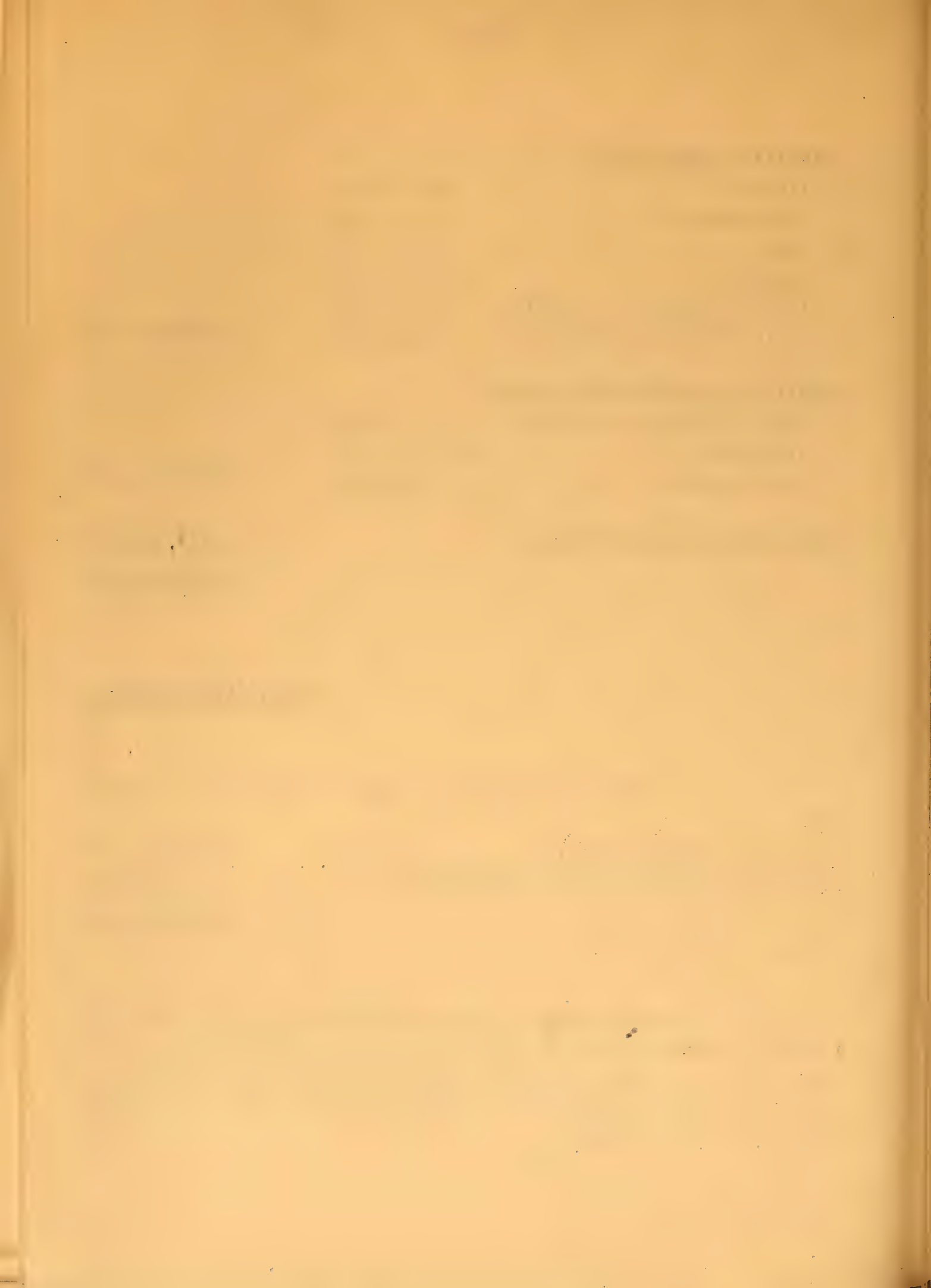
5.133.516.666
86.774.022.912

RECEITA AGROPECUÁRIA

A Receita Agropecuária compõe-se de apenas 2 (dois) itens:

RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	1.044.067.917
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	<u>283.057</u>
	<u>1.044.350.974</u>

Acentue-se que o baixo desempenho da arrecadação da Receita Agropecuária se deve ao fato de que, no Ministério da Agricultura, os ingressos a esse título são totalmente destinados ao Fundo Federal Agropecuário, entidade autônoma diretamente vinculada ao Titular da Pasta.



RECEITA INDUSTRIAL

A Receita Industrial, tal como a Receita Agropecuária, é formada por apenas duas rubricas:

RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	1.941.435.545	
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO.....	<u>84.520</u>	
		<u>1.941.520.065</u>

RECEITA DE SERVIÇOSSERVIÇOS COMERCIAIS

Serviços de Comercialização de Medicamentos	34.462.865.843	
Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Material Escolar e Outros...	15.602.846	
Outros Serviços Comerciais.	<u>27.893.457</u>	34.506.362.146

SERVIÇOS FINANCEIROS:

Juros de Empréstimos	326.987.053	
Taxa pela Concessão de Aval do Tesouro Nacional	688.131.633	
Outros Serviços Financeiros	<u>2.031.778</u>	1.017.150.464

SERVIÇOS DE TRANSPORTES

Transporte Rodoviário	3.582.386	
Transporte Aéreo	<u>640</u>	3.583.026

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

355.552

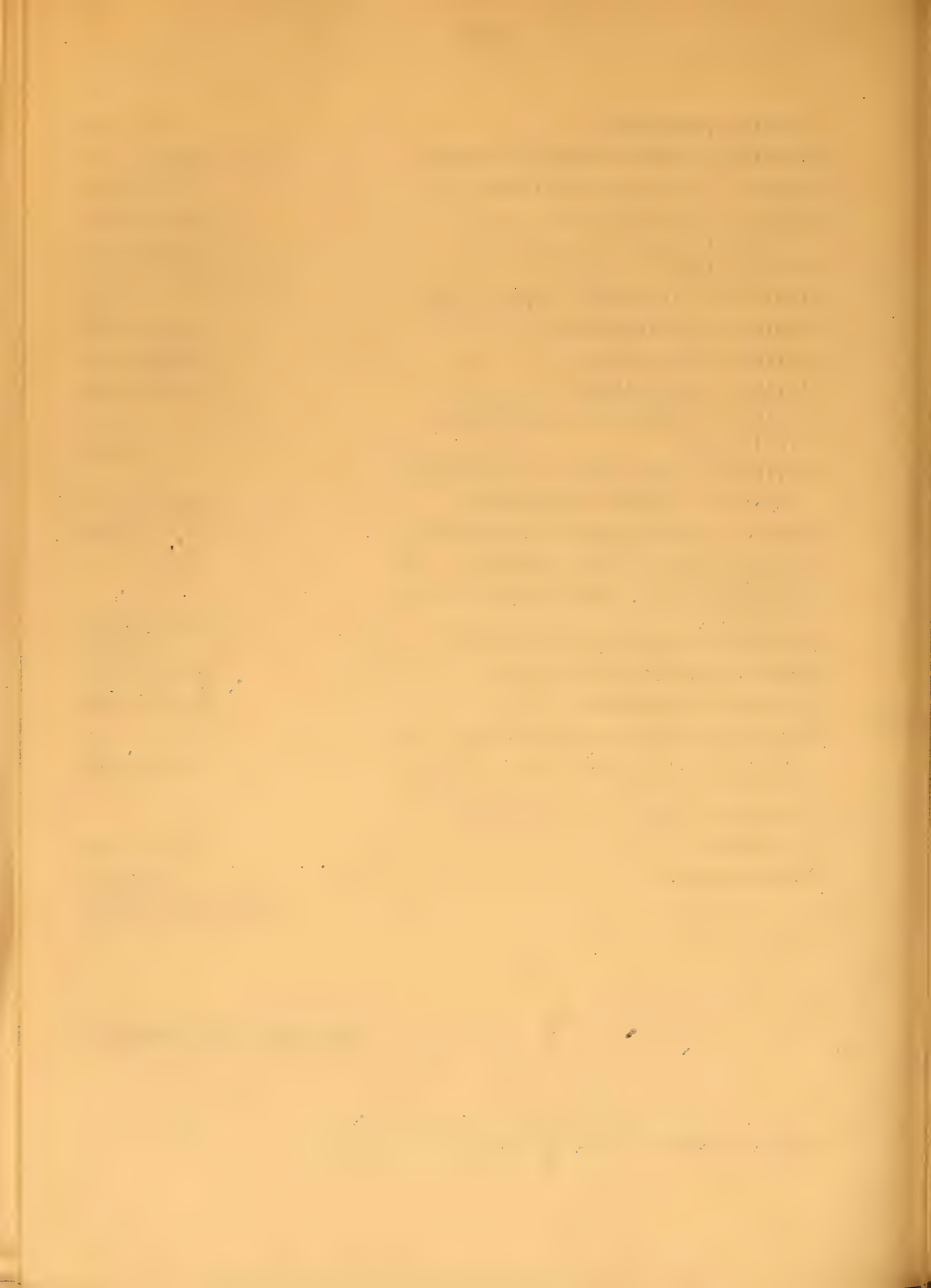
SERVIÇOS DE SAÚDE

554.339.409

SERVIÇOS PORTUÁRIOS.....	328.799
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.....	117.346.737
SERVIÇOS DE SOCORRO MARÍTIMO.....	43.826.023
SERVIÇOS DE METROLOGIA.....	7.906.239.952
SERVIÇOS TECNOLÓGICOS.....	56.658.425
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.....	865.330.126
SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	17.300
SERVIÇOS DE METEOROLOGIA.....	34.419.136
SERVIÇOS EDUCACIONAIS.....	643.891.535
SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS.....	345.436.186
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO.....	23.776
SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS.....	158.556.755
SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO.....	6.930
SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFERÊNCIA DE TEC NOLOGIA.....	3.817.563.819
SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO.....	109.784
TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS.....	877.284.374
TARIFAS AEROPORTUÁRIAS.....	167.468.404
TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA.....	91.851.596
SERVIÇO DE CONTROLE E ANÁLISE DE MER- CADORIAS, DROGAS, MEDICAMENTOS E ALIMENTOS.....	445.675.494
OUTROS SERVIÇOS.....	409.430
	<u>51.654.235.178</u>

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

A composição deste agrupamento no total de
Cr\$85.684.292.314 tem os seguintes elementos:



TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS:

(Transferências da União)

Transferência de Recursos da Con
tribuição para os Programas Es
peciais.....

83.056.672.245

Outras Transferências..... 2.625.334.091 85.682.006.336

TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

(Transferências dos Municípios)

1.300

TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRI-
VADAS.....

2.275.000

TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR.....

5.458

TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS.....

4.220

85.684.292.314OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Sob este título figuram as seguintes rubricas:

MULTAS E JUROS DE MORA.....

61.846.181.221

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....

9.288.052.116

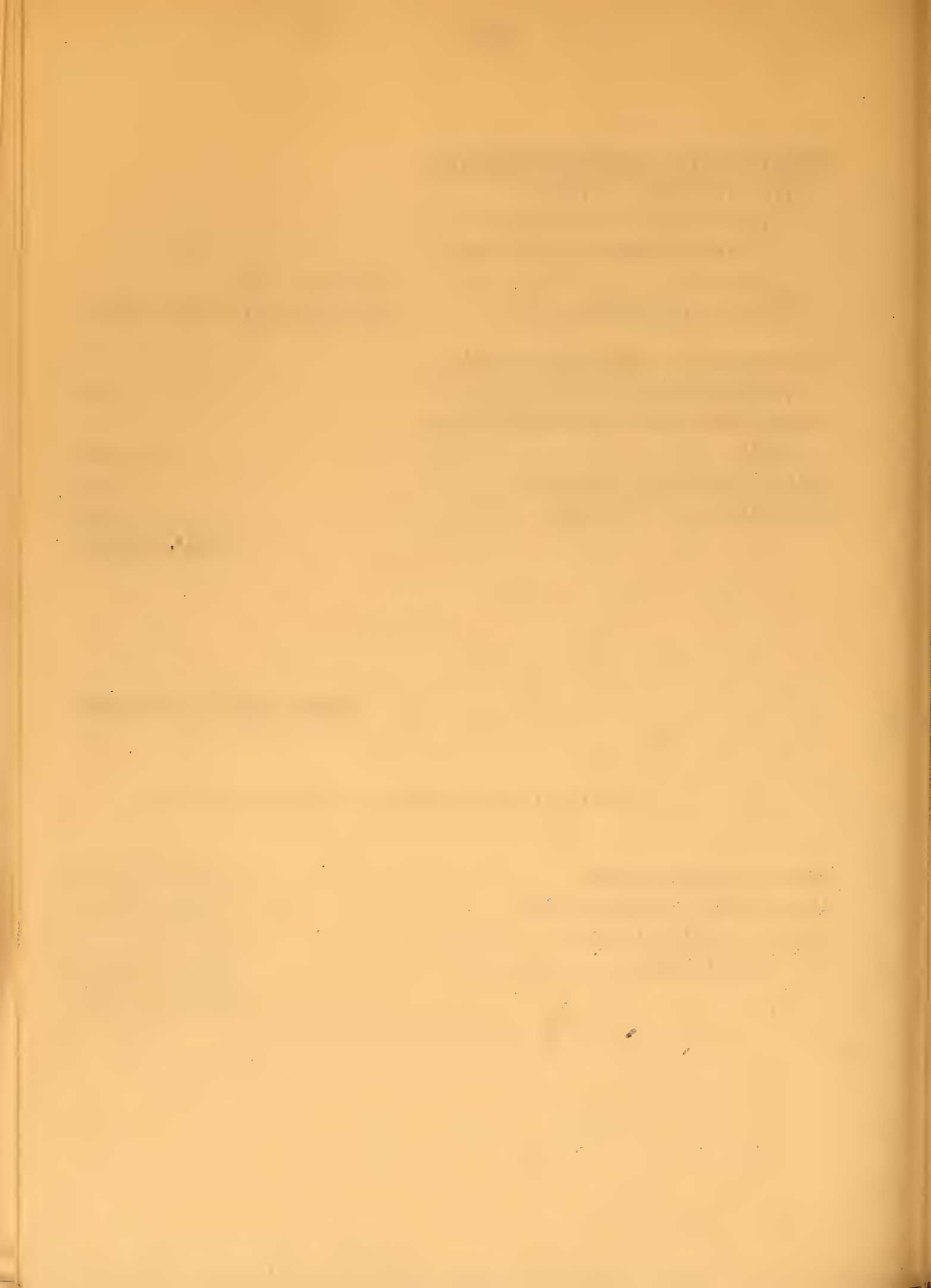
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA.....

12.057.310.174

RECEITAS DIVERSAS.....

26.423.140.987

109.614.684.498



RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital, derradeiramente, se ap^{re}sen^{ta}m assim concebidas:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

Operações de Crédito Internas...	141.611.641.908	
Operações de Crédito Externas...	<u>58.559.921.584</u>	200.171.563.492

ALIENAÇÃO DE BENS:

Alienação de Bens Móveis.....	127.977.313	
Alienação de Bens Imóveis.....	<u>1.568.993.913</u>	1.696.971.226
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....		<u>382.397.473</u>
		<u>202.250.932.191</u>



IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (*)

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, vinculado ao Ministério Extraordinário para os Assuntos Fundiários, apresentou em 1983 o seguinte desempenho relativamente ao Imposto Territorial Rural (ITR):

<u>ARRECADAÇÃO DE EXERCÍCIOS</u>	<u>Em Cr\$ 1,00</u>
Anteriores a 1983:	
Parte das Prefeituras.....	1.798.361.719
Parte do INCRA.....	448.601.062
Sub-soma.....	2.246.962.781

<u>ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO</u>	
Fiscal de 1983:	
Integralmente em favor das Prefeituras.....	10.412.996.845
Soma.....	12.659.959.626

A Distribuição desses ingressos assim se comportou:

Às Prefeituras (1.798.361.719 + 10.412.996.845)....	12.211.358.564
Ao INCRA.....	448.601.062
Soma.....	12.659.959.626

Assinale-se que, por força da Resolução do Senado Federal nº 337, de 27/09/85, aprovando decisão do Supremo Tribunal Federal, foi suspensa a parcela de 20% do produto do ITR em favor do INCRA, motivo pelo qual a arrecadação de 1983, como se observa, foi totalmente repassada às Prefeituras.

O quadro a seguir mostra, pormenorizadamente, as Unidades da Federação beneficiadas com a arrecadação do tributo, assim como os valores relativos a anos anteriores a 1983 e do próprio ano de 1983.

(*) FONTE: Instituto de Colonização e Reforma Agrária

Confrontada com 1982, cuja arrecadação marcou Cr\$132.603,5 milhões, a coleta de 1983 correspondeu ao aumento de 447,89%. Ressalve-se, contudo, em favor do ano de 1982, que a coleta não cobriu todo o exercício.

DEMONSTRATIVO DA ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO ITR EM 1983 (*)

131

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRECAÇÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO FISCAL 1983	TOTAL ARRECADADO E DISTRIBUÍDO		Em Cr\$ 1,00
	PREFEITURAS			PREFEITURAS		
	INCRA			INCRA		
ACRE	17.226.620	4.307.724	37.094.142	54.320.762	4.307.724	
ALAGOAS	16.460.246	4.115.233	8.385.855	24.846.101	4.115.233	
AMAPÁ	5.046.001	1.261.464	5.888.200	10.934.201	1.261.464	
AMAZONAS	16.402.752	4.099.776	30.684.740	47.087.492	4.099.776	
BAHIA	110.660.105	27.687.982	334.245.564	444.905.669	27.687.982	
CEARÁ	18.200.330	4.637.987	49.590.516	67.790.846	4.637.987	
DISTRITO FEDERAL	5.232.982	1.308.164	24.332.646	29.565.628	1.308.164	
ESPÍRITO SANTO	16.955.661	4.237.305	237.933.960	254.889.621	4.237.305	
GOIÁS	175.820.783	43.990.492	895.267.416	1.071.088.199	43.990.492	
MINAS GERAIS	156.869.339	59.215.899	1.287.258.349	1.444.127.688	39.215.899	
MARANHÃO	20.089.321	5.020.969	35.247.653	55.336.974	5.020.969	
MATO GROSSO	173.301.361	43.339.564	462.630.169	635.931.530	43.339.564	
MATO GROSSO DO SUL	94.831.768	23.714.164	460.664.995	555.496.763	23.714.164	
PARÁ	64.528.045	14.955.880	222.512.032	287.040.077	14.955.880	
PARAÍBA	12.017.585	3.003.752	76.608.785	88.626.370	3.003.752	
PARANÁ	176.164.109	44.047.029	1.166.198.436	1.342.362.545	44.047.029	
PERNAMBUCO	28.570.233	7.144.457	110.505.929	139.076.162	7.144.457	
PIAUÍ	18.941.731	4.733.675	52.968.619	51.910.350	4.733.675	
RIO GRANDE DO NORTE	9.367.370	2.341.335	26.468.801	35.836.171	2.341.335	
RIO GRANDE DO SUL	165.386.273	41.348.234	1.066.004.751	1.231.391.024	41.348.234	
RIO DE JANEIRO	32.981.622	8.243.626	260.780.692	293.762.314	8.243.626	
RORÔNIA	20.857.473	5.213.884	85.309.288	106.166.761	5.213.884	
RORAIMA	1.870.315	467.487	5.493.260	7.363.635	467.487	
SANTA CATARINA	56.283.127	14.071.631	172.980.463	229.263.590	14.071.631	
SÃO PAULO	374.151.505	93.556.878	3.281.553.578	3.655.705.083	93.556.878	
SERGIPE	10.145.002	7.536.471	36.388.006	46.533.008	7.536.471	
T O T A I S	1.798.361.719	448.601.062	10.412.996.845	12.211.358.564		448.601.062

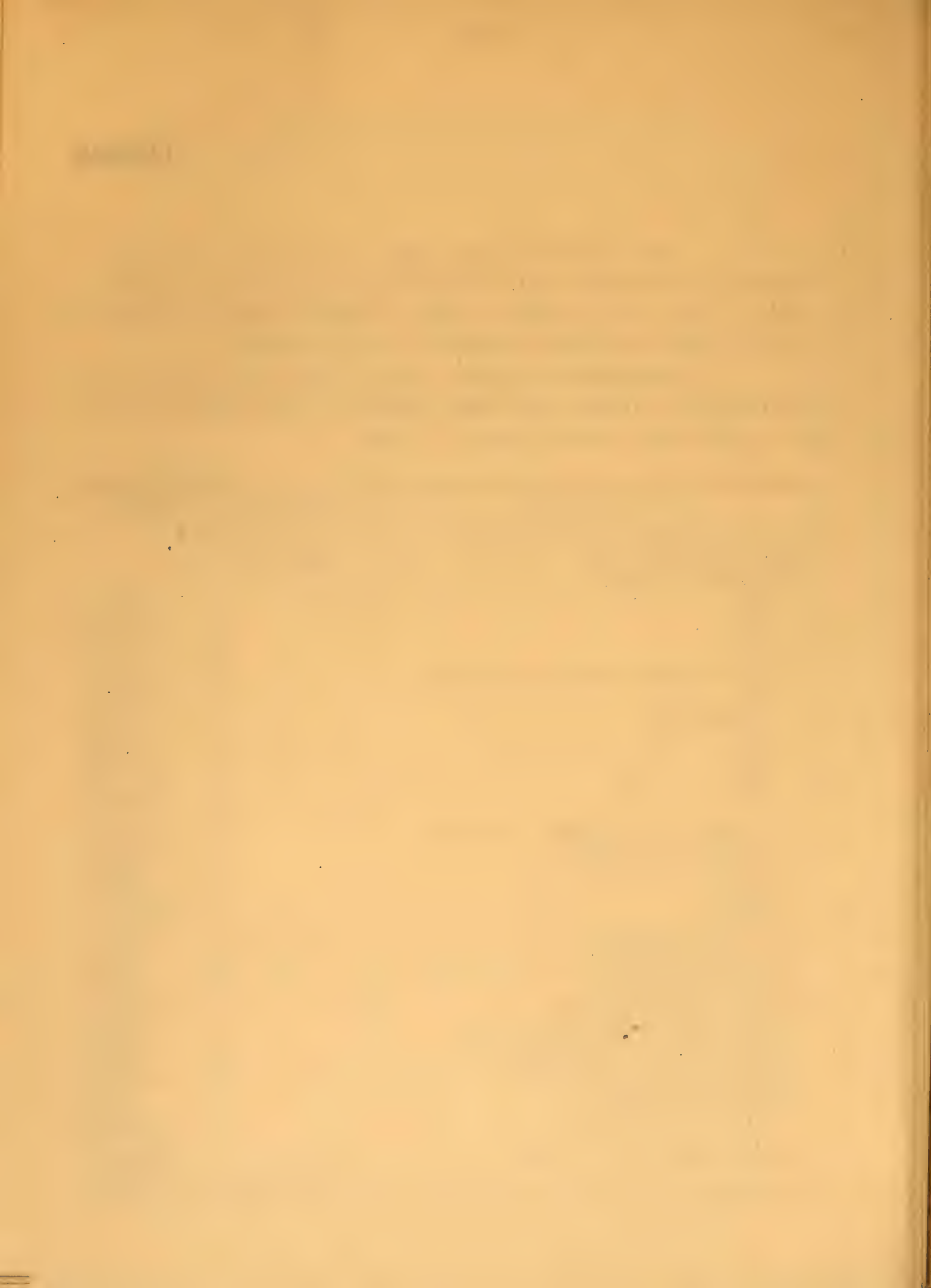
(*) Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

FINSOCIAL

Como se disse no Relatório do exercício anterior, o Fundo de Investimento Social-FINSOCIAL, de que trata o Decreto - -Lei nº 1940, de 25 de maio de 1982, é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES.

Os elementos por nós obtidos junto ao gestor permitem descrever as operações realizadas durante o ano de 1983, com todas as minúcias a nosso alcance, a saber:

O P E R A Ç Õ E S	(Cr\$ milhões)	
	RECEITA	DESPESA
SALDO DISPONÍVEL EM 31/12/1982	95.229,3	
ARRECADAÇÃO EM 1983	726.529,7	
APLICAÇÕES EM 1983:		
BNH		47.500,0
CEME		12.740,9
DNOCS		3.673,6
BNB		2.900,0
Fundo de Assistência ao Educando		40.000,0
FNDE		4.400,0
Fundação SESP		2.837,0
GETAT		7.459,7
IAPAS		4.088,0
INAN		40.754,6
INCRA		6.900,0
LBA		8.218,0
Ministério da Educação e Cultura		4.621,1
Ministério da Saúde		6.900,1
Ministério do Interior		2.000,0
SUCAM		11.153,2
SUDENE		119.509,0
SUDESUL		2.400,0
Estado de Alagoas		661,5
Estado da Bahia		800,0
Estado da Paraíba		838,5
Estado de Pernambuco		1.200,0
Estado do Paraná		412,7
Estado do Rio Grande do Norte		800,0
Estado do Rio Grande do Sul		383,3
Estado de Santa Catarina		4.700,0
Estado de Sergipe		200,0
Território do Amapá		160,0
		538.211,3
SALDO PARA 1984		483.547,8
Somas	821.759,0	821.759,0



INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais deduzidos do imposto de renda de pessoa jurídica, ao amparo do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, mostraram em 1983 o seguinte desempenho:

		<u>Em Cr\$1.000</u>
FINOR		141.600.408,0
FINAM		57.225.444,0
FISET:		
Pesca	1.956.256,9	
Turismo	4.766.528,0	
Reflorestamento	<u>96.146.917,0</u>	102.869.701,9
GERES		2.979.617,7
EMBRAER		11.421.872,0
MOBRAL		<u>21.616.131,0</u>
		<u>337.713.174,6</u>

Por outro lado, o PIN e o PROTERRA transferiram também recursos a alguns fundos, na seguinte proporção:

RECURSOS DO PIN:

FINOR/BNB	95.385.065,6	
FINAM/BASA	38.572.192,1	
OUTROS/BNB	<u>70.006.726,2</u>	203.963.983,9

RECURSOS DO PROTERRA:

FINOR/BNB	63.642.507,3	
FINAM/BASA	25.687.905,4	
OUTROS/BNB	23.342.801,7	
OUTROS/BASA	<u>23.342.801,7</u>	136.016.016,1
		<u>339.980.000,0</u>



Em resumo, os programas beneficiados com incentivos fiscais de pessoa jurídica receberam a apreciável alocação de recursos de quase 678 bilhões de cruzeiros, como o demonstra esta discriminação:

	<u>Em Cr\$1.000</u>
Através da opção de pessoa jurídica	337.713.174,6
Através de contribuições do PIN e PROTERRA	<u>339.980.000,0</u>
	<u>677.693.174,6</u>

No campo dos incentivos fiscais de pessoa física não houve qualquer arrecadação.

Saliente-se que esse benefício em favor de pessoas físicas, instituído desde 1967 pelo Decreto-Lei nº 157 (daí o nome de Fundo 157), foi revogado por força do Decreto-Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



A EXECUÇÃO DA DESPESA

A Despesa Realizada à conta de recursos orçamentários da União, inobstante fixada no marco de Cr\$11.330.576.825.394,00, comportou-se no limite de apenas Cr\$11.104.585.323.599,00. Os créditos não utilizados, decorrentemente, corresponderam a Cr\$225.991.501.795,00.

Os grandes valores da despesa se espelham assim:

Cr\$1,00

C R É D I T O S	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO
Orçamentários e Suplementares.....	11.325.422.159.394	11.099.430.851.505
Especiais.....	5.154.666.000	5.154.472.094
Soma.....	11.330.576.825.394	11.104.585.323.599

A realização da despesa compreende os recursos emanados de receitas vinculadas a programas específicos.

Sob o ângulo da classificação por classe econômica, a posição é esta:

CATEGORIA ECONÔMICA	Cr\$1.000	PARTICIPAÇÃO
Despesas Correntes....	8.537.106.422	77%
Despesas de Capital...	2.567.478.901	23%
Soma.....	11.104.585.323	100%

A despesa realizada engloba a parcela de Cr\$918.351.447.861,00, que se relaciona a empenhos emitidos e não liquidados nem pagos no exercício, cuja inscrição se fez em conta de Restos a Pagar de 1983.

Os dispêndios do Poder Legislativo consumiram Cr\$100,518 bilhões, significando 0,9% do total.

O Poder Judiciário utilizou Cr\$101,947 bilhões, ou sejam 0,9%.

O Poder Executivo administrou gastos de Cr\$10.902,121 bilhões, correspondendo a 98,2%. Nesse total, contudo, está incluída a despesa de Encargos Gerais da União (Cr\$1.300,492 bilhões), as Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios (Cr\$2.064,176 bilhões), e os Encargos Financeiros (Cr\$1.485,931 bilhões), e os Encargos Previdenciários (Cr\$967,092 bilhões). Esses valores devem ser deduzidos do custo do Poder Executivo, que passará finalmente a ostentar os dispêndios em seu próprio âmbito, na quantia líquida de Cr\$5.084,430 bilhões (45,8%).

As Despesas Correntes, com Cr\$8.537,106 bilhões, superaram o índice de 1982, quando expressaram a soma de Cr\$3.521,783 bilhões. O crescimento acusa 142,4%.

As Despesas de Capital, com Cr\$2.567,479 bilhões, postas em cotejo com 1982, quando acusaram Cr\$1.097,988 bilhões, subiram 133,6%.

As Despesas Correntes estão decompostas nos seguintes históricos:

	Cr\$ milhão
Despesas de Custeio	1.835.593,146
Transferências Correntes	6.701.513,276
Despesas Correntes	<u>8.537.106,422</u>

As Despesas de Capital são formadas pelos seguintes números:

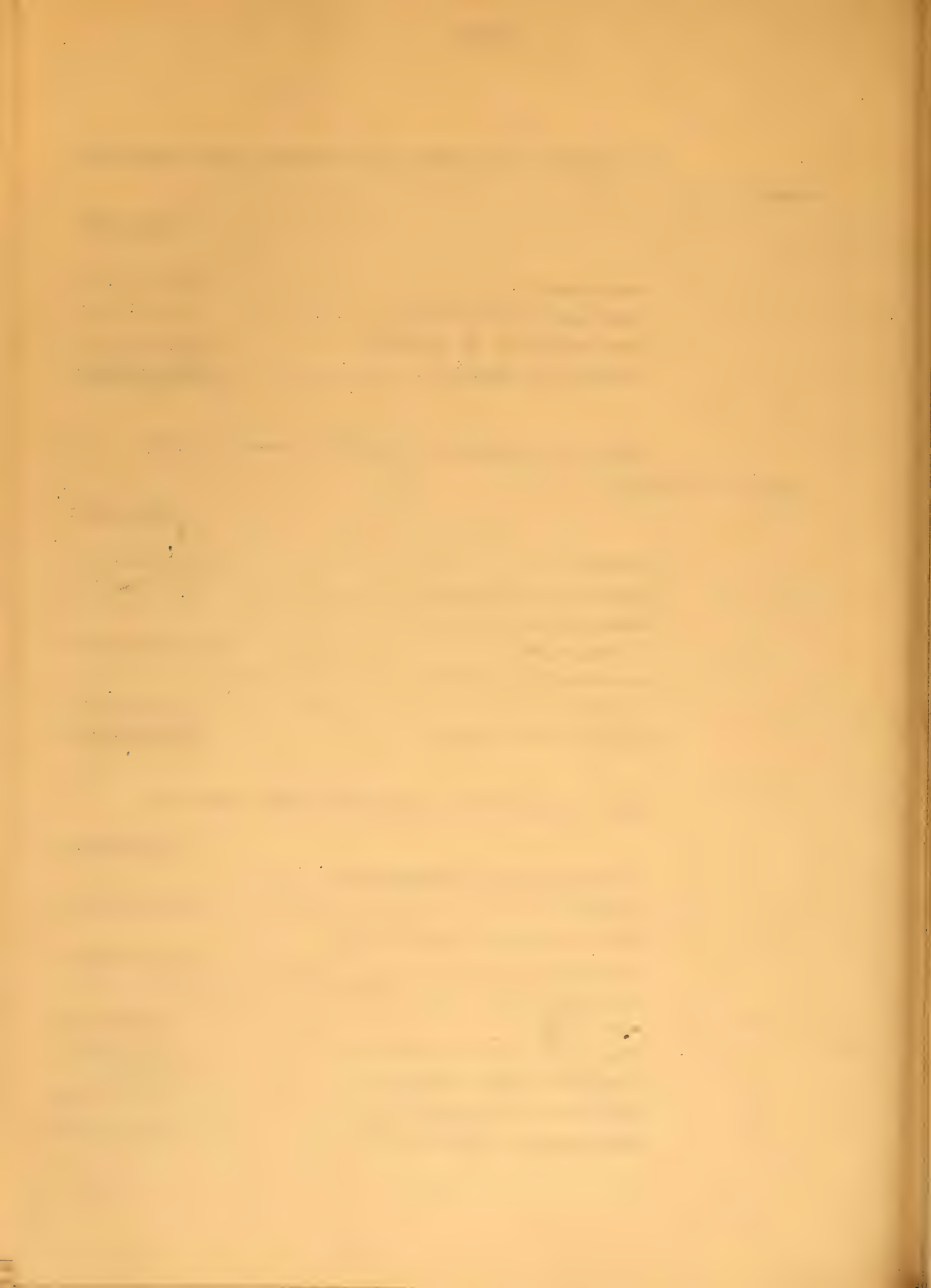
	<u>Cr\$ milhão</u>
Investimentos.....	820.077,645
Inversões Financeiras.....	359.389,885
Transferências de Capital.....	<u>1.388.011,370</u>
Despesas de Capital.....	<u>2.567.478,900</u>

Dentro de Despesas de Custeio, vamos encontrar os seguintes elementos:

	<u>Cr\$ milhão</u>
Pessoal.....	1.126.115,006
Material de Consumo.....	248.638,564
Serviços de Terceiros e Encargos.....	457.911,670
Diversas Despesas de Custeio.....	<u>2.927,906</u>
Despesas de Custeio.....	<u>1.835.593,146</u>

Sob Transferências Correntes vamos encontrar:

	<u>Cr\$ milhão</u>
Transferências Intragovernamentais.....	2.547.017,021
Transferências Intergovernamentais.....	2.054.745,931
Transferências a Instituições Privadas.....	543.408,456
Transferências ao Exterior.....	19.828,058
Transferências a Pessoas.....	916.883,092
Encargos da Dívida Interna.....	291.037,606
Encargos da Dívida Externa.....	207.214,553



Contribuição ao PASEP.....	116.878,499
Diversas Transferências	
Correntes.....	<u>4.500,059</u>
Transferências Correntes.....	<u><u>6.701.513,275</u></u>

Sob as Despesas de Capital, vamos localizar as seguintes subdivisões:

Cr\$ milhão

INVESTIMENTOS

Obras e Instalações.....	43.365,632	
Equipamentos e Material Per manente.....	69.255,703	
Investimentos em Regime de Execução Especial.....	467.228,665	
Constituição ou Aumento de Capital.....	240.074,605	
Diversos Investimentos.....	<u>153,040</u>	820.077,645

INVERSÕES FINANCEIRAS

Aquisições de Imóveis.....	2.469,389	
Aquisições Títulos Represen tativos Capital já Integra lizado.....	158,930	
Constituição ou Aumento de Capital de Empresa Comer - cial ou Industrial.....	296.097,490	
Concessão de Empréstimos.....	23.577,304	
Depósitos Compulsórios.....	35.533,000	
Diversas Inversões Financeiras.	<u>1.553.772</u>	359.389,885

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Transferências Intragoverna mentais.....	716.668,491
Transferências Intergoverna mentais.....	190.470,847

Transferências a Instituições

Privadas.....	8.781,470	
Transferências ao Exterior.....	111.742	
Amortização da Dívida Interna....	37.424,460	
Amortização da Dívida Externa....	<u>434.554,360</u>	<u>1.388.011,370</u>
Soma de Despesas de Capital.....		<u>2.567.478,900</u>



DESPESA POR FUNÇÃO

A Despesa por Função, segundo a ordem decrescente de significação, assim se mostra:

F U N Ç Ã O	Cr\$ MILHÃO	%
Administração e Planejamento.....	2.482.551,416	22,35
Desenvolvimento Regional.....	1.527.983,971	13,76
Assistência e Previdência.....	1.396.192,885	12,57
Transporte.....	1.328.412,329	11,96
Educação e Cultura.....	1.133.493,046	10,21
Defesa Nacional e Segurança Pública..	1.108.087.155	9,98
Agricultura.....	680.474,346	6,13
Energia e Recursos Minerais.....	553.598,526	4,99
Saúde e Saneamento.....	265.787,526	2,39
Indústria, Comércio e Serviços.....	173.096,482	1,56
Relações Exteriores.....	104.005,567	0,94
Comunicações.....	95.121,403	0,86
Legislativa.....	94.219,769	0,85
Judiciária.....	89.654,091	0,81
Trabalho.....	48.177.539	0,43
Habitação e Urbanismo.....	23.729.272	0,21
T O T A L.....	11.104.585.323	100,00

REPORT ON THE

ANNUAL MEETING OF THE BOARD OF DIRECTORS
Held at the City Hotel, New York, on the 15th day of December, 1901.

Present: Messrs. J. D. Rockefeller, President; J. P. Morgan, Vice-President; and
Messrs. C. D. Clark, J. C. Smith, and J. E. Jones, Directors.

The meeting was called to order by the President, who read the minutes of the last annual meeting, which were approved. The report of the Treasurer, Mr. J. P. Morgan, was then read, showing a balance of \$1,000,000.00. The report of the Secretary, Mr. C. D. Clark, was also read, showing a balance of \$500,000.00. The report of the Committee on Finance, Messrs. J. C. Smith and J. E. Jones, was then read, recommending that the Board should authorize the payment of a dividend of \$100,000.00. The Board then voted to accept the report of the Committee and to authorize the payment of the dividend. The meeting then adjourned.

DESPESAS DE PESSOAL

As despesas de pessoal se situaram em Cr\$3.325.044,906 milhões ou sejam 29,9%, sobre a Despesa Realizada.

Comparadas a 1982, quando espelharam o valor de Cr\$1.506.306,122 milhões, mostram o crescimento de 120,78%.

As despesas de pessoal e suas repercussões se originam das seguintes rubricas:

Cr\$1.000

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Pessoal Civil.....	487.883.990	
Pessoal Militar.....	601.363.030	
Obrigações Patronais.....	36.867.986	
Remuneração de Serviços Pessoais...	<u>1.363.813</u>	1.127.478.819

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

Transferências Operacionais

Pessoal e Encargos Sociais..... 827.680.587

Subvenções Econômicas

Pessoal e Encargos Sociais..... 248.037.167

Contribuições Correntes

Pessoal e Encargos Sociais..... 688.044

Transferências Operacionais

a Territórios

Pessoal e Encargos Sociais..... 27.306.152 1.103.711.930

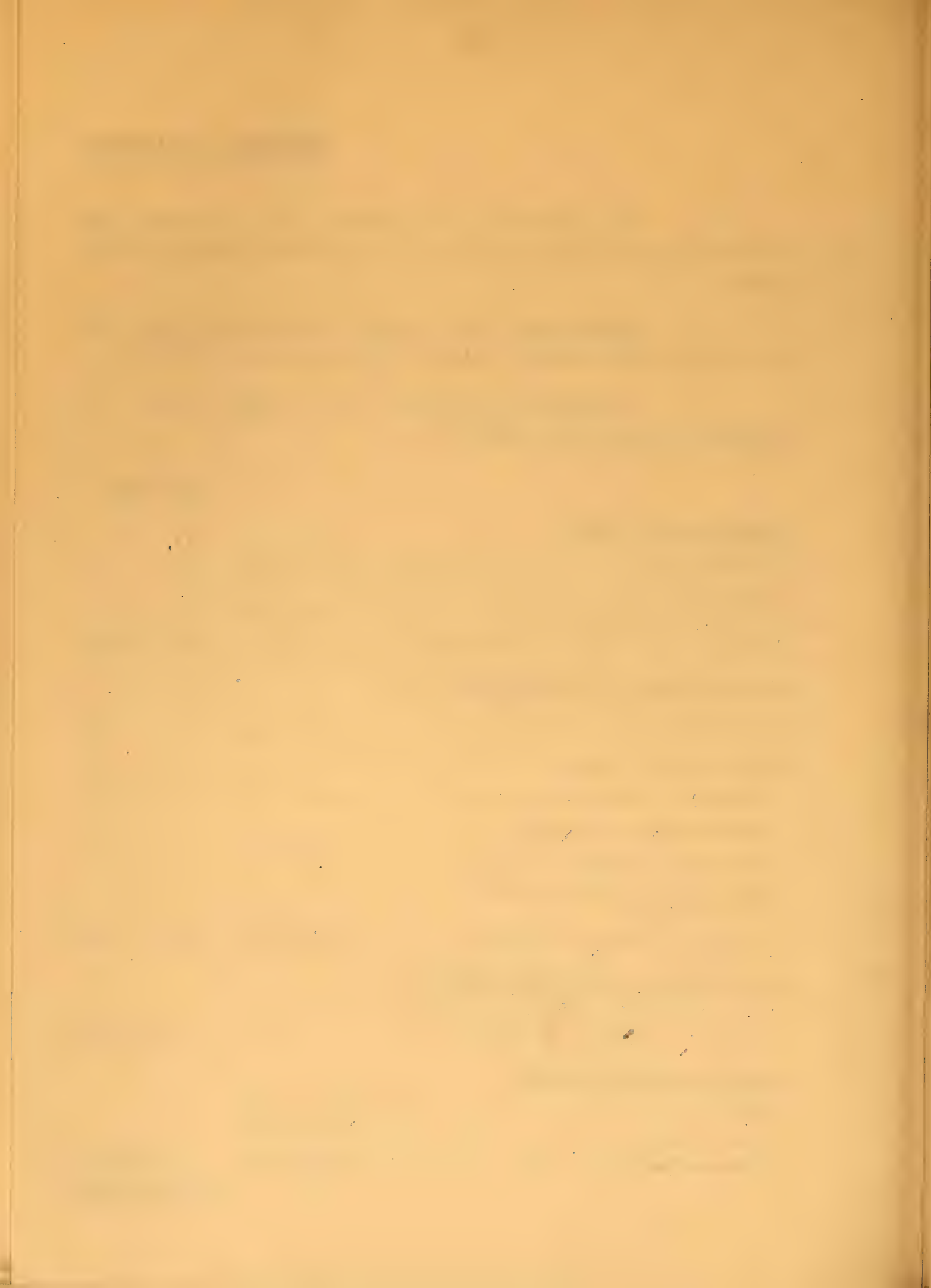
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

Transferências a Estados e ao DF

Pessoal e Encargos Sociais..... 190.293.202

TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS

Inativos.....	606.661.826	
Pensionistas.....	274.944.750	
Salário-Família.....	<u>21.854.359</u>	903.560.935
		<u>3.325.044.906</u>



RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O contraste entre a Receita e a Despesa desde logo põe em evidência o superávit orçamentário de Cr\$675.262,2 milhões:

Cr\$ milhão

RECEITA ARRECADADA

Correntes.....	11.577.596,6	
de Capital.....	<u>202.250,9</u>	11.779.847,5

DESPESA REALIZADA

Correntes.....	8.537.106,4	
de Capital.....	<u>2.567.478,9</u>	11.104.585,3

SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO

675.262,2

POUPANÇA DO SETOR PÚBLICO

A poupança do setor público é demonstrada através dos seguintes elementos:

Cr\$ milhão

RECEITAS CORRENTES.....	11.577.596,6
(-) DESPESAS CORRENTES.....	<u>8.537.106,4</u>
SALDO EM CONTA CORRENTE.....	3.040.490,2
(+) RECEITAS DE CAPITAL.....	<u>202.250,9</u>
RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL.....	3.242.741,1
(-) DESPESAS DE CAPITAL.....	<u>2.567.478,9</u>
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO.....	<u>675.262,2</u>



TRANSFERÊNCIAS
DO ORÇAMENTO FISCAL PARA O MONETÁRIO



TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO FISCAL PARA O ORÇAMENTO MONETÁRIO

Segundo o Relatório sobre o Desempenho da Economia (fonte: Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA), as transferências do orçamento fiscal em favor do orçamento monetário estão assim sintetizadas (vide página 285 deste volume):

	<u>Cr\$ bilhões</u>
. Para cobertura de subsídios e encargos da dívida pública interna federal...	2.696,0
. Para atender a dispêndios de empresas estatais.....	<u>3.091,0</u>
	<u>5.787,0</u>

As pesquisas por nós efetuadas junto à Secretaria de Controle das Empresas Estatais-SEST indicam os seguintes beneficiários desses recursos com trânsito pelo Tesouro Nacional:

	<u>Cr\$ bilhões</u>
<u>ÁREAS DIVERSAS:</u>	
SISTEMA FEDERAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO.....	677,6
SISTEMA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA....	434,7
DNER.....	347,9
RFFSA.....	405,0
SUDENE.....	366,4
SIDERBRÁS.....	128,9
PORTOBRÁS.....	103,2
NUCLEBRÁS.....	80,6



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

FLUXO DOS BALANÇOS



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

FLUXO DOS BALANÇOS

PRELIMINARES

Mister se faz conduzir desde logo o leitor às páginas 153/155 de nosso Relatório do exercício anterior, onde abordávamos a singular figura dicotômica dos "fundos especiais autônomos" ou "fundos contábeis" subordinados, de um lado, à administração direta, mas, por outro, dotados de competência para gerir recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais como se à administração indireta pertencessem.

Agrada-nos dizer que os frutos do aperfeiçoamento já começam, a partir de 1983, a ser colhidos. Chegaram os primeiros balanços dos chamados "Fundos" mostrando a Receita e a Despesa e, também, a posição do Ativo e Passivo — fato que sobremaneira enriquece o conhecimento das operações realizadas pela Administração Federal e na maior extensão possível.

Congratulamo-nos, porisso, com os gestores desses organismos dotados de administração autônoma e que elaboraram peça contábil identificadora das operações especiais sob sua direta responsabilidade.

FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS

(PRIMEIRA INCORPORAÇÃO)

Os pioneiros fundos especiais autônomos que responderam a nosso apelo e conseqüentemente colaboraram para que pudéssemos incorporar-lhes os balancetes, constituem o seguinte elenco:



SENADO FEDERAL

Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal
 Fundo Centro Gráfico do Senado Federal

JUSTIÇA ELEITORAL

Fundo Partidário

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS/PR

Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/PR

Fundo da Reforma Administrativa

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Fundo Federal Agropecuário
 Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas
 Fundo Geral do Cacau

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

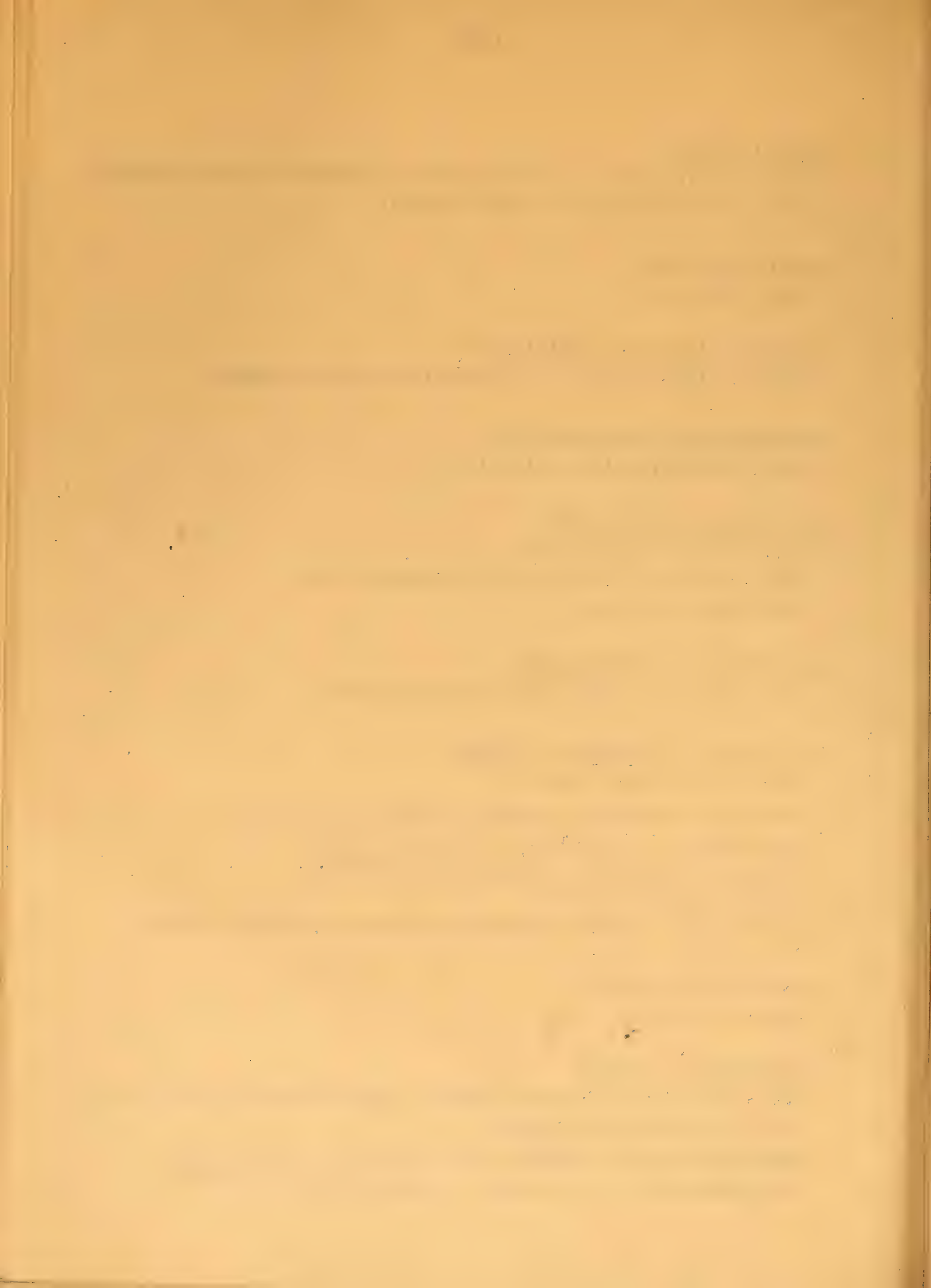
Fundo de Educação Especial
 Fundo de Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário
 Fundo Especial de Estudos e Pesquisas Educacionais
 Fundo de Construção e Equipamentos Escolares
 Fundo de Direito Autoral
 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Fundo do Exército

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização-FUNDAF
 Fundo Especial de Administração de Empresas Incorporadas
 Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento-FUNTREDE



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Fundo de Amparo à Tecnologia.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fundo de Imprensa Nacional

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Fundo Especial de Reajuste de Estrutura de Preços dos Combustíveis e Lubrificantes

Fundo Nacional de Mineração

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fundo Central de Medicamentos

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fundo Nacional da Saúde

Fundo Especial da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Fundo da Marinha Mercante

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Fundo Especial do Serviço Nacional de Informações

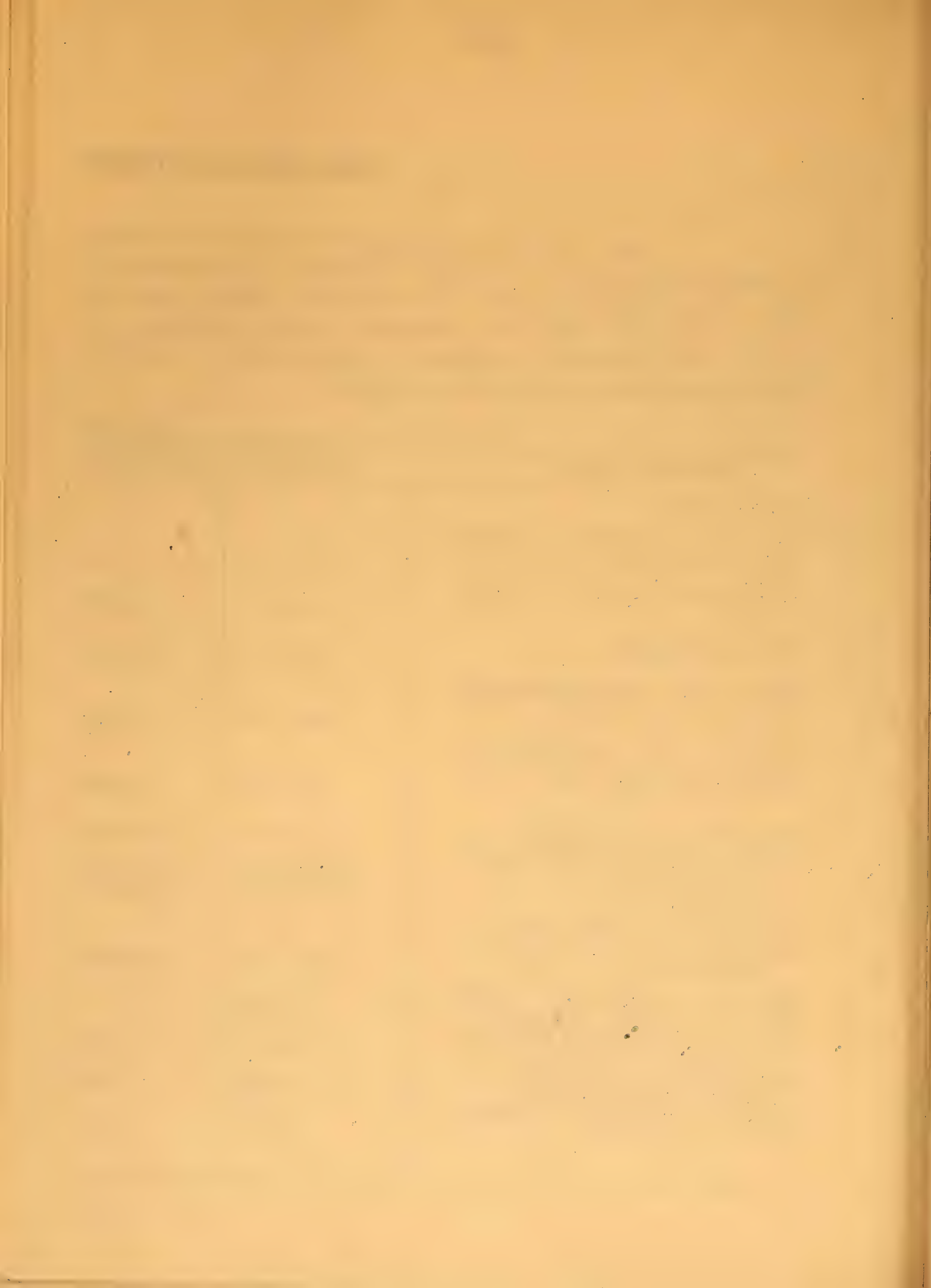
Sob essa auspiciosa expectativa, resta-nos esperar que, um dia, todos, sem exceção, venham a compor os Balancos-Gerais da União, a fim de que a Contabilidade Pública possa demonstrar, em toda a plenitude, o universo de todos quantos detenham ou sejam responsáveis por dinheiros, bens e outros valores do Erário — e não somente uma parte da constelação.



FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS

Como resultado do acolhimento dos balanços levantados pelos administradores de órgãos autônomos, e incorporados à Parte II do Volume 2º (Balanço das Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações), podemos divulgar os números correspondentes a ingressos e dispêndios das operações típicas praticadas por esses entes atípicos:

Cr\$1.000		
MINISTÉRIO/ÓRGÃO	INGRESSOS	DISPÊNDIOS
SENADO FEDERAL		
Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal	513.516	32.775
Fundo Centro Gráfico do Senado Federal	478.431	116.004
JUSTIÇA ELEITORAL		
Fundo Partidário	185.615	107.831
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS/PR		
Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	1.407.060	272.253
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/PR		
Fundo da Reforma Administrativa.....	299.296	293.834
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA		
Fundo Federal Agropecuário ...	6.522.716	4.814.752
Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas	6.853.886	3.727.366
Fundo Geral do Cacau	26.761.465	26.486.813
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	4.654.108	2.054.905
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Fundo de Educação Especial ...	15.098	---
Fundo de Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário	25.912	7.195
Fundo Especial de Estudos e Pesquisas Educacionais	4.816	809
Fundo de Construção e Equipamentos Escolares	1.019	---



Fundo de Direito Autoral.....	45.662	21.923
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior..	228.954	3.087
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO		
Fundo do Exército	100.289.035	33.679.890
MINISTÉRIO DA FAZENDA		
Fundo Especial de Desenvolvimen to e Aperfeiçoamento das Ativi dades de Fiscalização	21.675.450	16.941.334
Fundo Especial de Administra - ção de Empresas Incorporadas..	2.967.627	967.515
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento	640.618	602.926
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO		
Fundo de Amparo à Tecnologia ..	21.070.212	18.358.700
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
Fundo de Imprensa Nacional	2.214.211	2.003.428
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA		
Fundo Especial de Reajuste de Estrutura de Preços dos Combus tíveis e Lubrificantes	1.161.748.741	1.160.752.757
Fundo Nacional de Mineração ...	598.001	354.122
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Fundo Central de Medicamentos..	50.364.519	44.698.621
MINISTÉRIO DA SAÚDE		
Fundo Nacional da Saúde	1.639.535	959.711
Fundo Especial da Superintendên cia de Campanhas de Saúde Pú - blica	15.513	- - -
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		
Fundo da Marinha Mercante	428.032.098	403.051.437
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES		
Fundo Especial do Serviço Nacio nal de Informações	6.445.921	2.655.696
Soma	1.845.699.035	1.722.965.684

Os Fundos Especiais Autônomos incorporados ao Ba-
lanço-Geral, e não constantes, porém do 2º Volume Parte II, têm
seus valores assim representados:



Cr\$1.000

MINISTÉRIO/ÓRGÃO	INGRESSOS	DISPÊNDIOS
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL Fundo de Atividades de Informática	75.152	726
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA Fundo Aeronáutico	295.498.831	262.492.769
MINISTÉRIO DA MARINHA Fundo de Desenvolvimento do En- sino Profissional Marítimo	7.986.532	8.031.917
MINISTÉRIO DO TRABALHO Fundo Especial de Bolsas de Es- tudo	1.423.352	576.038
S O M A	304.983.867	271.101.450

Acresça-se, ainda, o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados com Cr\$451.773 mil de ingressos e Cr\$88.489 mil de dispêndios.

Temos, em consequência, o seguinte quadro global dos recursos geridos à conta da anômala figura de Fundos Especiais Autônomos:

DISCRIMINAÇÃO	INGRESSOS	DISPÊNDIOS
BALANCETES (Volume 29 - Parte II) INCORPORADOS AO BALANÇO-GERAL (não constantes do Volume 29).....	1.845.099.035	1.722.965.684
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTA- DOS	304.983.867	271.101.450
	451.773	88.489
T O T A L	2.151.134.675	1.994.155.623



Os saldos financeiros dos Fundos Especiais Autônomos estão assim especificados:

REMANESCENTES DE 1982	393.855
DE 1983	<u>156.979.052</u>
TOTAL	<u>157.372.907</u>

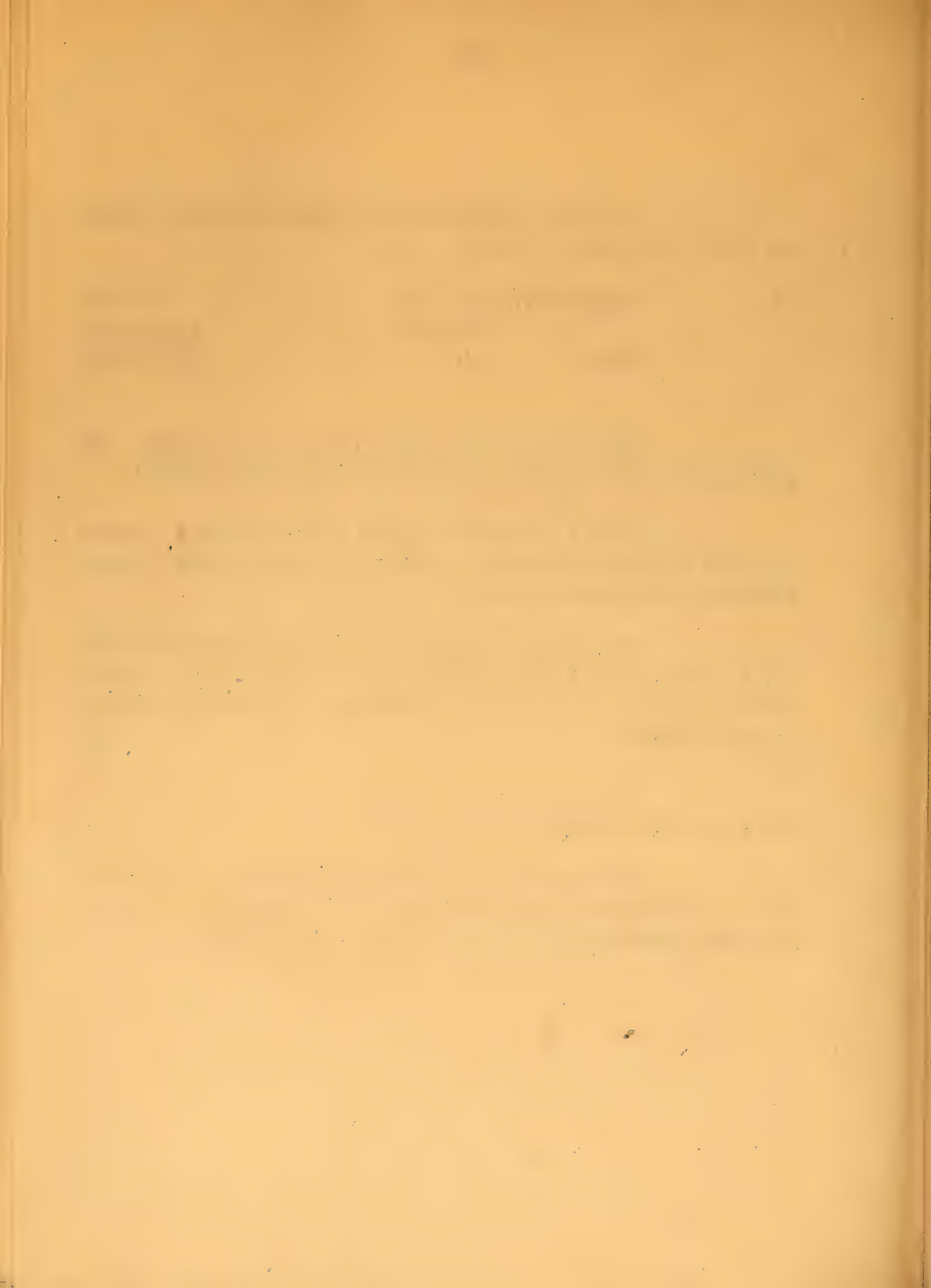
Resulta, em suma, que permaneceram em poder dos gestores dos Fundos Especiais Autônomos Cr\$157.372.907 mil.

Esse é o montante ocioso e integralmente ausente da Caixa do Tesouro Nacional, conquanto originário, na quase totalidade, do Orçamento Fiscal.

É importante observar que a soma de Cr\$1.994.155.623 mil foi despendida à margem das normas de realização da despesa pública afrontando, inclusive, a concepção Funcional-Programática do Orçamento.

Lembramos, por oportuno, a nossos legisladores a imprescindível urgência do reexame das leis.

Penoso é admitir o uso dos dinheiros públicos por via de mecanismos que facilitam e até estimulam a criação de gastos adversos à política de combate à inflação.



ENTIDADES
(MUTAÇÕES)

Durante o ano de 1983 ocorreram as seguintes alterações no campo das entidades da administração indireta:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Exclusão: FINAME-Agência Especial de Financiamento Industrial

Motivo : Por estar incluída no movimento do BNDES

Inclusão: Companhia de Desenvolvimento de Barcarena-CODEBAR

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Exclusão: PRÓLOGO S/A-Produtos Eletrônicos

Motivo : Por estar incluída no movimento da IMBEL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Exclusão: Superintendência Nacional da Marinha Mercante-SUNAMM

Motivo : Por haver sido transformada em Fundo da Marinha Mercante

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Inclusão: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-FAPES

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Inclusão: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

MINISTÉRIO DA MARINHA

Inclusão: Empresa Gerencial de Projetos Navais

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inclusão: Fundação Abrigo Cristo Redentor

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor-FUNABEM

Fundação Legião Brasileira de Assistência-LBA

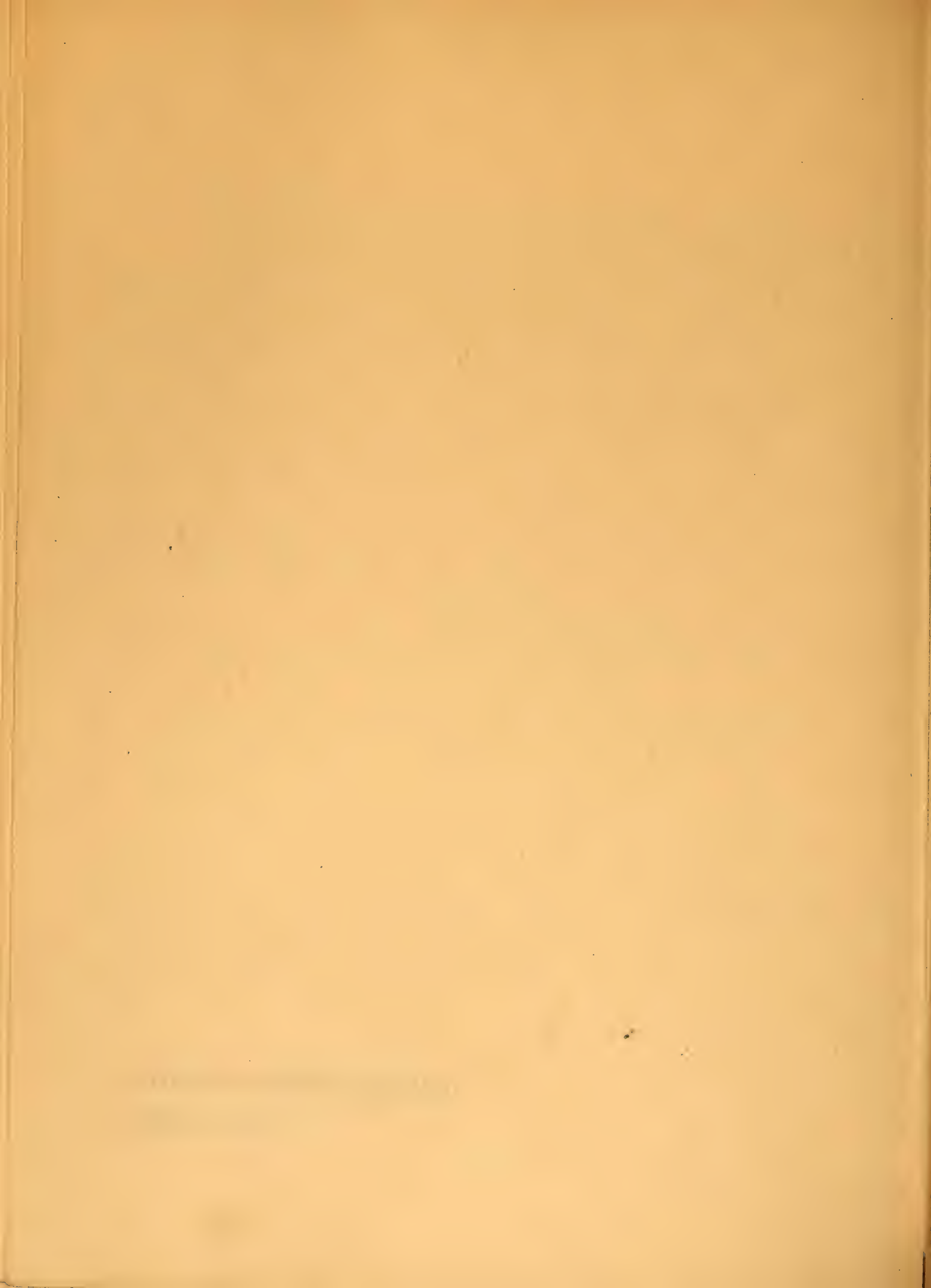
MINISTÉRIO DO TRABALHO

Inclusão: Conselho Federal de Fonoaudiologia

Todos os balanços aqui recebidos foram incorporados aos Balanços-Gerais da União/1983 e divulgados na Parte II do Volume 2º.



VISÃO DOS DISPÊNDIOS PÚBLICOS
POR ENTIDADE



VISÃO DOS DISPÊNDIOS PÚBLICOS POR ENTIDADE

Tivemos oportunidade de afirmar, no tópico "Plano de Contas Único", deste relatório, que o novo instrumento contábil para os Órgãos da Administração Direta representava para nós esperancosa crença de que os dispêndios públicos pudessem ser identificados segundo os organismos realmente destinatários das alocações.

O quadro a seguir mostra, num aspecto, que nosso anseio foi concretizado e, noutro, como o Orçamento viu as dotações aplicadas por tipo de entidade:

Cr\$1,00

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

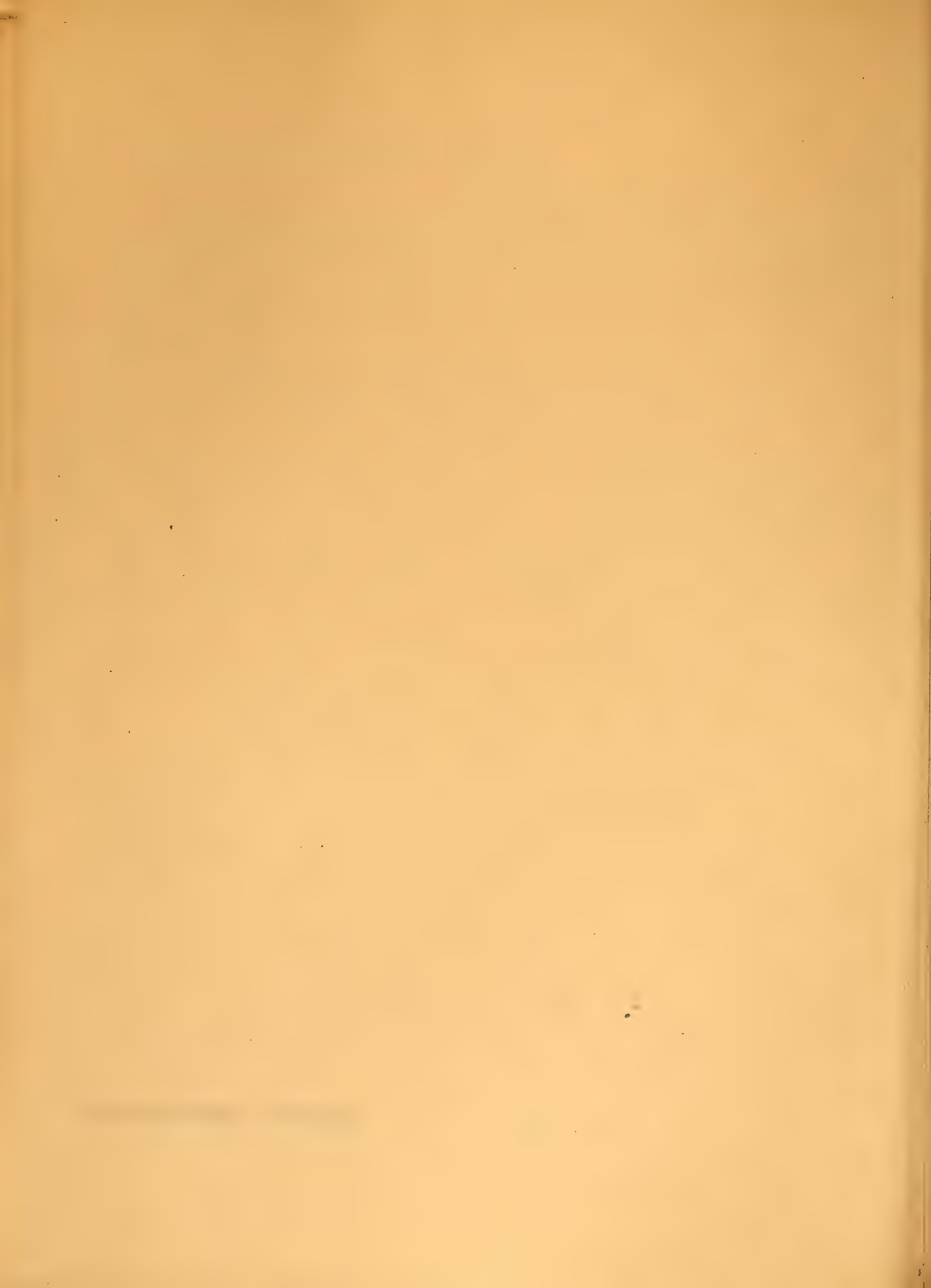
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Unidades Orçamentárias e Gestoras (ou Administrativas)...	5.044.713.459.032	
Fundos Especiais Autônomos (Contabilidade própria).....	<u>26.043.972.470</u>	5.070.757.431.502

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Autarquias.....	1.568.351.587.644	
Empresas Públicas.....	981.950.047.627	
Sociedades de Economia Mista..	603.494.456.869	
Fundações Subvencionadas.....	<u>427.201.724.553</u>	5.580.997.816.493
SOMA DA UNIÃO.....		8.651.755.247.995
ESTADOS.....		1.485.057.762.422
MUNICÍPIOS.....		648.253.737.052
DISTRITO FEDERAL.....		136.631.609.915
INSTITUIÇÕES PRIVADAS-PAÍS.....		182.882.609.902
INSTITUIÇÕES PRIVADAS-EXTERIOR.		<u>4.356.313</u>
TOTAL DA DESPESA REALIZADA...		<u>11.104.585.323.599</u>

QUADROS DEMONSTRATIVOS



CONFRONTO ENTRE A RECEITA ESTIMADA E A ARRECADADA

1983

Cr\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMADA (A)	ARRECADADA (B)	MAIOR ARRECADADA	MENOR ARRECADADA	INCREMENTO % B/A	% S/ ARRECA DAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	8.774.108	11.577.596	2.803.488		32	98
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.563.581	8.836.691	2.273.110		35	75
IMPOSTOS	6.259.700	8.469.403	2.209.703		35	72
Importação	400.000	490.038	90.038		23	4
Exportação	19.000	212.625	193.625	14.999	1.019	2
(*) Territorial Rural	15.000	1		12	-100	0
Transmissão de Bens Imóveis	30	18			-40	0
Renda	2.282.000	4.044.178	1.762.178		77	34
Física	128.000	286.633	158.633		124	2
Jurídica	773.000	1.763.981	990.981		128	15
Fonte	1.381.000	1.993.564	612.564		44	17
Produtos Industrializados	1.950.000	2.299.753	349.753		18	19
Circulação de Mercadorias	2.670	2.493		177	-7	0
(**) Operações de Crédito, Câmbio etc.	960.000	785.417		174.583	-18	7
Transporte Rodoviário	63.000	82.277	19.277		31	1
Lubrificantes e Combustíveis	225.000	192.356		32.644	-15	2
Energia Elétrica	280.000	271.173		8.827	-3	2
Minerais	63.000	88.812	25.812		41	1
Impostos Extraordinários	-	262	262		100	-
TAXAS	303.881	367.288	63.407		21	3
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	0	-		-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.818.830	2.400.486	581.656		32	20
RECEITA PATRIMONIAL	152.000	90.480		61.520	-40	1
RECEITA AGROPECUÁRIA	306	1.045	738		241	0
RECEITA INDUSTRIAL	1.213	1.941	728		60	0
RECEITA DE SERVIÇOS	61.896	51.654		10.242	-17	0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72	85.684	85.612		1.090	1
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	176.210	109.615		66.595	-38	1
RECEITA DE CAPITAL	214.892	202.251		12.641	-6	2
TOTAL	8.989.000	11.779.847	3.766.643	975.796	31	100

(*) Arrecadação feita pelo INCRA

(**) Antigo Imposto sobre Operações Financeiras

RECEITA ORÇAMENTÁRIA
1980/1983

Cr\$ milhões

E S P E C I F I C A Ç Ã O	ARRECADACÃO				INCREMENTOS NOMINAIS %		
	1980 (1)	1981 (2)	1982 (3)	1983 (4)	2/1	3/2	4/3
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.230.018	2.351.966	4.774.815	11.779.847	91	103	146
RECEITAS CORRENTES	1.220.085	2.334.156	4.726.843	11.577.596	91	102	144
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.002.704	1.929.554	3.900.940	8.836.691	92	102	126
IMPOSTOS	913.416	1.790.023	3.634.203	8.469.403	96	103	133
Importação	87.109	139.918	233.804	490.038	60	67	110
Exportação	20.638	11.780	7.052	212.625	- 43	- 40	203
Atribuídos à União nos Territórios	584	1.745	20		198	- 99	-100
Transmissão de Bens Imóveis				18			100
Renda	320.336	674.019	1.456.862	4.044.178	110	116	177
Física	19.168	40.290	62.132	286.633	110	54	362
Jurídica	80.656	195.251	499.050	1.763.981	142	155	253
Fonte	220.512	438.478	895.680	1.993.564	98	104	122
Produtos Industrializados	272.153	524.609	1.063.688	2.299.753	93	103	116
Circulação de Mercadorias			1.296	2.493			93
Operações de Créditos, Câmbio, etc	117.700	279.351	555.879	785.417	137	99	41
Transporte Rodoviário	10.081	19.751	39.458	82.277	96	100	110
Lubrificantes e Combustíveis	48.302	60.140	111.546	192.356	24	85	73
Energia Elétrica	26.801	60.575	127.375	271.173	126	110	113
Minerais	9.712	18.135	37.223	88.812	87	105	139
Impostos Extraordinários				262			100
Território Rural				1			100
TAXAS	85.202	127.709	234.543	367.288	50	84	56
CORREÇÃO MONETÁRIA	4.086	11.822	32.194		189	172	-100
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA				0			100
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				2.400.486			100
RECEITA PATRIMONIAL	20.484	40.792	69.366	90.480	99	70	31
RECEITA AGROPECUÁRIA				1.045			100
RECEITA INDUSTRIAL	301	377	1.016	1.941	25	170	91
RECEITA DE SERVIÇOS				51.654			100
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	109.341	160.476	348.239	85.684	47	117	-307
RECEITAS DIVERSAS	87.255	202.957	407.282		133	101	-100
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				109.615			100
RECEITAS DE CAPITAL	9.933	17.810	47.972	202.251	79	169	322

RECEITA ORÇAMENTÁRIA-POR UNIDADE FEDERATIVA
1983

Cr\$ 1,00

161

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	%
SÃO PAULO.....	3.849.061.914.710	32,67
DISTRITO FEDERAL.....	2.869.873.036.024	24,35
RIO DE JANEIRO.....	2.291.306.668.930	19,45
MINAS GERAIS.....	737.681.124.436	6,26
RIO GRANDE DO SUL.....	510.165.723.293	4,33
PARANÁ.....	361.931.007.766	3,07
PERNAMBUCO.....	252.118.536.234	2,14
BAHIA.....	227.632.446.400	1,93
SANTA CATARINA.....	135.884.494.926	1,15
CEARÁ.....	88.561.906.585	0,75
PARÁ.....	83.223.257.987	0,71
AMAZONAS.....	69.969.155.312	0,59
GOIÁS.....	56.251.251.491	0,48
ESPÍRITO SANTO.....	54.353.582.117	0,46
ALAGOAS.....	28.019.016.197	0,24
PARAÍBA.....	23.629.088.246	0,20
RIO GRANDE DO NORTE.....	23.206.134.223	0,20
MATO GROSSO DO SUL.....	23.105.999.643	0,20
MATO GROSSO.....	20.944.319.596	0,18
SERGIPE.....	19.459.740.677	0,17
MARANHÃO.....	17.566.036.704	0,15
PIAUÍ.....	14.844.246.158	0,13
RONDÔNIA.....	8.981.599.446	0,08
AMAPÁ.....	5.190.503.969	0,05
ACRE.....	4.777.194.262	0,04
RORAIMA.....	2.109.518.440	0,02
FERNANDO DE NORONHA.....	0	0
TOTAL.....	11.779.847.503.772	100,00

DESPESA POR ÓRGÃOS, SEGUNDO A SUA NATUREZA

1983

Cr\$ milhões

ÓRGÃOS E MINISTÉRIOS	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	% S/ TOTAL
Câmara dos Deputados.....	49.648.210	3.078.487	52.726.697	0,48
Senado Federal.....	36.790.274	2.036.160	38.826.434	0,35
Tribunal de Contas da União.....	8.815.705	148.755	8.964.460	0,08
Supremo Tribunal Federal.....	3.060.652	835.556	3.896.208	0,04
Tribunal Federal de Recursos.....	4.451.064	134.410	4.585.474	0,05
Justiça Militar.....	4.391.718	101.302	4.493.020	0,04
Justiça Eleitoral.....	14.243.680	177.235	14.420.915	0,13
Justiça do Trabalho.....	51.427.383	786.810	52.214.193	0,47
Justiça Federal de 1ª Instância.....	9.433.295	295.844	9.729.139	0,09
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.....	6.492.141	143.401	6.635.542	0,06
Presidência da República.....	211.617.750	7.556.276	219.174.026	1,97
Ministério da Aeronáutica.....	410.274.442	49.924.294	460.198.736	4,14
Ministério da Agricultura.....	209.400.997	90.814.181	300.215.178	2,70
Ministério das Comunicações.....	16.966.658	78.154.745	95.121.403	0,86
Ministério da Educação e Cultura.....	694.658.852	71.970.085	766.628.937	6,90
Ministério do Exército.....	413.694.313	40.009.190	453.703.503	4,09
Ministério da Fazenda.....	141.696.131	7.672.496	149.368.627	1,35
Ministério da Indústria e do Comércio.....	76.738.533	116.965.057	193.703.590	1,74
Ministério do Interior.....	104.396.018	271.092.982	375.489.000	3,38
Ministério da Justiça.....	40.344.150	3.072.010	43.416.160	0,39
Ministério da Marinha.....	288.447.988	59.040.906	347.488.894	3,13
Ministério das Minas e Energia.....	47.036.970	98.540.231	145.577.201	1,31
Ministério da Previdência e Assistência Social.....	271.294.418	37.447	271.331.865	2,44
Ministério das Relações Exteriores.....	96.807.892	7.159.774	103.967.666	0,94
Ministério da Saúde.....	133.872.343	13.182.064	147.054.407	1,32
Ministério do Trabalho.....	41.119.893	7.057.646	48.177.539	0,43
Ministério dos Transportes.....	551.385.606	418.399.309	969.784.915	8,73
ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO.....	507.232.064	793.260.375	1.300.492.439	11,71
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DF e MUNICÍPIOS.....	2.048.160.076	16.015.844	2.064.175.920	18,59
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO.....	1.076.114.816	409.816.029	1.485.930.845	13,38
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO.....	967.092.390	-	967.092.390	8,71
T O T A L.....	8.537.106.422	2.567.478.901	11.104.585.323	100,00

DESPESA POR FUNÇÕES SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA

1 9 8 3

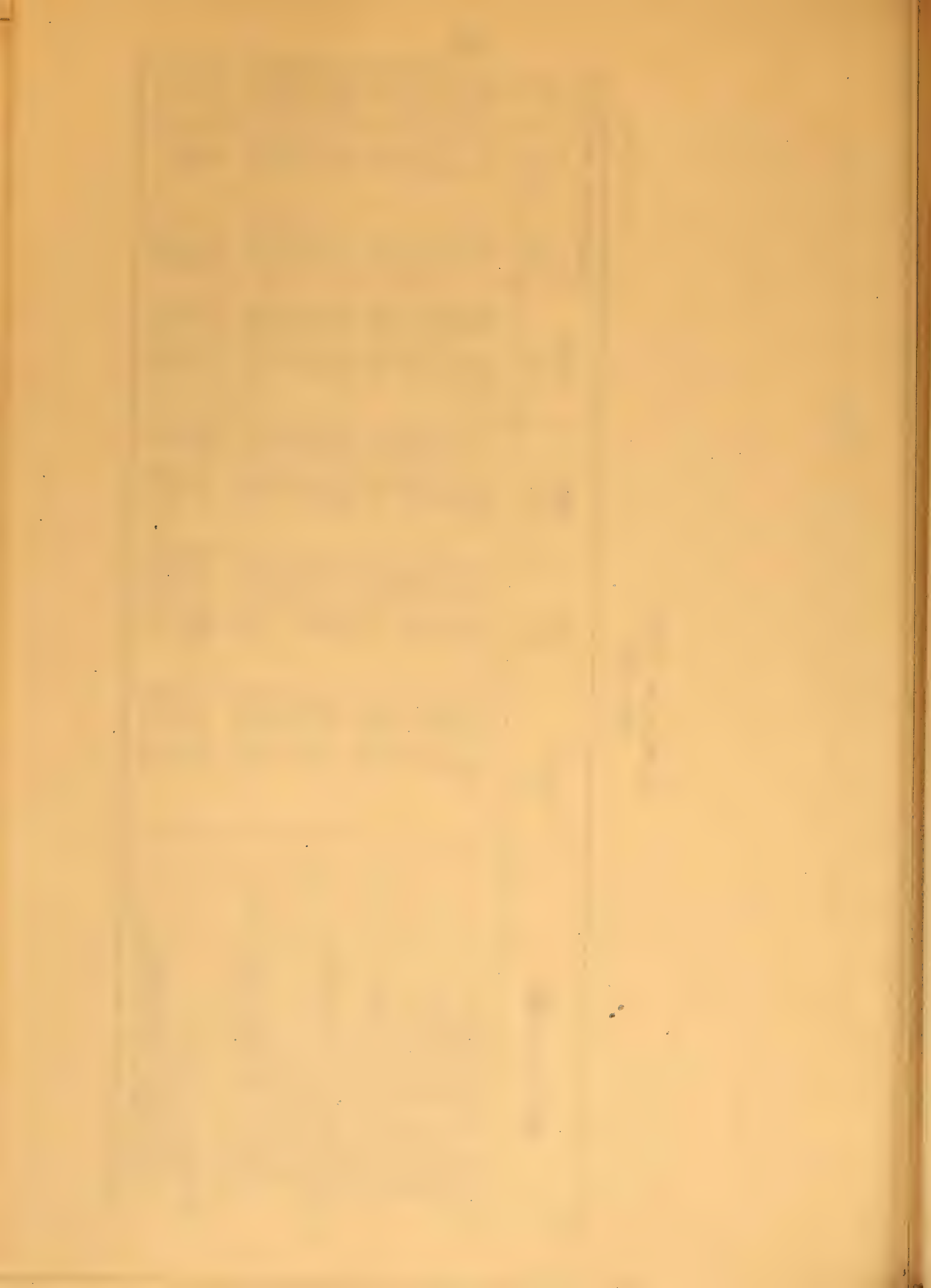
Cr\$ milhões

F U N Ç Õ E S	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	T O T A L	% S/ TOTAL
Legislativa.....	89.218.015	5.001.754	94.219.769	0,85
Judiciária.....	81.091.967	8.562.124	89.654.091	0,81
Administração e Planejamento.....	1.591.513.524	891.037.892	2.482.551.416	22,35
Agricultura.....	560.593.512	119.880.834	680.474.346	6,13
Comunicações.....	16.966.658	78.154.745	95.121.403	0,86
Defesa Nacional e Segurança Pública...	979.994.401	128.092.754	1.108.087.155	9,98
Desenvolvimento Regional.....	1.199.366.266	328.617.705	1.527.983.971	13,76
Educação e Cultura	1.057.644.438	75.848.608	1.133.493.046	10,21
Energia e Recursos Minerais.....	312.896.095	240.702.431	553.598.526	4,99
Habitação e Urbanismo.....	1.561.716	22.167.556	23.729.272	0,21
Indústria, Comércio e Serviços.....	59.178.813	113.917.669	173.096.482	1,56
Relações Exteriores.....	96.807.892	7.197.675	104.005.567	0,94
Saúde e Saneamento.....	224.012.528	41.774.998	265.787.526	2,39
Trabalho.....	41.119.893	7.057.646	48.177.539	0,43
Assistência e Previdência.....	1.394.277.168	1.915.717	1.396.192.885	12,57
Transporte.....	830.863.536	497.548.793	1.328.412.329	11,96
T O T A L	8.537.106.422	2.567.478.901	11.104.585.323	100,00

DESPESA DA UNIÃO
1980/1983

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1980 (1)	1981 (2)	1982 (3)	1983 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS %		
					2/1	3/2	4/3
DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	1.190.994	2.254.895	4.619.772	11.104.585	89,3	104,9	140,4
DESPESAS CORRENTES.....	784.084	1.399.089	3.521.784	8.537.106	78,4	151,7	142,4
DESPESAS DE CUSTEIO.....	227.499	416.769	880.202	1.835.593	83,2	111,6	108,5
Pessoal Civil.....	56.499	111.017	227.587	487.883	96,5	105,0	114,4
Pessoal Militar.....	66.772	137.508	280.574	601.363	105,9	104,0	114,4
Obrigações Patronais.....	3.380	7.426	15.700	36.867	119,7	111,4	134,8
Outros Custeios.....	100.848	160.818	356.341	709.480	59,5	121,6	99,3
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	556.585	982.320	2.641.582	6.701.513	76,5	168,9	153,7
Inativos.....	63.090	130.425	291.561	606.662	106,7	123,6	108,5
Pensionistas.....	28.627	55.308	124.707	274.945	93,2	125,5	121,7
Salário-Família.....	3.169	5.604	10.765	21.954	76,9	92,1	104,0
Pessoal Adm.Descentralizada.....	120.543	272.676	555.412	1.294.005	126,2	103,7	133,1
Outras Transferências.....	341.156	518.307	1.659.137	4.503.947	51,9	220,1	171,5
DESPESAS DE CAPITAL.....	406.910	855.806	1.097.988	2.567.479	110,3	28,3	134,0
INVESTIMENTOS.....	92.276	361.239	472.501	820.078	291,5	30,8	73,7
INVERSOES FINANCEIRAS.....	13.070	37.994	192.781	359.390	190,7	407,5	87,2
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	301.564	456.573	432.706	1.388.011	51,4	- 5,2	221,3



DESPESA DA UNIÃO
1980/1983

Cr\$ milhões

MINISTÉRIOS OU ÓRGÃOS	1980 (1)	1981 (2)	1982 (3)	1983 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS %		
					2/1	3/2	4/3
DESPESA TOTAL.....	1.190.994	2.254.895	4.619.772	11.104.585	89	104	140
PODER LEGISLATIVO.....	9.284	18.240	40.389	100.518	96	121	151
Câmara dos Deputados.....	5.061	9.385	19.906	52.727	85	112	177
Senado Federal.....	3.192	6.799	16.192	38.826	113	138	143
Tribunal de Contas da União.....	1.031	2.056	4.291	8.965	99	108	124
PODER JUDICIÁRIO.....	9.746	19.341	46.351	95.974	98	139	108
Supremo Tribunal Federal.....	313	615	1.580	3.896	96	157	160
Tribunal Federal de Recursos.....	452	923	1.981	4.585	104	114	141
Justiça Militar.....	515	924	1.911	4.493	79	106	136
Justiça Eleitoral.....	1.899	3.459	8.024	14.421	82	131	80
Justiça do Trabalho.....	5.072	10.153	25.024	52.214	100	146	109
Justiça Federal de 1ª Instância.....	1.074	2.094	5.241	9.729	94	150	94
Justiça do DF e dos Territórios.....	1.421	1.173	2.590	6.636	175	120	232
PODER EXECUTIVO.....	434.963	1.031.026	2.328.678	5.090.402	137	125	118
Presidência da República.....	20.609	48.863	102.735	219.174	137	110	114
Ministério da Aeronáutica.....	37.997	62.138	162.431	460.199	88	161	184
Ministério da Agricultura.....	21.848	60.009	141.089	300.215	175	135	113
Ministério das Comunicações.....	1.943	3.790	59.449	95.121	95	146	61
Ministério da Educação e Cultura.....	73.886	172.519	391.561	766.629	133	126	96
Ministério do Exército.....	50.886	92.188	221.772	453.703	81	140	52
Ministério da Fazenda.....	19.199	40.767	79.510	149.369	112	95	89
Ministério da Indústria e do Comércio.....	12.181	23.796	130.622	193.704	95	448	49
Ministério do Interior.....	36.585	88.209	159.036	375.489	141	80	136
Ministério da Justiça.....	4.992	9.417	21.369	43.416	89	126	107
Ministério da Marinha.....	31.680	60.750	149.149	347.489	92	145	133
Ministério das Minas e Energia.....	13.515	45.643	103.020	145.577	238	125	41
Ministério da Previdência e Assistência Social.....	25.252	97.515	77.434	271.332	286	- 20	252
Ministério das Relações Exteriores.....	5.552	14.386	33.380	103.968	159	132	215
Ministério da Saúde.....	16.390	31.319	71.927	147.054	81	129	107
Ministério do Trabalho.....	5.247	9.515	20.623	48.178	91	116	140
Ministério dos Transportes.....	62.191	170.202	403.571	969.785	174	137	140
ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO.....	377.450	623.918	403.571	1.300.492	65	- 30	240
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO(*).....	-	-	382.057	1.485.931	-	100	237
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, DE TERRITÓRIOS, DE TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DE DESENVOLVIMENTO(**).....	216.429	431.665	460.661	1.967.092	- 99	113	110
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO(**).....	132.306	112.604	920.053	2.064.176	15	-100	124
FUNDO NACIONAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO(**).....	10.816	18.101	-	-	67	-100	-

(*) Até 1981, incluídos os Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União

(**) Extintos a partir de 1982

DESPEZA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
1983

Cr\$1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DESPESA REALIZADA	% S/O TOTAL
Distrito Federal.....	4.024.054.164.148	36,24
Rio de Janeiro.....	2.889.515.823.258	26,02
Exterior.....	299.750.791.516	2,70
São Paulo.....	236.102.321.566	2,13
Rio Grande do Sul.....	181.894.192.286	1,64
Minas Gerais.....	179.869.309.714	1,62
Pernambuco.....	106.235.455.413	0,96
Bahia.....	94.227.793.672	0,85
Ceará.....	84.448.151.083	0,76
Paraná.....	72.755.219.863	0,65
Rondônia.....	70.741.720.196	0,64
Santa Catarina.....	67.376.033.941	0,61
Matô Grosso.....	66.834.463.830	0,60
Pará.....	64.433.176.755	0,58
Paraíba.....	59.456.573.817	0,53
Rio Grande do Norte.....	47.421.287.848	0,43
Maranhão.....	46.264.353.360	0,42
Amazonas.....	45.249.799.045	0,41
Piauí.....	42.596.803.562	0,38
Goiás.....	36.935.129.812	0,33
Matô Grosso do Sul.....	35.669.823.520	0,32
Espírito Santo.....	30.638.259.182	0,27
Alagoas.....	27.886.655.036	0,25
Sergipe.....	27.343.561.332	0,25
Amapá.....	21.873.029.469	0,20
Acre.....	19.811.062.871	0,18
Roraima.....	15.765.144.385	0,14
Fernando de Noronha.....	18.729.662	0,00
Diversas Unidades Federativas (*).....	2.209.416.493.457	19,89
T O T A L	11.104.585.323.599	100,00

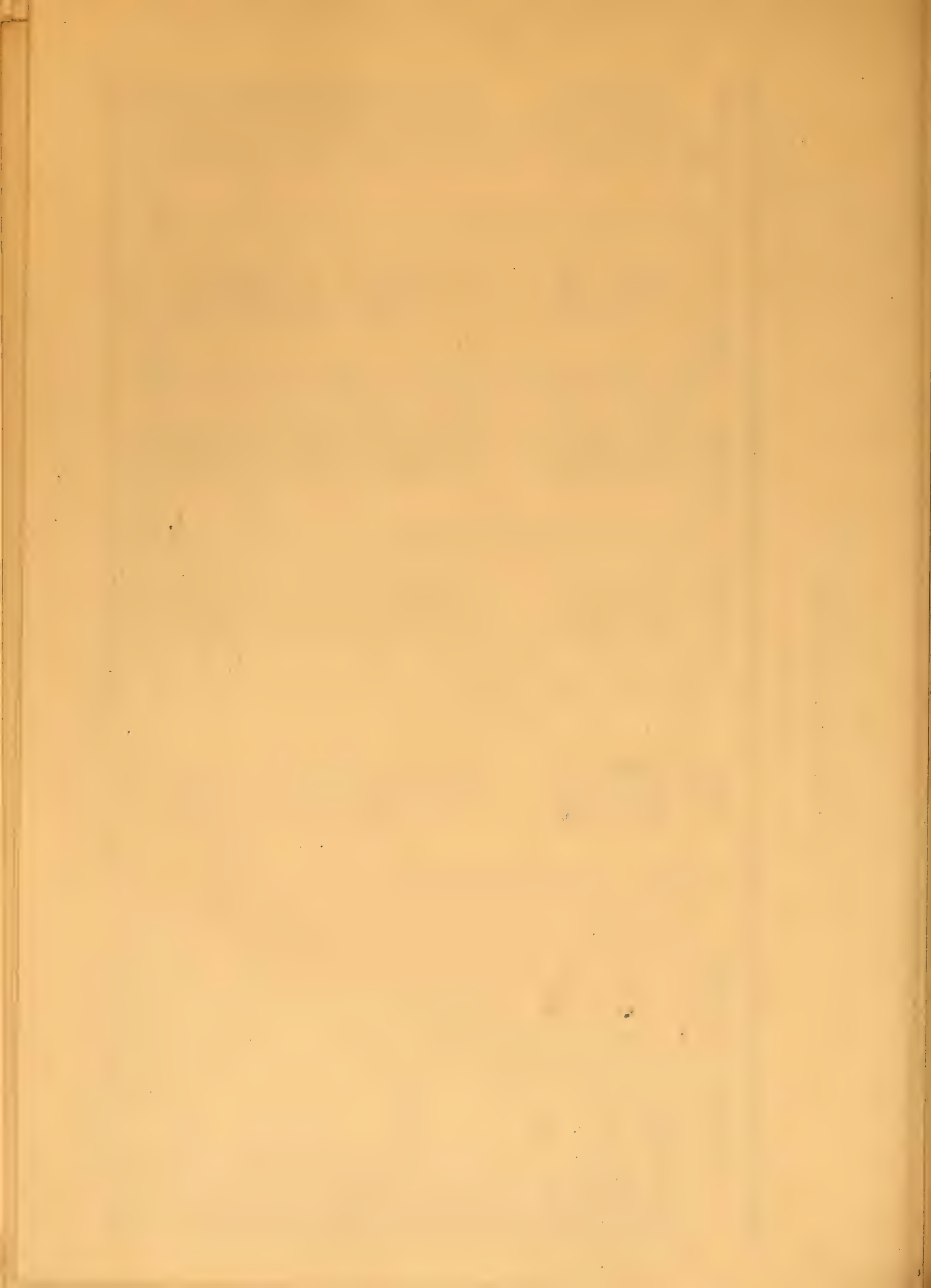
(*) recursos alocados em favor de projetos regionais:
abrangem, portanto, mais de uma Unidade Federativa.

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

1 9 8 3

Cr\$1.000

UNIDADES OU ESTADOS	SALDO 1982	INSCRIÇÃO	COBRANÇA	CANCELAMENTO	SALDO PARA 1984
DISTRITO FEDERAL	380.542	898.298	69.069	24.482	1.185.289
GOIÁS	353.889	1.078.454	303.463	2.825	1.126.055
MATO GROSSO	145.156	108.306	120.541	13.477	119.444
MATO GROSSO DO SUL	2.117.891	188.545	88.649	-	2.217.787
AMAZONAS	620.559	644.382	232.121	28.275	1.004.545
PARÁ	1.032.003	677.547	148.128	22.966	1.538.456
RORAIMA	-	-	-	-	-
ACRÉ	-	-	-	-	-
RONDÔNIA	-	-	-	-	-
AMAPÁ	-	-	-	-	-
MARANHÃO	275.509	686.138	231.630	32.816	697.201
PIAUÍ	99.815	131.022	104.875	-	125.962
CEARÁ	447.023	700.619	84.691	49.981	1.012.970
RIO GRANDE DO NORTE	654.022	452.894	206.564	4.591	895.761
PARAÍBA	803.324	869.801	130.195	33.912	1.509.018
PERNAMBUCO	2.226.796	1.001.086	662.320	94.086	2.471.476
ALAGOAS	222.599	242.542	46.977	71.279	346.885
SERGIPE	279.938	209.622	84.865	-	404.695
BAHIA	1.245.756	1.022.125	390.491	156.403	1.720.987
MINAS GERAIS	3.596.867	5.323.160	253.259	466.369	8.200.399
ESPÍRITO SANTO	513.655	526.299	184.533	57.777	797.644
RIO DE JANEIRO	11.152.220	15.292.830	1.125.353	791.296	24.528.401
SÃO PAULO	40.534.975	40.165.645	5.514.162	18.894	75.167.564
PARANÁ	2.673.159	2.867.986	935.110	29.738	4.576.297
SANTA CATARINA	1.240.096	1.365.519	217.068	117.332	2.271.215
RIO GRANDE DO SUL	4.794.542	5.585.140	600.591	1.312.374	8.466.717
T O T A L	75.410.336	80.037.960	11.734.655	3.328.873	140.384.768



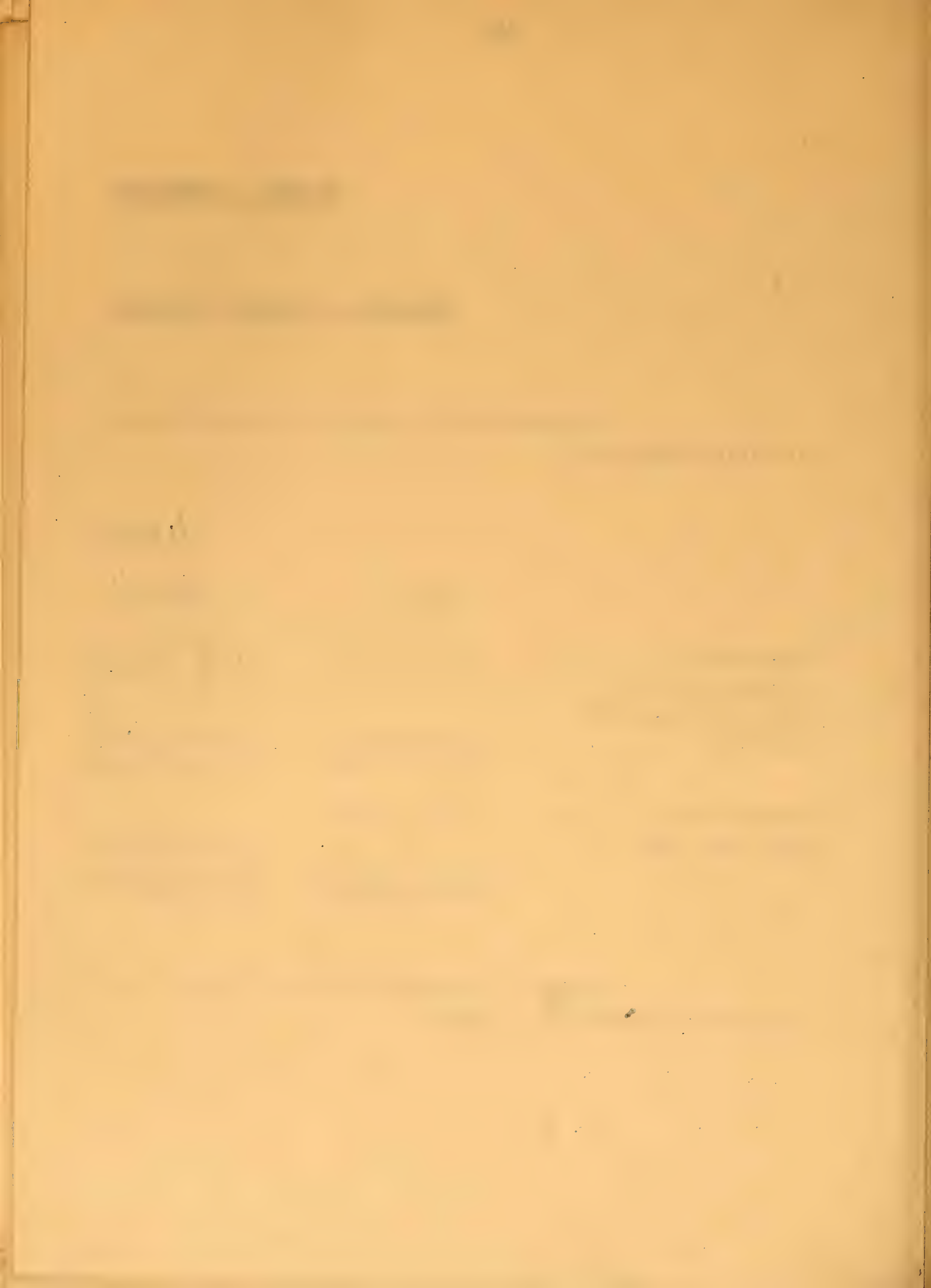
BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIROOPERAÇÕES DE RECEITA E DESPESA

A movimentação das contas do Tesouro Nacional está assim compactada:

	<u>Cr\$1.000</u>	
	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
ORÇAMENTÁRIA.....	77.763.524.568	75.269.962.126
EXTRAORÇAMENTÁRIA.....	19.532.440.545	36.687.960.876
INTERLIGAÇÃO-SISTEMAS		
CONTÁBEIS.....	<u>19.688.415.937</u>	<u>2.028.764.078</u>
	116.984.381.050	113.986.687.080
 SALDO DE 1982.....	 3.375.757.908	 -
SALDO PARA 1984.....	<u>-</u>	<u>6.373.451.878</u>
	<u>120.360.138.958</u>	<u>120.360.138.958</u>

Passemos a decompor os valores contidos nesses grandes agrupamentos, a seguir.



OPERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Este grande agrupamento, com a Receita no valor de Cr\$77.763.524.568 mil e a Despesa de Cr\$75.269.962.126 mil, desdobra-se nestes títulos:

	<u>Cr\$1.000</u>	
	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	11.779.847.504	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA EM PROL:		
(Cr\$11.104.585.323.599,00)		
DA UNIÃO.....		5.070.757.432
DE ENTIDADES FEDERAIS.....		3.580.997.817
DE ESTADOS.....		1.485.057.762
DE MUNICÍPIOS.....		648.253.737
DO DISTRITO FEDERAL.....		136.631.610
DE INSTITUIÇÕES NACIONAIS....		182.882.610
DE INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS.		4.356
OPERAÇÕES DE ENTIDADES FEDERAIS..	63.832.994.162	62.171.309.668
FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS....	<u>2.150.682.902</u>	<u>1.994.067.134</u>
	<u>77.763.524.568</u>	<u>75.269.962.126</u>

Não podemos nos furtar ao prazer de exhibir, pela primeira vez na história da Contabilidade Pública Federal, como resultado concreto da nova concepção do Plano de Contas Único, a despesa do Orçamento Fiscal subdividida pelos diferentes organismos beneficiados, como se vê na demonstração ora oferecida. Sabe-se agora, por exemplo, que a despesa realizada em proveito da administração direta da própria União, no valor de Cr\$5.070.757.432 mil, corresponde a semente 43,661 do total. Os

outros 54,34% foram alocados à administração indireta (empresas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações subvencionadas) e, também, a outras esferas de governo e instituições privadas.

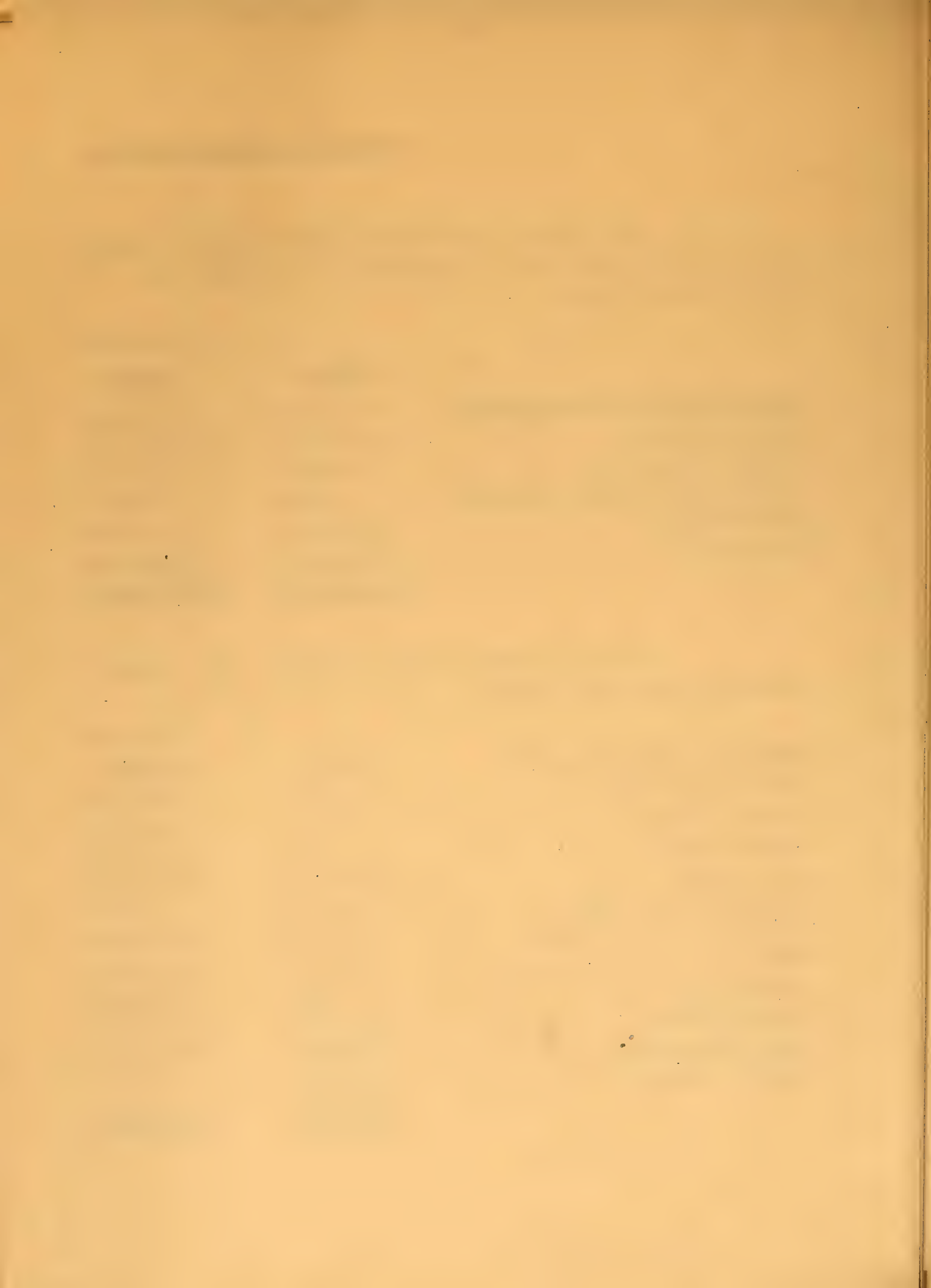
OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS

Com a Receita de Cr\$19.532.440.545 mil e a despesa de Cr\$36.687.960.876 mil, o agrupamento se apresenta com a seguinte identificação:

	Cr\$1.000	
	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
INGRESSO/E DISPENDIO EXTRAORÇAMENTÁRIO..	183.170.105	157.050.276
AGENTES FINANCEIROS.....	13.104.922.812	31.082.788.010
ENTIDADES FEDERAIS	11.970.974	51.834.137
ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS..	438.401	460.547
OUTRAS ENTIDADES.....	245.125.056	252.936.588
OUTRAS CONTAS.....	5.986.813.197	5.142.891.318
	<u>19.532.440.545</u>	<u>36.687.960.876</u>

O vulto de OUTRAS CONTAS aconselha a que façamos a demonstração de seu conteúdo:

	Cr\$1.000	
<u>COMPOSIÇÃO DE OUTRAS CONTAS</u>	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
Diversos Responsáveis	63.402.282	64.427.209
Despesas a Regularizar	5.394.872	5.395.101
Depósito Judicial	67.688	38.575
Restos a Pagar	918.898.132	172.089.189
Serviço da Dívida a Pagar	2.351.159	48.810
Depósitos de Diversas Origens	570.514.085	543.798.063
Consignações	163.837.876	164.891.222
Encargos Sociais	31.620.987	31.605.886
Valores em Trânsito	1.470.669.507	1.457.921.381
Restituição de Receita	2.745.788.841	2.702.675.882
Convênios a Cumprir	14.267.768	-
	<u>5.986.813.197</u>	<u>5.142.891.318</u>



INTERLIGAÇÃO - SISTEMAS CONTÁBEIS

Este título, que sepultou, como se sabe, as antigas contas denominadas "Transferências Financeiras" e "Transferências Patrimoniais", tem a função de espelhar as operações financeiras que tenham diretamente afetado o Sistema Patrimonial, quer na Receita, quer na Despesa.

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (1982)

O saldo do exercício anterior, no valor de Cr\$ 3.375.757.908.381,00, está representando os haveres imediatamente disponíveis do Tesouro Nacional em poder dos seguintes agentes consignatários:

Cr\$1.000

DISPONÍVEL

Caixa	1.275	
Bancos-c/Movimento	164.671.227	
Repartições Fiscais-c/Arrecadação ...	53	
Bancos-c/Arrecadação	248.097.350	
Banco do Brasil-c/Recolhimento - -Interior	44.697	
Banco do Brasil-c/Recolhimento - -Capital	99.186.944	
Banco do Brasil-Agência Centrali- zadora	9.024.850	
Banco do Brasil-Agência Centro/DF ...	760.704	
Entidades Federais	2.628.981.594	
Fundos Especiais Autônomos	<u>23.897.412</u>	3.174.666.126



VINCULADOS

Bancos-c/Convênios	639.694	
Bancos-Programas Especiais	197.982.854	
Bancos-Serviço Dívida Externa	784.568	
Bancos-Depósitos e Cauções	144.923	
Suprimento de Fundos	<u>1.539.763</u>	<u>201.091.802</u>
Soma		<u>3.375.757.908</u>

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (1984)

O valores monetários em poder de agentes do Tesouro Nacional, ao findar-se o ano de 1983, assim se explicam:

DISPONÍVEL

Bancos-C/Movimento	168.873.561	
Rede Bancária-Arrecadação	604.890.739	
Banco do Brasil-c/Recolhimento- Interior	2.301	
Banco do Brasil-c/Recolhimento-Capital	477.866.575	
Banco do Brasil-Agência Centralizadora	343.493.198	
Entidades Federais	4.300.813.726	
Fundos Especiais Autônomos	<u>157.372.907</u>	<u>6.053.313.007</u>

VINCULADO

Bancos-Convênios	2.861.703	
Bancos-Programas Especiais	311.915.229	
Bancos-Serviço da Dívida Externa	3.086.917	
Bancos-Depósitos e Cauções	2.165.587	
Bancos-Depósito Judicial	70.206	
Suprimento de Fundos	<u>39.229</u>	<u>320.138.871</u>
Soma		<u>6.373.451.878</u>

Outro fato positivo a destacar: o montante de Suprimento de Fundos (dinheiros em poder de agentes pagadores) estava representado, em 31 de dezembro de 1982, por Cr\$1.539.763 mil (mais de 1,5 bilhão de cruzeiros). Esse valor caiu vertiginosa -

mente, em 31 de dezembro de 1983, para apenas Cr\$39.229 mil (39 milhões e 200 e poucos mil cruzeiros), mercê da rígida disciplina baixada por nossa Instrução Normativa nº 04/82, que restringiu fortemente a proliferação das despesas públicas pagas por suprimimento de fundos. Houve, é claro, como sempre, reclamações acerca dessa restrição. Os números provam que inúmeras despesas, outrora realizadas pelo processo mais cômodo, passaram a ser efetuadas através do normal processamento da despesa (empenho, liquidação e pagamento).

DÍVIDA FLUTUANTE

LETRAS DO TESOURO NACIONAL

As Letras do Tesouro Nacional, emitidas com a finalidade de obter recursos de antecipação da receita, tiveram suas operações conduzidas assim:

	Cr\$1.000
SALDO DO EXERCÍCIO DE 1982	1.460.000.410
EMISSIONES EM 1983	5.720.000.000
	7.180.000.410
RESGATES EM 1983	5.980.000.260
SALDO PARA 1984	1.200.000.150

AGENTES FINANCEIROS

O movimento das contas de Receita e Despesa do Tesouro Nacional a cargo de seu agente financeiro, o Banco de Brasil S/A, está compreendido no demonstrativo seguinte, onde se exhibe o saldo "a descoberto", em 31 de dezembro de 1983, de Cr\$212.101.808.606,00. Esse valor negativo, contudo, estará seguramente atenuado pelos números da arrecadação em trânsito no próprio dia 31 de dezembro.

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS "RECEITA E DESPESA"

DA UNIÃO NC BANCO DO BRASIL S.A.

Cr\$1,00

MÊS	RECEITA	DESPESA	DEVEDOR	CREDOR
SALDO ANTERIOR.....		171.483.761.620	171.483.761.620	-
JANEIRO.....	326.607.712.242	449.554.310.811	122.946.598.569	-
FEVEREIRO.....	542.342.537.266	719.858.869.606	177.516.332.340	-
MARÇO.....	847.178.991.322	797.861.075.336	-	49.317.915.986
ABRIL.....	622.527.158.684	562.460.265.887	-	60.066.892.797
MAIO.....	948.079.610.401	743.601.132.500	-	204.478.477.901
JUNHO.....	679.090.980.123	746.621.667.233	67.530.687.110	-
JULHO.....	701.656.252.399	806.278.660.358	104.622.407.959	-
AGOSTO.....	1.079.461.854.420	815.063.803.262	-	264.398.051.158
SETEMBRO.....	807.362.237.690	761.570.601.603	-	45.791.636.087
OUTUBRO.....	978.486.182.078	1.279.839.061.285	301.352.879.207	-
NOVEMBRO.....	1.215.446.835.039	1.019.108.572.812	-	196.338.262.227
DEZEMBRO.....	1.707.994.570.290	1.795.034.948.247	87.040.377.957	-
SOMA.....	10.456.234.921.954	10.668.336.730.560	1.032.493.044.762	820.391.236.156
SALDO.....	212.101.808.606			212.101.808.606
TOTAL GERAL.....	10.668.336.730.560	10.668.336.730.560	1.032.493.044.762	1.032.493.044.762

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA - Secretaria de Controle Interno/DIBAN

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL**ATIVO E PASSIVO**

O Balanço Patrimonial — vivo quadro a espelhar os resultados colhidos na gestão orçamentário-financeiro-econômica do exercício e, acumuladamente, a posição derradeira da azienda federal, com a identificação do saldo do Patrimônio — é constituído do seguinte arcabouço:

Cr\$1.000

TÍTULOS	ATIVO	PASSIVO
FINANCEIRO.....	37.619.996.709	8.130.416.387
PENDENTE.....	229	73.360
PERMANENTE.....	429.564.222	28.275.451.448
CRÉDITOS.....	156.866.728	-
VALORES.....	4.383.105.915	-
DIVERSOS.....	93.398.299.966	79.418.284.769
	135.987.833.769	115.824.225.874
 SALDO PATRIMONIAL		
(resultado positivo).....	-	20.163.607.895
	135.987.833.769	135.987.833.769

FINANCEIRO

O agrupamento FINANCEIRO é decomposto, por sua vez, nos seguintes elementos:

Cr\$1.000

TÍTULOS	ATIVO	PASSIVO
DISPONÍVEL.....	6.053.313.007	
VINCULADO.....	320.138.871	
REALIZÁVEL.....	31.246.544.831	
EXIGIBILIDADE.....		8.130.416.387
	37.619.996.709	8.130.416.387

DISPONÍVEL

O conjunto DISPONÍVEL explicita os haveres monetários prontamente disponíveis pelo Tesouro Nacional, em 31 de dezembro de 1983, no montante de mais de 6 trilhões de cruzeiros:

Cr\$1.000

TÍTULOS	VALOR
Bancos-Movimento.....	168.873.561
Rede Bancária-Arrecadação.....	604.890.739
Banco do Brasil-Arrecadação.....	821.362.074
Entidades Federais.....	4.300.813.726
Fundos Especiais Autônomos.....	157.372.907
	6.053.313.007

VINCULADO

O bloco corresponde a haveres também monetários de positados em bancos ou em poder de agentes pagadores (caso de suprimento de fundos), sempre adstritos ao implemento de uma obrigação:

	<u>Cr\$1.000</u>
BANCOS-CONVÊNIOS.....	2.861.703
BANCOS-PROGRAMAS ESPECIAIS.....	311.915.229
BANCOS-SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA.....	3.086.917
BANCOS-DEPÓSITOS E CAUÇÕES.....	2.165.587
BANCOS-DEPÓSITO JUDICIAL.....	70.206
SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	39.229
	<u>320.138.871</u>

REALIZÁVEL

O compartimento REALIZÁVEL abriga, por fim, encerrando os valores ativos do grupo FINANCEIRO, estas rubricas:

	<u>Cr\$1.000</u>
AGENTES FINANCEIROS-DEVEDORES.....	31.051.999.107
ENTIDADES FEDERAIS-DEVEDORAS.....	39.964.369
ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E	
MUNICÍPIOS-DEVEDORES.....	201.453
OUTRAS ENTIDADES-DEVEDORAS.....	153.061.686
DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	1.318.215
	<u>31.246.544.830</u>

As quatro primeiras contas representam haveres não monetários da União junto a Agentes, Entidades Federais, outras esferas de governo e Entidades não Federais, passíveis de realização. A conta de Diversos Responsáveis refere-se a imposição de responsabilidade a gestores ou ordenadores de despesa, suscetível, outrossim, de cobrança.

EXIGIBILIDADE

Este título encerra o grupo FINANCEIRO (no Passivo) e é a representação dos seguintes valores passivos, ou os créditos de terceiros perante a União:

	<u>Cr\$1.000</u>
RESTOS A PAGAR.....	905.515.901
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR.....	3.079.328
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS.....	36.330.475
BENS DE AUSENTES.....	38
CONSIGNAÇÕES.....	444.998
ENCARGOS SOCIAIS.....	22.474
VALORES EM TRÂNSITO.....	246.493.852
RESTITUIÇÃO DE RECEITA.....	44.885.893
AGENTES FINANCEIROS-CREDORES.....	6.789.178.975
ENTIDADES FEDERAIS-CREDORAS.....	49.514
OUTRAS ENTIDADES-CREDORAS.....	90.147.171
CONVÊNIOS A CUMPRIR.....	14.267.768
	<u>8.130.416.387</u>

RESTOS A PAGAR

A conta de RESTOS A PAGAR, incrustada no grupo de EXIGIBILIDADE, apresenta o seguinte desempenho:

	<u>Cr\$1.000</u>
SALDO DO EXERCÍCIO DE 1982.....	158.706.958
(+) INSCRIÇÃO - 1983.....	<u>918.351.448</u>
	1.077.058.406
(-) PAGAMENTOS E BAIXAS - 1983.....	<u>171.542.505</u>
SALDO PARA 1984.....	<u>905.515.901</u>

PENDENTE-DEVEDORESPENDENTE-CREDORES

Estes grandes títulos do Ativo e Passivo mostram os valores de, respectivamente, Cr\$229 mil cruzeiros, que correspondem a Despesas a Regularizar (impugnações de despesa realizada, portanto) e Cr\$73.360 mil, referentes a estas contas:

	<u>Cr\$1.000</u>
OPERAÇÕES-LEI nº 2426/55.....	2.038
FINANCIAMENTO DO ALGODÃO.....	1.117
DEPÓSITO JUDICIAL.....	<u>70.205</u>
	<u>73.360</u>

PERMANENTE

O agrupamento PERMANENTE reúne, no Ativo e Passivo FINANCEIRO, os seguintes valores:

Cr\$1.000

NO ATIVO PERMANENTE

BENS DA UNIÃO:

Bens Imóveis.....	290.099.130
Bens Móveis.....	139.465.092
	<u>429.564.222</u>

NO PASSIVO PERMANENTE

Dívida Fundada Interna.....	24.419.496.546
Dívida Fundada Externa.....	3.855.954.902
	<u>28.275.451.448</u>

CRÉDITOS

Este agrupamento congrega, exclusivamente no Ativo do Balanço Patrimonial, a soma de Cr\$156.866.728 mil, derivada desta compilação:

Cr\$1.000

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.....	140.384.768
DEVEDORES-PARCELAMENTO DE DÍVIDAS.....	16.481.708
RESPONSÁVEIS POR DANOS.....	252
	<u>156.866.728</u>

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Somos compelidos a deixar aqui, tal como já o fizéramos no ano anterior (pág. 161 do Relatório de 1982), nossa queixa sobre o lento processo de cobrança da Dívida Ativa da União:

		<u>Cr\$1.000</u>
SALDO DE 1982.....		75.410.336
INSCRIÇÃO EM 1983.....		<u>80.037.960</u>
		155.448.296
1983:		
COBRANÇA.....	11.734.655	
CANCELAMENTO.....	<u>3.328.873</u>	<u>15.063.528</u>
		<u>140.384.768</u>

A cobrança efetuada em 1983 corresponde a apenas 15,56% do saldo transportado de 1982.

Se fizermos a agregação do saldo de 1982 com o total das inscrições feitas em 1983, o esforço percentual cairá para 7,54%, apenas.

A recuperação dos tributos inscritos em Dívida Ativa continua a se processar de forma visivelmente tarda: na realidade, o saldo em 31 de dezembro de 1983 significou o crescimento de 86,16% — quase o dobro da posição acusada ao findar-se o ano de 1982.

VALORES

Outro grande título do Ativo do Balanço Patrimonial é o ATIVO-VALORES. Abriga ele a soma destes componentes:

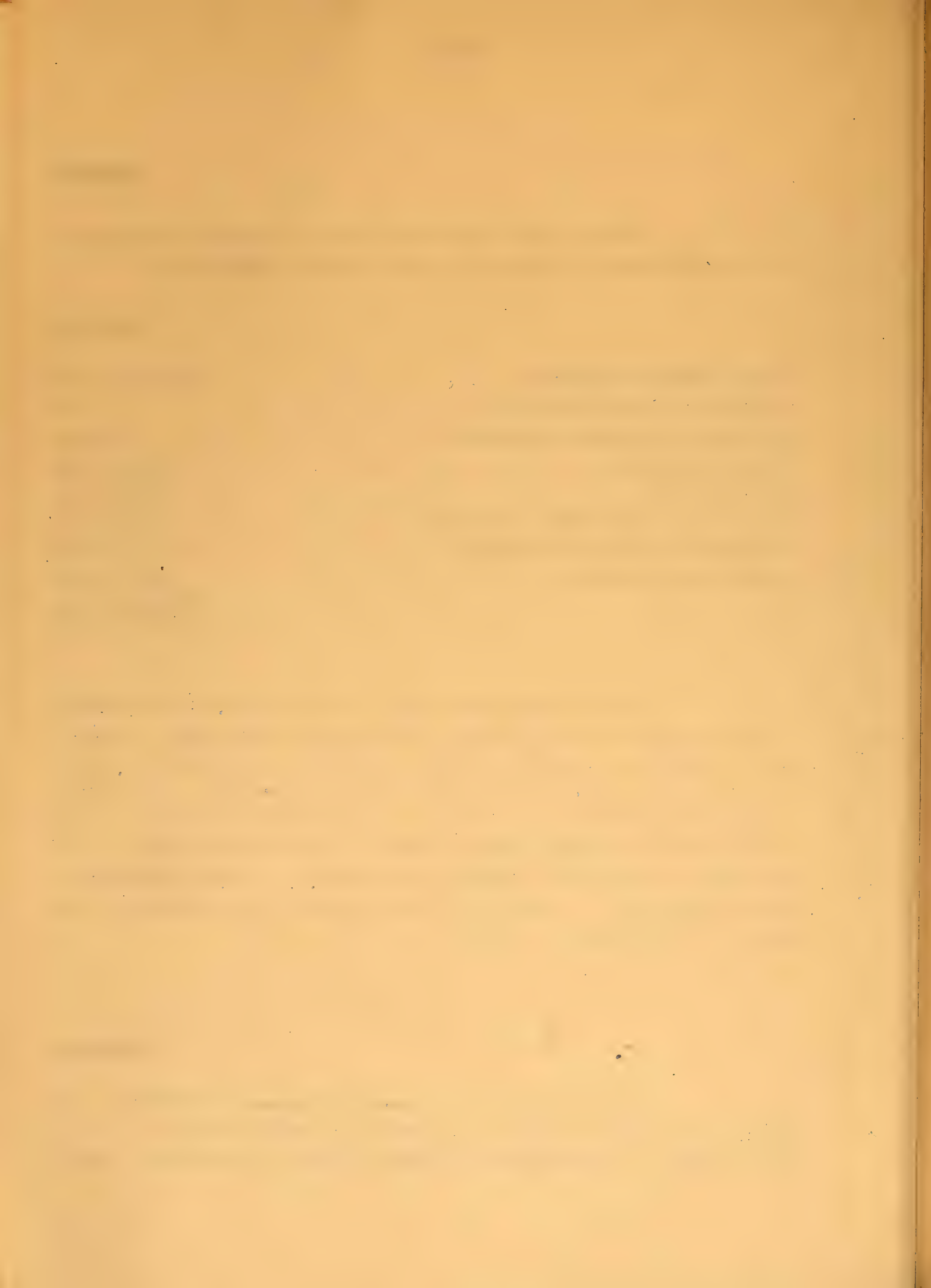
	<u>Cr\$1.000</u>
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.....	4.009.056.937
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA.....	158
TÍTULOS E DOCUMENTOS DIVERSOS.....	24.018
OURO EM DEPÓSITO.....	203.282.856
ALMOXARIFADO.....	97.390.631
PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS ROTATIVOS.....	55.697.768
PATRIMÔNIO-LÍQUIDO-FUNDAÇÕES.....	1.174.622
OUTRAS PARTICIPAÇÕES.....	16.478.926
	<u>4.383.105.916</u>

Seria despiciendo dizer que os valores acima identificados constituem os haveres históricos das aquisições de títulos acionários, de papéis da dívida pública, de documentos representativos de valores investidos, de ouro depositado, de existências em almoxarifados e, também, a participação do Erário no Fundo Rotativo Habitacional do DASP e a representatividade do patrimônio líquido de fundações instituídas. O número dominante, como se observa, é o relativo à participação em sociedades, com mais de 4 trilhões de cruzeiros.

DIVERSOS

Derradeiramente, o grande agrupamento DIVERSOS do Balanço Patrimonial ostenta, no Ativo, a conta Entidades Federais-Ativo, com Cr\$93.398.299.966.204,00 e, no Passivo, a con-





ta Entidades Federais-Passivo, com Cr\$79.418.284.679.519,00. O contraste entre esses valores positivos e negativos mostra, em favor do Ativo, a apreciável diferença de quase 14 trilhões de cruzeiros, que se traduz no patrimônio líquido do universo das entidades da administração descentralizada.

SALDO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial refere-se, também, ao saldo patrimonial (patrimônio líquido da União ao término de 1983), no valor de Cr\$20.163.607.894.671,00.

Falaremos sobre esses 20 trilhões mais adiante.



RESULTADO FINANCEIRO

É superavitário o estado financeiro, consoante o atesta o Balanço Patrimonial:

Cr\$1.000

ATIVO FINANCEIRO**ADMINISTRAÇÃO DIRETA:**

Disponível, Vinculado e Realizável	37.619.996.708,7	
(-) Entidades Federais-Saldos...	<u>4.300.813.725,6</u>	33.319.182.983,1

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

(pg.211, Vol. 2º)

Entidades Federais-Ativo Financeiro.....	59.034.157.872,6	
Entidades Federais-Ativo Realizável Longo Prazo.....	<u>22.758.080.691,3</u>	<u>81.792.238.563,9</u>

SOMA DO ATIVO FINANCEIRO.....		<u>115.111.421.547,0</u>
-------------------------------	--	--------------------------

PASSIVO FINANCEIRO**ADMINISTRAÇÃO DIRETA:**

Exigibilidade.....	8.130.416.386,5	
--------------------	-----------------	--

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

(pg. 211, Vol. 2º)

Entidades Federais-Passivo Financeiro.....	<u>71.412.274.117,0</u>	<u>79.542.690.503,5</u>
--------------------------------------------	-------------------------	-------------------------

<u>SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO....</u>		<u>35.568.731.043,5</u>
-------------------------------------------------	--	-------------------------

Se nos abstermos de incluir nessa demonstração a vida própria da Administração Descentralizada, chegaremos a este resultado:

Cr\$1.000

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ATIVO FINANCEIRO.....	33.319.182.983,1
PASSIVO FINANCEIRO.....	<u>8.130.416.386,5</u>

<u>SUPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOUREO.....</u>	<u>25.188.766.596,6</u>
-----------------------------------------------------	-------------------------



RESULTADO PATRIMONIAL

As operações orçamentárias e extraorçamentárias nos conduzem ao seguinte resultado patrimonial, feito o cotejo entre as variações ativas (positivas) e as variações passivas (negativas):

Cr\$1.000

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAVARIAÇÕES ATIVAS

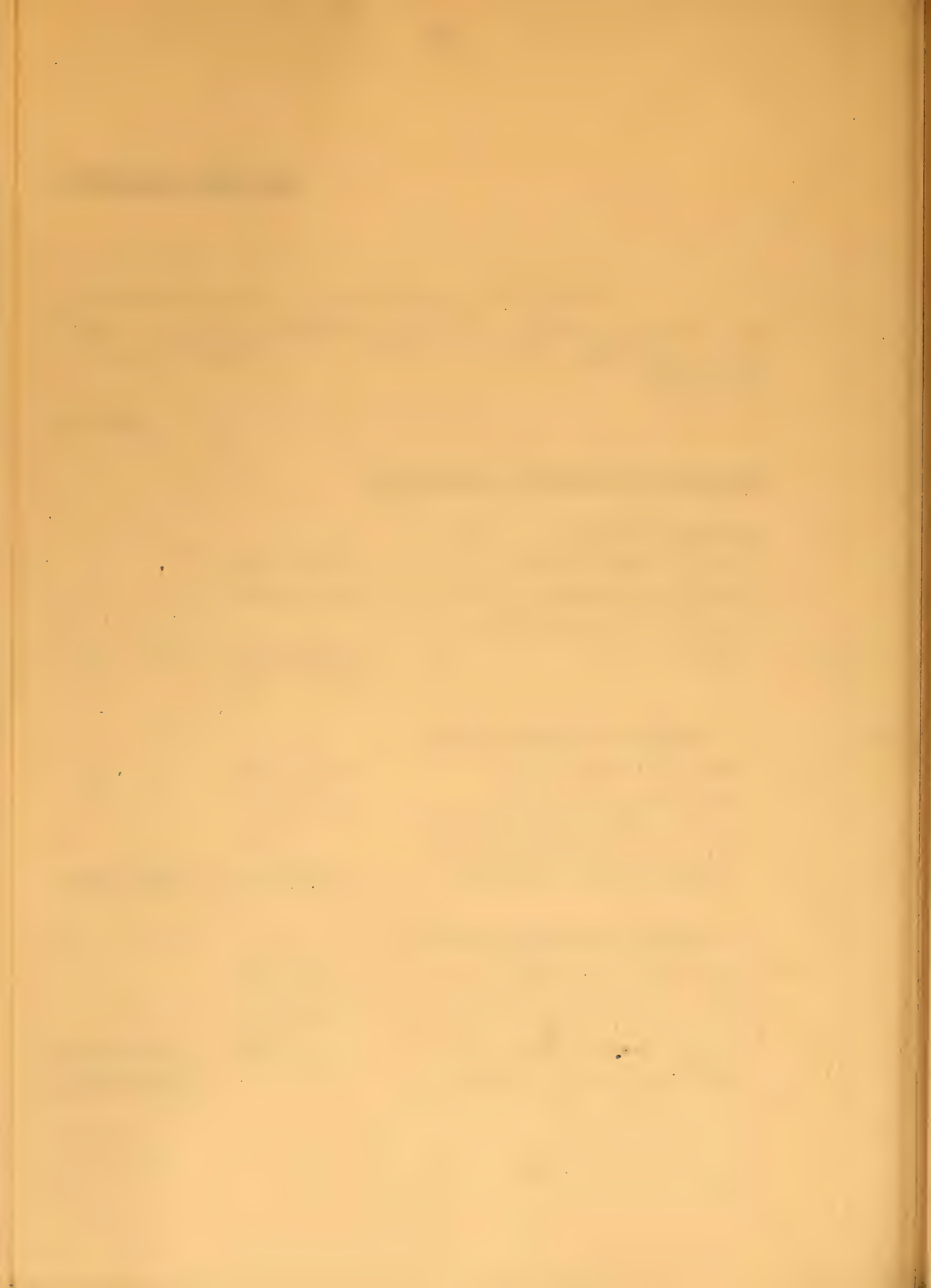
Receita Orçamentária	11.779.847.503,8
Receita de Entidades Federais.	63.832.994.162,5
Receita de Fundos Especiais Autônomos	<u>2.150.682.901,8</u>
	77.763.524.568,1

(+) MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS

Bens Imóveis-Aquisição	108.877.100,5
Bens Móveis-Aquisição	35.954.260,6
Material de Consumo-Aquisição.	109.191.824,8
Títulos e Valores-Aquisição...	672.574,0
Variação Cambial (positiva)...	<u>4.107.018,4</u>
	78.022.327.346,4

(-) MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS

Bens Imóveis-Alienação	24.265.369,2
Bens Móveis-Alienação	181.799.139,2
Dívida Ativa-Cobrança	11.289.648,3
Correção Monetária	<u>948.556,8</u>
Soma das Variações Ativas	<u>218.502.713,5</u>
	<u>77.804.024.632,9</u>



VARIAÇÕES PASSIVAS

Despesa Orçamentária.....	11.104.585.323,6	
Despesa de Entidades Federais.	62.171.309.668,3	
Despesa de Fundos Especiais Au		
tônomos.....	<u>1.994.067.134,2</u>	75.269.962.126,1

(-) MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS

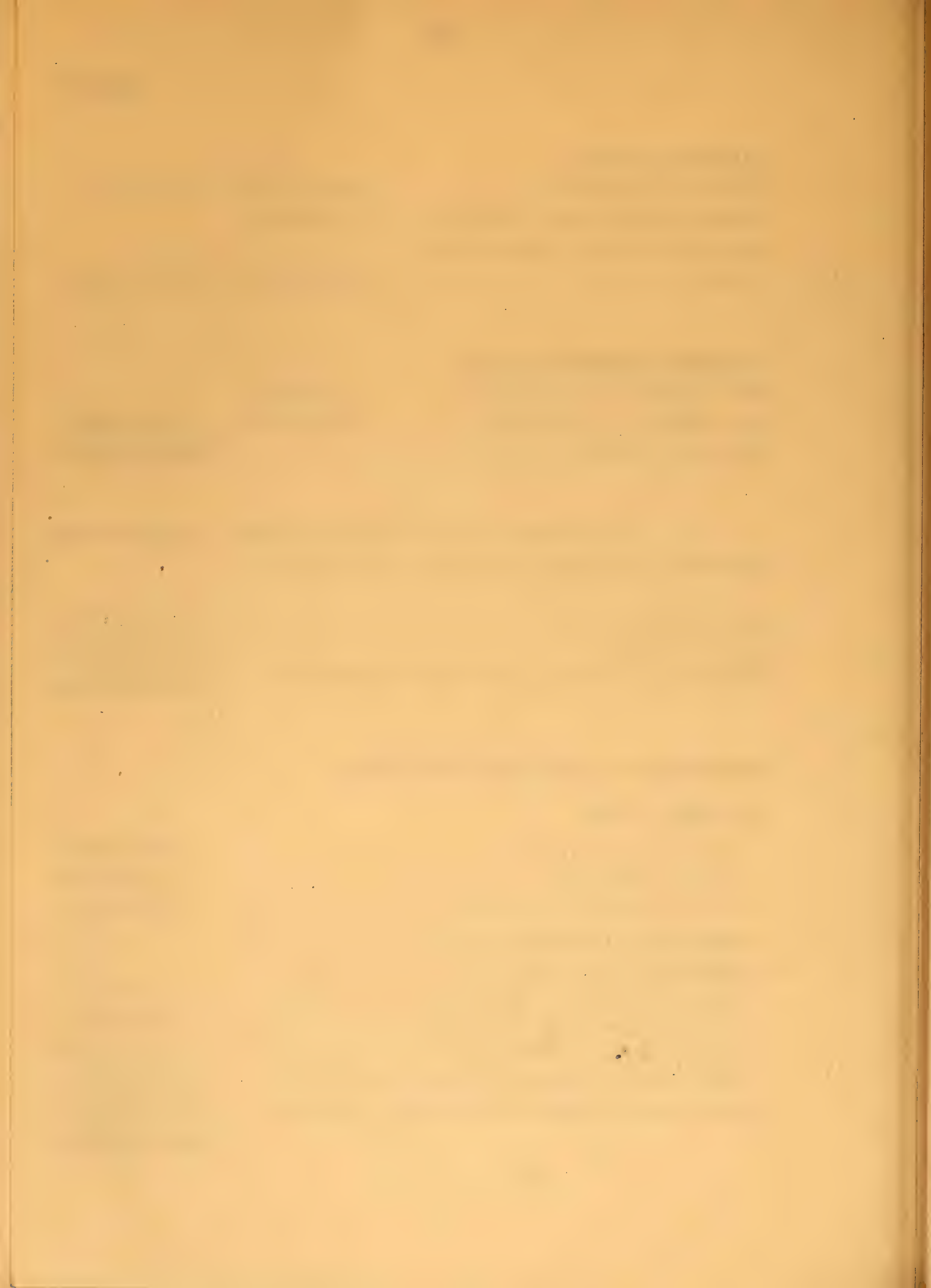
Bens Imóveis-Incorporação.....	47.803.002,1	
Bens Móveis-Incorporação.....	<u>197.536.086,6</u>	245.339.088,7
Soma das Variações Passivas...		<u>75.024.623.037,4</u>

O contraste das variações positivas e negativas nos transporta ao primeiro resultado patrimonial:

RECEITA EFETIVA.....	77.804.024.632,9
DESPESA EFETIVA.....	<u>75.024.623.037,4</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA..	<u>2.779.401.595,5</u>

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAVARIAÇÕES ATIVAS

Dívida Ativa Inscrição.....	80.037.961,5
Correção Monetária.....	503.548,0
Outros Créditos-Inscrição.....	10.743.438,5
Empréstimos Tomados-Resgate.....	753,5
Empréstimos Concedidos.....	50,8
Dívidas Passivas-Cancelamento.....	7.702.435,2
Ingressos Extraorçamentários.....	183.170.104,8
Superveniências Diversas.....	79.327,1
Administração Direta-Variações Diversas.....	21.352.739.327,6
Administração Indireta-Variações Diversas...	<u>73.757.088.924,7</u>
	<u>95.392.065.871,7</u>



Cr\$1.000

VARIAÇÕES PASSIVAS

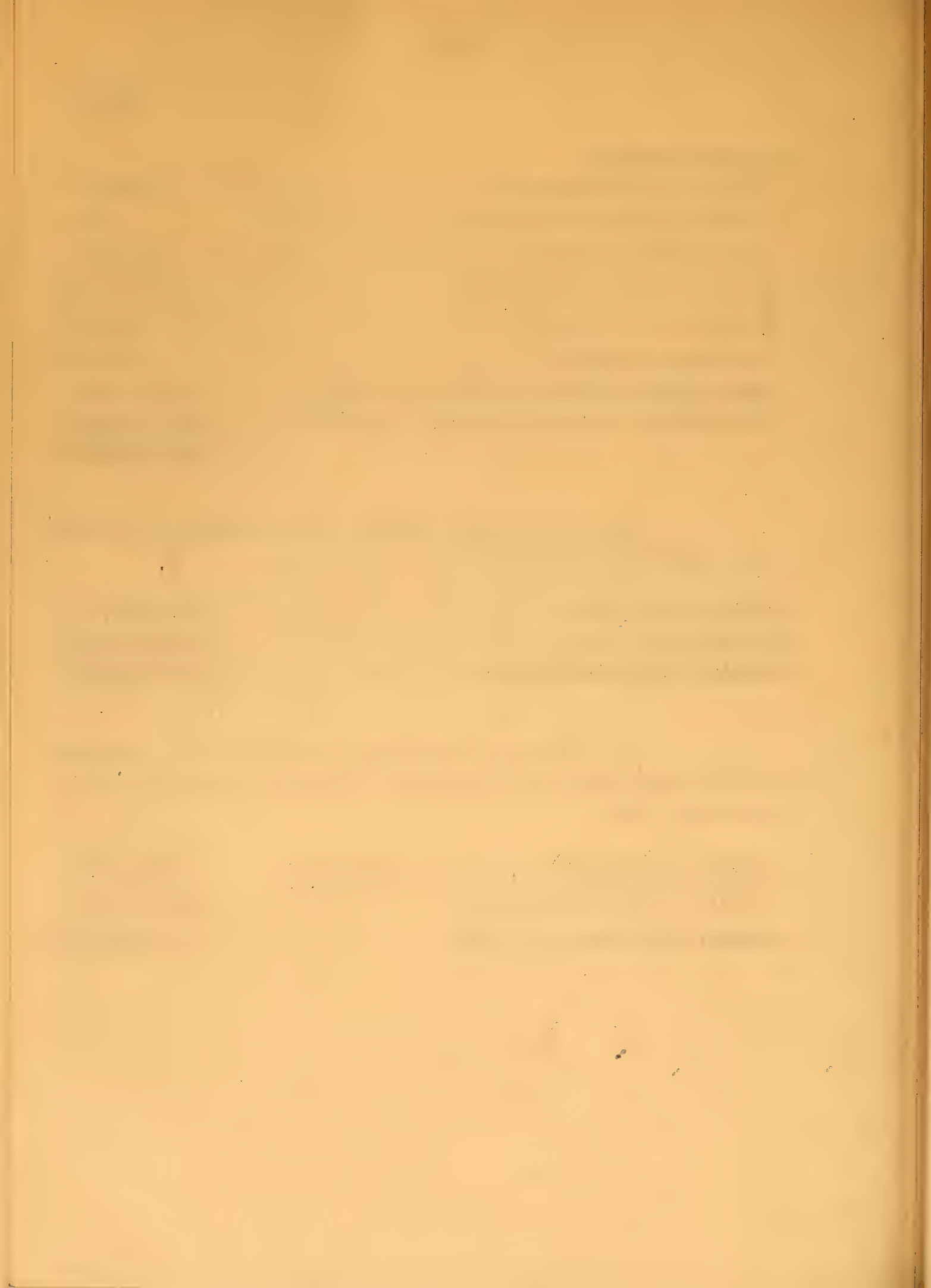
Dívida Ativa-Cancelamento.....	3.328.872,9
Dívida Ativa-Restabelecimento.....	7.727,8
Outros Créditos-Baixa.....	4.597.158,7
Variação Cambial (negativa).....	1.555.510,7
Dispêndios Extraorçamentários.....	157.050.275,6
Insubsistências Diversas.....	630.853,3
Empréstimos Tomados.....	310.262,0
Administração Direta-Variações Diversas.....	22.402.573.462,1
Administração Indireta-Variações Diversas....	61.017.551.697,3
	<u>83.587.605.820,4</u>

Esta concepção de números extraorçamentários descortina o seguinte resultado:

VARIAÇÕES POSITIVAS.....	95.392.065.871,7
VARIAÇÕES NEGATIVAS.....	83.587.605.820,4
SUPERÁVIT EXTRAORÇAMENTÁRIO.....	<u>11.804.460.051,3</u>

Os resultados, associados, levam-nos ao seguinte resultado patrimonial (ou resultado econômico) do exercício financeiro de 1983:

SUPERÁVIT PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA..	2.779.401.595,5
SUPERÁVIT EXTRAORÇAMENTÁRIO.....	<u>11.804.460.051,3</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL EM 1983.....	<u>14.583.861.646,8</u>



Se olharmos esse resultado à luz de outro ângulo, chegaremos à mesma conclusão, ao compulsar o Balanço Patrimonial:

	<u>Cr\$1.000</u>
ATIVO REAL LÍQUIDO EM 31/12/83.....	20.163.607.894,7
ATIVO REAL LÍQUIDO EM 31/12/82.....	<u>5.579.746.247,9</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL EM 1983.....	<u>14.583.861.646,8</u>



BALANÇO DE COMPENSAÇÃO



BALANÇO DE COMPENSAÇÃO

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

A tradição da Contabilidade tem mantido o sistema de compensação dentro do Balanço Patrimonial. A própria Contabilidade Pública jamais fugiu a esse preceito, porque sempre identificou as chamadas contas "de registro" ou "de ordem" envolvidas no Sistema Patrimonial.

As contas de compensação, sabe-se, constituem o registro formal de atos ou fatos administrativos que desde logo afetem ou venham a afetar o estado do patrimônio. Mas essa afetação irá atingir em primeiro lugar o sistema orçamentário, pela incidência do ato gerador da receita ou despesa; em segundo plano, o sistema financeiro, pelo recebimento ou pagamento da obrigação reciprocamente avençada e, por último, o sistema patrimonial, pelo final reflexo da operação praticada.

No mais, as partidas e contrapartidas do sistema compensatório encerram-se por si mesmas, sem qualquer eco no resultado administrativo-operacional — desde que se conduzam, por certo, dentro da rigorosa linha dos comuns preceitos acordados. O movimento é acrescido quando se assinam novos contratos ou se estabelecem correlacionadas obrigações. E é diminuído à medida que esses mesmos contratos ou obrigações vão sendo cumpridos.

Essa linha de pensamento insere-se em o novo Plano de Contas Único, induzindo-nos a oferecer em apartado, quebrando a linha vetusta, o Balanço de Compensação, que exhibe — sem perder de vista inobstante todas as operações envolvidas — o conjunto de responsabilidades que a União assumiu perante ter

ceiros e, por igual, as obrigações a que terceiros se comprometeram perante a União.

ATIVO COMPENSADO

O Ativo Compensado do Balanço de Compensação mostra todo o conjunto de responsabilidades que a União assumiu em seu nome ou em benefício de terceiros, dentro do seguinte desdobramento:

Cr\$1.000

VALORES COM TERCEIROS

Devedores-Títulos	8.590.012	
Responsáveis por Bens da União	635.308	
Depositantes FGTS-Não op tantes	<u>10.724</u>	9.236.044

VALORES DE TERCEIROS

Depósitos e Cauções	2.113.769	
Valores Alheios	356.839	
Mercadorias Apreendidas ..	<u>12.660.263</u>	15.130.871

VALORES E OBRIGAÇÕES

Avales Concedidos	9.154.060.143	
Ações a Integralizar	1.754	
Garantias Diversas	685.008.277	
Empréstimos Externos-Estados e Municípios	2.039.154	
Responsáveis Diversos:		
Espécimes e Moedas	82.507	
Execução de Contratos	1.019.959.627	



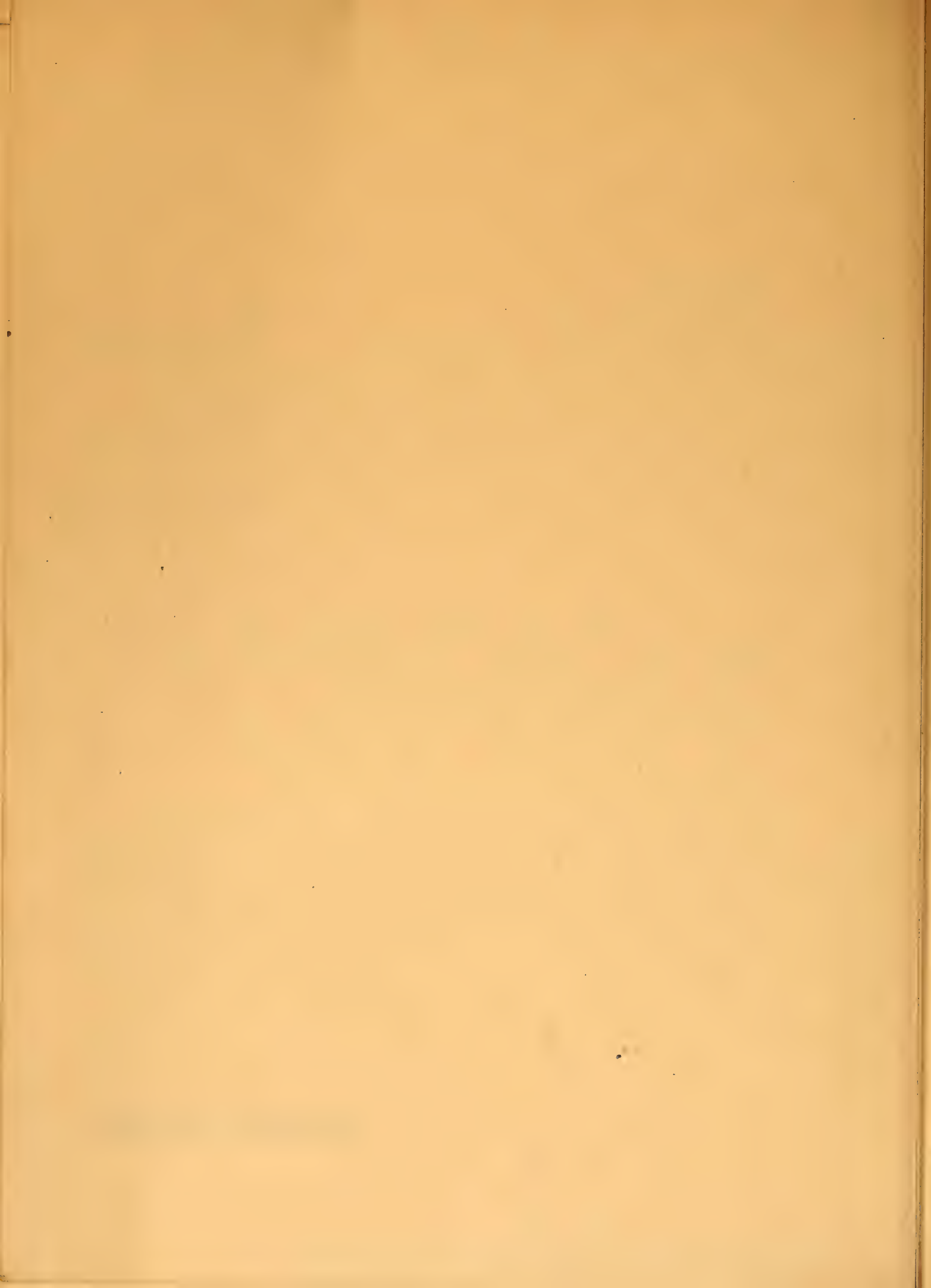
Execução de Convênios...	540.042.427	
Auxílios, Subvenções e Contribuições	<u>168.781.806</u>	11.569.975.695
<u>EMOLUMENTOS CONSULARES</u>		
Selos		<u>7.629</u>
		<u>11.594.350.239</u>

PASSIVO COMPENSADO

O Passivo Compensado do Balanço de Compensação oferece, em contra-partida, o conjunto de responsabilidades recíprocamente assumidas entre a União e terceiros, dentro das subdivisões já pormenorizadas no Ativo:

	<u>Cr\$1.000</u>
CONTRAPARTIDA-VALORES COM TERCEIROS	9.236.044
CONTRAPARTIDA-VALORES DE TERCEIROS	15.130.871
CONTRAPARTIDA-VALORES E OBRIGAÇÕES	11.569.975.695
CONTRAPARTIDA-EMOLUMENTOS CONSULARES	<u>7.629</u>
	<u>11.594.350.239</u>

EXIBIÇÃO DE SUPERÁVITS



EXIBIÇÃO DE SUPERÁVITS

O SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO, resultante do maior volume de receita orçamentária sobre a despesa orçamentária, exhibe o valor de Cr\$675.262,2 milhões, superior em 335% ao do exercício de 1982, quando mostrou Cr\$155.043 milhões.

O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOUREIRO, resultante do maior volume do Ativo Financeiro sobre o Passivo Financeiro da Administração Direta, acusa o valor de Cr\$25.188.693,5 milhões. A importância apurada em 1982, de Cr\$6.681.191,4 milhões, foi ultrapassada em 277%.

O SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO, aí compreendida a posição das entidades da administração indireta, revela o montante de Cr\$39.168.708,7 milhões. Em relação a 1982, quando marcou Cr\$11.865.900,1 milhões, cresceu 230%.

O SUPERÁVIT PATRIMONIAL, que é o mais incisivo dentre quantos possam ser demonstrados, produz o apreciável resultado de Cr\$14.583.861,6 milhões (mais de 14,5 trilhões de cruzeiros), que suplantou o índice colhido em 1982, de Cr\$4.164.093,2 milhões, em 250%.

É o relatório.



EXISTÊNCIA DE SUPERÁVIT

O SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO, resultante do maior volume de receita orçamentária sobre a despesa orçamentária, existe o valor de Cr\$12.104,1 milhões, superior em 1981 ao do exercício de 1980, quando montou Cr\$12.042 milhões.

O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOUREIRO, resultante do maior volume do Ativo Financeiro sobre o Passivo Financeiro da Administração Direta, acusa o valor de Cr\$12.188.092,2 milhões. A importância apurada em 1981, de Cr\$2.281.191,4 milhões, foi ultrapassada em 1980.

O SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO, ao compreender a posição das entidades da administração indireta, revela o montante de Cr\$12.104,1 milhões. Em relação a 1980, quando montou Cr\$11.800,1 milhões, cresceu 204.

O SUPERÁVIT PATRIMONIAL, que é a soma incluídas das quantias positivas por demonstrados, produz o apreciável resultado de Cr\$14.282,501,5 milhões (mais de 14,3 milhões de cruzeiros), que ultrapassa o índice colhido em 1980, de Cr\$14.104.002,2 milhões, em 1981.

É a importância

